



**Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER  
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS**

**SÂMIA SUYANE CUNHA COELHO**

**Uma aproximação da crítica marxista à política urbana no Brasil na  
era “neodesenvolvimentista”: uma reflexão necessária**

**Brasília-DF  
Março/2018**

**SÂMIA SUYANE CUNHA COELHO**

**Uma aproximação da crítica marxista à política urbana no Brasil na era  
“neodesenvolvimentista”: uma reflexão necessária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em política social.

**Orientador:** Prof. Dr. Perci Coelho de Souza

---

**NOME DO ALUNO**

**Dissertação apresentada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Brasília-DF  
Março de 2018**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº Dr. Perci Coelho de Sousa**

Orientador: (PPGPS/SER/UnB)

---

**Profª. Drª. Maria Lúcia Lopes da Silva**

Membro Interno (PPGPS/SER/UnB)

---

**Profº Dr. Erlando da Silva Rêses**

Membro Externo. (PPGE/UnB)

---

**Profª. Drª. Christiane Machado Coêlho**

Membro Suplente. (SOL/UnB)

**Brasília-DF**

**Março/2018**

*A Deus autor e consumidor da minha fé que me sustentou em graça e conhecimento até aqui. Aos meus pais Sebastião Bento e Amarilda Maria pelo amor incondicional e investimento em todas as dimensões da minha vida. À minha amada irmã Sândila **in memoriam** por ter acreditado nesse sonho antes mesmo de mim. A nossa irmandade e o nosso amor é eterno e em breve nos reencontraremos.*

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida durante todo o período do Mestrado sem a qual não seria possível a minha estadia em Brasília-DF. À Universidade de Brasília (UnB) e ao Departamento de Serviço Social (SER) pela receptividade e por terem me concedido uma vivência incrivelmente rica em terras distantes ao meu local de origem.

Ao grupo de pesquisa Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social (LOCUSS/UnB) pela oportunidade de ter percorrido o caminho fascinante da pesquisa e de ter me propiciado a participação em um dos seus projetos de extensão intitulado Quintas Urbanas nas edições dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Ao Programa de Mobilidade de Estímulo a Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-Graduação em Sergipe (PROMOB) que me propiciou a oportunidade de realizar um intercâmbio institucional na Univerdade Tiradentes (UNIT) onde fui tutora da turma de Direitos Humanos do Programa de Pós Graduação em Direito dessa universidade sob a orientação do Prof. Dr. Perci Coelho de Souza.

Ao orientador deste trabalho Prof. Dr. Perci Coelho de Souza por ter me inserido no grupo de pesquisa LOCUSS/UnB e me indicado ao PROMOB que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa dissertação e pelo seu apoio, humanidade e sabedoria desde o início do mestrado até a reta final, imprescindíveis para o meu amadurecimento enquanto pessoa e pesquisadora.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Lopes da Silva pelas incríveis sugestões na qualificação desse trabalho. Sua orientação foi extremamente rica e fundamental para a materialidade desse trabalho. O meu muito obrigada de todo coração!

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christiane Machado Coêlho pela sua grande contribuição na qualificação desse trabalho. Você me guiou com muita humanidade e afeto antes mesmo de ser aluna desse mestrado. Mostrou-me a grande contribuição da sociologia para adensar a minha pesquisa.

Ao Prof<sup>o</sup> Dr. Erlando da Silva Rêses grande amigo que muito me guiou no exercício de compreender o método em Marx. À você o meu profundo respeito e admiração.

À minha mãe pela sua compreensão quando precisei sair de casa mesmo em um contexto de grande sofrimento. Por ter sido altruísta, bondosa, forte em todos os momentos. Ao meu pai pelo seu amor e comprometimento em me ajudar em todos os momentos. Por ter me acompanhado sempre nessa tarefa de fazer pesquisa. A vocês o meu amor, respeito, admiração e gratidão para sempre.

Ao meu namorado Georges Azar pela cumplicidade, amor e paciência. Pelas inúmeras vezes que precisei de sua ajuda em momentos difíceis. Por me propiciar momentos de grande alegria em contextos difíceis. Por me mostrar que a vida pode ser muito mais bela, divertida e repleta de realizações. Amo muito você!

Agradeço a todas as pessoas maravilhosas que tiveram imensa paciência comigo neste período complexo de “escrever a dissertação”. Dentre essas pessoas devo ressaltar minhas amigas Masilene Rocha, Daniele Soares e Louse Uchôa pelo incentivo, altruísmo e amizade a qualquer dia e hora. E ao meu amigo Diego Piedade por sua generosidade em ter me ensinado muitas lições na difícil tarefa de morar sozinho em outro lugar.

A todos vocês que fizeram parte desse amadurecimento pessoal, intelectual e acadêmico, muito obrigada!

## RESUMO

Esta dissertação é de caráter teórico e analítico e teve como ponto de partida empírico a análise qualitativa da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) concebida em 2004 no governo do Partido dos Trabalhadores-PT (2003-2016) conhecido como período “neodesenvolvimentista”. Quanto ao objetivo geral, visou contribuir com o acervo teórico da crítica marxista à perspectiva “neodesenvolvimentista” de Políticas Sociais com foco na Política Urbana “neodesenvolvimentista”. Para tanto, visou relacionar três categorias de análise: a saber, Neomarxismo Urbano, Política Urbana e “Neodesenvolvimentismo”. O método utilizado neste estudo foi o materialismo histórico-dialético. Seu objeto em apreciação diz respeito ao resgate da tradição e análise dos limites e possibilidades da perspectiva teórico-metodológica neomarxista, tendo em vista uma crítica atualizada acerca da experiência da política urbana no contexto do “neodesenvolvimentismo”. Como problematização, houve a pretensão de desnudar novas abstrações analíticas em termos comparados esclarecidos ao longo do texto. A hipótese geral considerou rigorosamente o método do materialismo histórico-dialético para análise da política urbana, que permitiu abstrair historicamente as categorias-chave do marxismo, as quais possuem capacidade crítica, potência teórica e plena aptidão para operarem satisfatoriamente o desafio de desvendar os limites e possibilidades do “neodesenvolvimentismo” como um fundamento da política urbana no Brasil do século XXI. Os resultados aferiram que não houve “pactuação democrática” alguma entre o Estado e sociedade civil para a dita “harmonia” entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e sim a maximização dos lucros do capital monopolista; representado no meio urbano por: imobiliárias, empresas de transporte coletivo, construção civil, entre outros.

**Palavras-chave:** Neomarxismo. Neodesenvolvimentismo. Política Urbana. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

## ABSTRACT

This dissertation has a theoretical and analytical character and had as an empirical starting point the qualitative analysis of the National Policy of Urban Development projected in 2004 in the government of the Party of Workers (2003-2016) known as the "neodevelopmentalist period". Regarding the general objective, it aimed to contribute with the theoretical collection of Marxist critique to the "neodevelopmental" perspective of Social Policies with a focus on the "neodevelopmental" Urban Policy. Therefore, it aimed to relate three categories of analysis: Urban Neo-Marxism, Urban Politics and "Neodevelopmentism". The method used in this study was historical-dialectical materialism. Its object concerns the rescue of tradition and analysis of the limits and possibilities of the neo-Marxist theoretical-methodological perspective, in view of an updated critique of the urban policy experience in the context of "neodevelopment". As problematization, there was the pretense of undressing new analytical abstractions in enlightened terms of comparative throughout the text. The general hypothesis considered the method of historical-dialectical materialism for the analysis of urban politics, which allowed to abstract historically the key-categories of Marxism, which have a critical capacity, a theoretical power and a complete ability to satisfactorily perform the challenge of uncovering the limits and possibilities of "neodevelopment" as a basis of urban politics in Brazil today. The results showed that there was no "democratic pact" between the state and society for the so-called "harmony" between economic development and social development, but rather the maximization of the profits of urban monopoly capital via real estate, transportation companies, construction companies, among others.

**Keywords:** Neo-Marxism. Neodevelopmentism. Policy Urban. Projected National Urban Development (PNDU).



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Problemática Urbana.....	34
--	----

## LISTAS DE TABELAS

**Tabela 1** – Evolução da população e do índice de urbanização no Brasil.....52

**Tabela 2** – Valores do orçamento federal pagos para a função Habilitação.....98

**Tabela 3** – Modo de transporte, custo e capacidade..... 102

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Número de meses de trabalho necessário para comprar um metro quadrado.....96
- Gráfico 2** – Taxa de motorização por automóveis no Brasil (nº de automóveis/100hab).....100
- Gráfico 3** – Custos Individuais do Transporte.....101
- Gráfico 4**– Distribuição da População Brasileira por modo de transporte.....101
- Gráfico 5**– Tempo gasto por habitante, por município e por modo de transporte.....103

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

<b>ANTP</b>	Associação Nacional de Transportes Públicos
<b>BNH</b>	Banco Nacional de Habitação
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal
<b>EIR</b>	Exército Industrial de Reserva
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
<b>FNHIS:</b>	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
<b>FNRU</b>	Fórum Nacional pela Reforma Urbana
<b>GEP</b>	Gramma Equivalente de Petróleo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>MSU</b>	Movimentos Sociais Urbanos
<b>PAC</b>	Programa de Aceleração do Crescimento
<b>PlanHab</b>	Plano Nacional da Habitação
<b>PLANSAB</b>	Plano Nacional de Saneamento Básico
<b>PLNHIS</b>	Plano Nacional de Habitação de Interesse Social
<b>PMCMV</b>	Programa Minha Casa Minha Vida
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PNDU</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SNHIS</b>	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
Algumas notas sobre o Materialismo Histórico Dialético aplicado ao urbano: um exercício de sucessivas aproximações .....	17
A aplicação do método histórico-estrutural de Marx em Jean Lojkine .....	22
CAPÍTULO 1 FUNDAMENTOS MARXISTAS PARA EXPLICITAR A CONTRADIÇÃO DE CLASSES NO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS MEDIAÇÕES VÁLIDAS DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO .....	26
1.1 O Estado e a produção do espaço urbano como produto e produtivo ao capital: um esforço de sucessivas aproximações .....	27
1.1.1 O legado de Marx e Engels para o debate da questão urbana: um contributo transformador e incessante .....	28
1.1.2 O caminho percorrido por Henri Lefebvre integrante da 1ª geração do pensamento neomarxista francês: algumas notas sobre a continuidade do esforço permanente de sucessivas aproximações .....	31
1.1.3 A herança da crítica marxista ao urbano em M. Castells e Jean Lojkine: representantes da 2ª geração do neomarxismo francês .....	36
1.1.4 Divulgadores da perspectiva crítica marxista no Brasil: o aporte necessário para pensar a nossa questão urbana .....	38
1.2 A renda da terra em Marx .....	43
CAPÍTULO 2 O DIREITO À CIDADE: OS DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA POLÍTICA URBANA E SUAS PARTICULARIDADES .....	49
2.1 Aspectos críticos sobre a trajetória da Política Urbana no Brasil: uma reflexão sobre seu construto histórico e concepção atual .....	49
2.2 Urbanização desigual brasileira: implicações históricas para o debate .....	51
2.2.2 Pobreza urbana: consequência dessa urbanização desigual .....	54
2.2.3 As expressões do neoliberalismo e suas implicações para o espaço urbano .....	56
2.3 Marcos históricos da Política Urbana no Brasil .....	60
2.4 Movimentos Sociais Urbanos (MSU): uma reflexão sobre sua potencialidade emancipatória ..	66
2.4.1 Movimentos sociais urbanos no Brasil: algumas notas .....	68
CAPÍTULO 3 POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PNDU): ENTRE AS CONTRADIÇÕES E OS LIMITES DO PERÍODO “NEODESENVOLVIMENTISTA” .....	73
3.1 O novo “desenvolvimentismo” no Brasil: fundamentos e concepções .....	73

3.2 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU): armadilhas e manifestações de um desenvolvimento econômico “descombinado” com o desenvolvimento social.....	86
3.2.1 Emancipação Política x Emancipação Humana: algumas notas sobre uma discussão clássica entre Karl Marx e T.H Marshall .....	88
3.2.1.1 Falta de moradia e de lugar na cidade? ou o interesse do Estado em privilegiar uma classe?.....	92
3.2.1.2 Há mesmo uma ausência de infraestutura na cidade? .....	94
3.2.1.3 Prerrogativas de uma política urbana de emancipação ou instrumento político de legitimação dos princípios neoliberais? .....	95
3.2.1.4 “compromisso” com o planejamento estratégico x perspectiva burguesa do Estado .	97
3.2.1.5 A “crise” do transporte público .....	99
3.2.1.6 O que há por trás de uma gestão governamental “ineficiente”? .....	104
GUIA DE CONCLUSÃO .....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
ANEXO B – CARTA AO POVO BRASILEIRO .....	131
ANEXO C – CARTA AO POVO BRASILEIRO .....	132
ANEXO D – CARTA AO POVO BRASILEIRO.....	133

## INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa de mestrado que se segue é de caráter teórico e analítico, pois se propõe, de um lado, a dar conta de uma reflexão teórica que organiza um conjunto muito determinado da literatura marxista para entender a política urbana no atual estágio de desenvolvimento do Estado Capitalista a ser ilustrado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Por outro lado, se propõe a articular esse escopo da crítica marxista tendo como foco um enquadramento singular do debate em Política Social que ficou recentemente conhecido como período “neodesenvolvimentista”. Em outras palavras, a proposta a seguir trata de uma determinada perspectiva teórica marxista considerada essencial para o exercício da crítica sobre a política urbana representado pelo PNDU proposta pelos governos do Partido dos Trabalhadores- PT (2003 a 2016).

A indagação que impulsionou o estudo até aqui construído é a de saber quais os fundamentos da crítica marxista que se tornam indispensáveis do ponto de vista teórico para a análise da política urbana elaborada no período “neodesenvolvimentista”. Esse problema de pesquisa originou-se da necessidade de considerar a política urbana no período “neodesenvolvimentista” mediante o método do materialismo histórico-dialético, assim como realizaram autores de renome nos estudos da seguridade social, afim de contribuir para o acervo da literatura crítica marxista.

A presente proposta de pesquisa, portanto, visa relacionar três categorias de análise, a saber, Neomarxismo Urbano, Política Urbana e “Neodesenvolvimentismo”. Seu objeto em apreciação diz respeito ao resgate da tradição e análise dos limites e possibilidades da perspectiva teórico-metodológica neomarxista, tendo em vista uma crítica atualizada acerca da experiência da política urbana no contexto do “neodesenvolvimentismo”.

Como problematização, houve a pretensão de desnudar novas abstrações analíticas em termos comparados esclarecidos ao longo do texto. No que se refere ao objetivo geral, o estudo visa contribuir com o acervo teórico e analítico da crítica marxista a perspectiva “neodesenvolvimentista” de Políticas Sociais com foco na Política Urbana “neodesenvolvimentista”. Esse problema de pesquisa surgiu da indispensabilidade de considerar a política urbana no período “neodesenvolvimentista” mediante o materialismo histórico-dialético, como fizeram autores consagrados nacionalmente em relação à política social.

Dessa forma, houve o surgimento e consolidação da literatura crítica sobre esse período peculiar da história do Brasil no que diz respeito à política social que logrou significativo êxito, gerando um relevante incentivo para a elaboração de uma leitura crítica relacionada a outras políticas essenciais ao modo de produção capitalista, tal como a urbana tratada aqui.

A pergunta de pesquisa, por sua vez, se baseia em quais são as aproximações necessárias aos fundamentos da crítica marxista para a análise da política urbana elaborada no período “neodesenvolvimentista”. Já como hipótese pretende-se abstrair historicamente as categorias-chave do marxismo, as quais possuem capacidade crítica, potência teórica e plena aptidão para operarem satisfatoriamente o desafio de desnudar os limites e possibilidades do “neodesenvolvimentismo”, como um fundamento da política urbana no Brasil do século XXI.

Portanto, o objeto de estudo desta dissertação é o resgate da tradição e análise dos limites e possibilidades da perspectiva teórico-metodológica neomarxista, tendo em vista uma crítica atualizada acerca da experiência da política urbana no contexto do “neodesenvolvimentismo”.

A hipótese geral dessa pesquisa considerou rigorosamente o materialismo histórico-dialético para análise da política urbana, que permitiu abstrair historicamente as categorias-chave do marxismo para a análise do período “neodesenvolvimentista” no que diz respeito à política urbana no Brasil do século XXI.

O método utilizado nesse estudo desde sua concepção, desenvolvimento e conclusão foi o materialismo histórico-dialético. Foi mediante esse método que foi possível elencar procedimentos metodológicos capazes de dar conta do problema de pesquisa e da hipótese já indicados.

No capítulo I, houve o esforço de explicar a gênese e atualidade da potência teórica marxista para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista sobre o urbano/urbanização como contributo crítico válido para interpretação da questão urbana e da política urbana hoje. Para tanto, foi necessário o ordenamento teórico baseado em uma revisão de literatura entre diferentes interpretes dentro desse pensamento marxista. Para tanto, o debate começou por (1) Marx e Engels (fundadores do pensamento clássico marxista) passando pelos fundadores de (2) 1ª geração do pensamento neomarxismo europeu para a nova sociologia urbana com destaque para França (Lefebvre) e (3) seguindo com os leitores de 2ª geração (M. Castells e Lojkin) e (4) Por fim, consideraram-se o debate dessa vertente marxista interpretados por autores brasileiros como Rauta Ramos e Souza.



No capítulo II, buscou-se alcançar as determinações históricas-estruturais para a interpretação crítica da política urbana brasileira no momento político, econômico e social atual (“neodesenvolvimentismo”). Para tanto, foi resgatado um debate profícuo entre autores brasileiros cujas análises são imprescindíveis na busca pelas especificidades da política urbana no contexto mais geral e que oferece uma base de sustentação suficiente e atual sobre o objeto de estudo proposto.

No capítulo III, foi desenvolvida uma discussão sobre o sentido da estratégia Denominada “neodesenvolvimentista”, iniciada no Brasil com o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2009) e seguida por Dilma Rousseff (2010-2016), organizada num período de grave crise do capitalismo global também conhecida como crise estrutural do capitalismo. Nesse sentido, procurou-se identificar na política urbana brasileira, elegendo-se como unidade empírica de análise, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Interessa neste momento analisar essa política do ponto de vista crítico-reflexivo, desnudando possíveis fetichismos que insistem em permanecer numa análise sem a devida acuidade sociológica e desvinculada do método histórico-estrutural.

### **Algumas notas sobre o Materialismo Histórico Dialético aplicado ao urbano: um exercício de sucessivas aproximações**

No momento atual, são cada vez mais recorrentes críticas e reformulações de teorias e métodos de pesquisa. Nesse debate há a presença de discussões sobre crise de paradigmas, pluralismo metodológico, subjetivismo. Esses aspectos mantêm relação com a diversidade de perspectivas e concepções teóricas existentes que são concernentes com as ditas “mudanças” vivenciadas pela sociedade que requisitariam respostas mais “eficazes” da teoria, colocando em questão as contribuições dos modelos clássicos, materializando-se numa “crise da sociologia” conforme discute Ianni (1990, p. 19):

A crise da sociologia pode ser real ou imaginária, mas não há dúvida de que tem sido proclamada por muitos. Em diversas escolas de pensamento, em diferentes países, uns e outros colocam-se o problema da crise de teorias, modelos ou paradigmas. Desde o término da Segunda Guerra Mundial, e em escala crescente nas décadas posteriores, esse é um problema cada vez mais central nos debates. Além dos êxitos reais ou aparentes, das modas que se sucedem, dos desenvolvimentos efetivos do ensino e na pesquisa, da produção de ensaios e monografias, manuais e tratados, subsiste a controvérsia sobre a crise de explicação na sociologia (IANNI, 1990, p. 195).

Nessa controvérsia, o marxismo talvez seja o maior alvo das críticas contemporâneas, haja vista ter o propósito de intervir na realidade numa direção de superação da ordem mantida pelo modo de produção capitalista e não se limitar somente à teorização da realidade. “Cabe ao método, nas mutáveis condições da vida social, auxiliar na descoberta de como enfrentar eficientemente o desconhecido de modo a convertê-lo em elemento potencializador da práxis humana” (LUKÁCS, 1979). Buey (2004) também contribui para esse debate quando discute sobre o materialismo prático à luz de Marx quando afirma que:

O materialismo prático quer dizer, para Marx, um materialismo que não se limita a captar a realidade sob a forma de objeto ou como mera contemplação; que rompe com a oposição estanque sujeito/objeto e concebe, alternativamente, a atividade humana como uma atividade objetiva e transformadora ao mesmo tempo. É um materialismo que considera a subjetividade do homem real. Este materialismo afirma que a questão de elucidar a verdade e a objetividade das representações humanas é um problema, mas acrescenta que é um problema só passível de resolução no âmbito da práxis, da atividade, pois é nela, que o homem pode provar (não no sentido lógico-formal, mas com experimentação) a verdade do seu pensamento. (BUEY, 2004, p. 135).

Cumprido destacar que o resgate do método em Marx constitui-se como um desafio, dada a riqueza de categorias nele presentes, pois estas “não são eternas, são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que têm nas distintas formas de organização da produção” (NETTO, 2011, p. 49). Nesse sentido, é necessário o cuidado para não elaborar compartimentalizações estanques ou etapistas, que descaracterizem o movimento do próprio método.

O método em Marx compõe um dos pilares de sua teoria social a qual é impensável sem outros dois elementos fundantes: a teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução como possibilidade histórica. Nesse caminho, retomar seus pressupostos se constitui como uma forma de contribuir com o debate, ao mesmo tempo em que possa esclarecer alguns equívocos.

Para a compreensão do processo de construção da teoria e do método em Marx, é necessário estabelecer uma aproximação às críticas existentes sobre ciência e filosofia. Nesse sentido é oportuno lembrar sobre a forma fragmentada de conceber o mundo, própria do ideário burguês, que operava a particularização dos diferentes ramos da ciência. Somada a isso, havia ainda uma polaridade entre ciências da natureza e da sociedade e ambas se dividiam em ramos específicos ou ciências particulares, perdendo cada vez mais sua unidade. Nessa direção, Marx tinha como premissa que não se pode considerar o ser social

independente do ser da natureza, como faz a filosofia burguesa ao se referir aos domínios do espírito. Assim, ele combatia a transposição simplista e materialista vulgar das leis naturais para a sociedade, próprias do positivismo (LUKÁCS, 1979).

A filosofia, por sua vez, tinha sido destituída de seu caráter ontológico de percussora das ciências e constituía-se por elementos lógicos e gnosiológicos. Entretanto, Marx reconhecia a importância da filosofia para a elaboração científica a ponto de tê-la perseguido durante toda sua produção teórica e metodológica.

A respeito disso, são oportunas as contribuições de Chasin (1988) quando este afirma que o único pensador que fez ontologia até as últimas consequências foi Marx “porque é o único a estabelecer o pensamento ontológico desembaraçado da questão gnosiológica “recuperando” a disposição dos pré-socráticos, os únicos que também fizeram uma ontologia desembaraçada da questão gnosiológica” (CHASIN, 1988, p. 4).

No entanto, Marx, no exercício de centrar os seus interesses na fundação de uma ciência da economia, foi acusado de se afastar da filosofia para ser um especialista em economia, sendo assim confundido como um pensador que faz oposição mecanicamente rígida entre ciências particulares e filosofia (lógica e gnosiologia). Entretanto, tal crítica não procede, visto que Marx, de acordo com Lukács (1979), ao se aproximar da economia, acabou aprofundando todas as suas concepções filosóficas. Assim, o espírito científico de Marx passou pela filosofia.

Vale lembrar ainda que o pensamento de Marx recebeu várias influências, dentre as quais se destacam a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês conforme aposta Netto (2009, p. 170).

Apesar de beber dessas fontes, Marx propõe uma ruptura com o modo de fazer ciência e filosofia até então existentes. Essa ruptura é eminentemente ontológica, pois busca na realidade o fundamento da existência e não na ideia, no pensamento” (TONET, 199. p. 120.).

Conforme Netto (2011, p. 21), isso traz implicações à relação sujeito/objeto, sendo o objeto, para Marx, o guia do sujeito no processo do conhecimento “a teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Ainda segundo Netto (2011, p. 21), a teoria é ainda “o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador - o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)” (NETTO, 2011, p. 21).

O método em Marx é, portanto, indissociável da teoria. É inconcebível analisar o método sem a referência teórica, sendo, nessa perspectiva, imprescindível a conexão de três categorias “teórico metodológicas” centrais no pensamento de Marx: totalidade, contradição e mediação. A primeira trata-se da união dos complexos sociais que se estabelecem na sociedade, uma totalidade dinâmica que se articula à categoria da contradição, devido à constante transformação da sociedade. A mediação, por sua vez, indica as relações estabelecidas que são mediadas pela estrutura da totalidade.

Contribuindo para esse debate, segundo as observações de Netto (2011) sobre o método em Marx, pode-se perceber que o objetivo do pesquisador é ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, mas que não deve ser limitado a ela. Ao contrário, deve-se ultrapassá-la ao ponto de apreender a essência, ou seja, a estrutura e dinâmica do objeto. Numa palavra:

O fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde, pois a essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo parcial ou sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno aparentemente indica algo que não é ele mesmo e vive graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente, “ela é mediata ao fenômeno e se manifesta em algo diferente daquilo que é. Contudo a essência se manifesta no fenômeno e, por isso o fenômeno revela a essência” (KOSIK *apud* BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 39).

Noutras palavras:

O método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22).

Colaborando para esse debate, aponta-se que para Marx a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não deve basear-se na autonomia, externalidade ou neutralidade do sujeito nem do objeto, mas de forma relacional, pois para ele o papel que o sujeito deve desempenhar é ativo, apesar do movimento do objeto comandar os procedimentos do pesquisador.

Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa (NETTO, 2011, p. 25).

Marx combate qualquer dissociação entre teoria e prática, entre pensamento e realidade, porque essas dimensões são abstrações mentais (categorias analíticas) que, no plano concreto, real, integram uma mesma totalidade complexa. Observando as contribuições de Netto (2011) acerca do método em Marx, torna-se oportuno distinguir, a esta altura, o sentido de “abstração” e “abstrato” a fim de alcançar a inteira compreensão do método.

Abstração se constitui “como capacidade intelectual, que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável” [...] (NETTO, 2011, p. 44). Já o elemento abstraído vem a ser o abstrato. Nesse sentido, a realidade é concreta exatamente “por ser a síntese de muitas determinações, a unidade do diverso que é própria de toda totalidade” (NETTO, 2011, p. 44).

No entanto, na elaboração metodológica de Marx, o que é inovador é a tarefa de percorrer novamente o caminho feito antes. Noutras palavras: após o alcance das determinações mais simples, é necessário realizar a “viagem de volta” como forma de possibilitar uma totalidade mais rica de determinações e relações múltiplas.

É a partir dessa evidencia que a teoria social de Marx não pode ser adequada a padrões rígidos do saber acadêmico que defendem a ideia de que se o pesquisador aplicar o método corretamente chegará aos resultados exatos. Romper com esse argumento de aplicação de teorias e de métodos em uma dada realidade e a superar a falsa dicotomia entre teoria e prática, é caminho que tem que ser percorrido a fim de se apropriar da riqueza da teoria social de Marx e seu método.

Por isso elege-se aqui o materialismo histórico dialético como o mais indicado para se compreender a realidade social, haja vista esta ser compreendida na sua processualidade e dinamismo e os seus fenômenos como movimento, processos de uma determinada realidade. Nesse sentido, concorda-se com célebre frase de Marx e Engels quando afirmam que “[...] não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (MARX; ENGELS *apud* NETTO, 2009, p.678).

## A aplicação do método histórico-estrutural de Marx em Jean Lojkin

Busca-se aqui trazer considerações acerca da obra de Jean Lojkin “O Estado Capitalista e a Questão Urbana” no que diz respeito a sua relação intrínseca ao método em Marx. Jean Lojkin é referência na área. Elaborou suas contribuições em meados dos anos 80 (século XIX) na França e seu nome repercutiu em vários países, inclusive no Brasil<sup>1</sup>. O referido autor é um neomarxista expressivo do ponto de vista da aplicação do método de Marx aos estudos urbanos a partir da última quarta parte do século XX, que influenciou importantes autores brasileiros dedicados ao tema da questão urbana, tais como: Maria Helena Rauta Ramos, Hermínia Maricato, Milton Santos e Carlos Vainer.

Jean Lojkin (1977) traz importantes reflexões teóricas acerca da dinâmica do processo de acumulação do capital e seus impactos através da reprodução da desigualdade no espaço urbano, no caso, a segregação. Ao longo de toda a sua obra é possível perceber a indissociabilidade da análise do urbano e do materialismo histórico-dialético. Essa conexão pode ser percebida logo na introdução quando ele se refere ao método utilizado para responder as indagações do estudo do urbano fazendo ainda referência ao estudo de Marx quando este analisou a economia política:

O procedimento que adotamos para responder a essa série de perguntas pode provocar objeção análoga à que foi feita ao método usado por Marx na sua Crítica da Economia Política (*O Capital*). Com efeito, se nosso objetivo concreto de pesquisa é a ou as políticas urbanas nos países desenvolvidos, por que não “começar pelo real e pelo concreto”, em vez de começar por noções tão abstratas quanto as determinações gerais do Estado e do urbano, que é o que forma o cerne de nossos dois primeiros capítulos? Idêntica é a tentação, em economia política, de se começar o estudo de um país pela população, sua divisão em classes, sua distribuição na cidade, no campo, etc. (LOJKINE, 1997, p. 44, *grifos nossos*).

Lojkin (1997) situa o Estado numa concepção materialista e histórica. Nas palavras do autor, “o Estado não é externo à estrutura social, não é uma organização autônoma e da mesma forma, a política a ele atribuída não é constituída de decisões de atores autônomos” (LOJKINE, 1997, p.84).

O autor concebe o Estado como expressão da tensão política visando prover o suprimento das necessidades de reprodução ampliada do capital sem deixar de se materializar

---

<sup>1</sup> Jean Lojkin participou de alguns debates no Brasil na segunda metade dos anos 90 a convite da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Nos anos 2000, retornou ao país a convite da Universidade de Brasília - UnB por meio do Grupo Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social- Locuss-UnB do Programa de Pós Graduação em Política Social - PPS. Foi através dos debates no grupo Locuss-UnB que tornou possível a elaboração das primeiras aproximações a sua obra.

no espaço citadino, onde as contradições e as lutas de classe são geradas pela segregação social.

Soma-se a essa afirmação as discussões do item III intitulado: Elementos para uma análise materialista e dialética do Estado do capítulo 1 do seu livro “O Estado Capitalista e a Questão Urbana”. Nessa passagem, Lojkine (1997) faz referência ao Estado segundo a perspectiva da totalidade e da contradição conforme o método histórico estrutural trabalhado no item anterior. Em algumas passagens isso se concretiza, tais como:

Analisar o Estado como a forma mais desenvolvida da contradição valor/ valor de uso é perfeitamente fundamentado na medida em que tal análise, longe de “aplainar” e de “reduzir” a complexa totalidade estatal a uma qualquer noção “simples” elementar, acompanha o conjunto do processo de desenvolvimento-metamorfose das formas sociais, sem saltar nenhum elo intermediário, sem procurar reduzir a realidade superior a uma forma “primitiva” (LOJKINE, 1997, p. 112).

Mesmo na época do capitalismo monopolista de Estado, é fato que o Estado só pode preencher sua função hegemônica se der a impressão de “representar” a unidade da formação social (Estado-nação), a unidade de todas as classes sociais (aglomerado de cidadãos); ele precisa “alimentar” essa ilusão preenchendo funções que interessam o conjunto de classes sociais de uma dada formação nacional (LOJKINE, 1997, p. 137).

O Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica, o que significará, no seu funcionamento do sistema estatal, a predominância de certos aparelhos ou ramos sobre outros; e o ramo ou aparelho que domina é, em regra geral, o que constitui a sede do poder de classe ou fração hegemônica (LOJKINE, 1997, p. 140).

O mesmo ocorre com a definição que ele desenvolve sobre as políticas urbanas consideradas como elementos essenciais e constitutivo da reprodução do capital na sua fase monopolista, onde o Estado ampliado possui caráter contraditório na medida em que promove coerção e consenso na ocupação do espaço urbano. O autor aplica o método histórico-estrutural na medida em que compreende as políticas urbanas na sua complexidade e contradição e elaborando as necessárias mediações para concebê-la em sua funcionalidade ao sistema capitalista:

Políticas urbanas são “contratendências” produzidas pelo próprio modelo de produção capitalista para regular, atenuar os efeitos negativos – no nível do funcionamento global das formações sociais- da segregação e da mutilação capitalistas dos equipamentos urbanos (LOJKINE, 1977, p. 191).

Longe de suprimir a contradição entre meios de reprodução do capital e meios de reprodução da força de trabalho, a política urbana vai exacerbá-la, tornando-se um instrumento de seleção e de dissociação sistemática dos diferentes tipos de equipamento urbano, de acordo com o seu grau de rentabilidade e de utilização

imediate para o capital. Contradição reforçada no estágio monopolista pelo fracionamento da classe capitalista e refletida no nível estatal pela constituição do que chamamos uma política “monopolista”, ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço exclusivo da fração monopolista do capital. (LOJKINE, 1977, p. 193).

Lojkine (1997) considera ainda que a organização social no espaço urbano é constantemente influenciada pelo agente estatal a partir da sua associação a diferentes frações de capital, mais especificamente com a fração hegemônica que representa os interesses da classe dominante. O referido autor se baseou bastante em “O Capital” e lhe extraiu as categorias-chave e/ou conceitos de Marx para desenvolver sua análise sobre o urbano. A exemplo de algumas das categorias marxistas utilizadas por este autor estão a reprodução social do capital, processo imediato de produção e reprodução ampliada das classes sociais.

Outro conceito chave resgatado de Marx em sua análise do urbano foi o de condições gerais da produção. Lojkine (1997) resgatou e ampliou este conceito na intenção de referir aos valores de uso complexo exigidos pelo capital e pelo trabalho em suas versões contemporâneas fordistas.

Segundo Souza (2005), este conceito é operado por Lojkine para pensar o processo de reprodução ampliada do capital tendo em vista a análise das dinâmicas associadas aos meios de comunicação e transporte. Em resumo, pode-se dizer que este conceito marxista se refere àquelas infraestruturas e serviços que garantem a atividade produtiva no ambiente urbano. Dessa maneira, se inscreveu no debate das contradições da urbanização capitalista no contexto do Capitalismo Monopolista de Estado.

Lojkine (1997, p. 122), na medida em que concebe a urbanização como o componente central das relações de produção, discute que as formas contraditórias do desenvolvimento urbano, do modo como são refletidas e acentuadas pela política estatal, são exatamente a manifestação do caráter ultrapassado do modo de produção capitalista. Conforme o próprio Lojkine (1997, p. 122): “as formas contraditórias do desenvolvimento urbano (...), são justamente a revelação do caráter ultrapassado da maneira capitalista de medir a rentabilidade social através apenas da acumulação do trabalho morto”.

Ao concluir sua obra, Lojkine (1997) tece algumas considerações importantes a respeito do método utilizado por Marx na crítica à economia política: “Marx abriu caminho para uma análise materialista do Estado e das superestruturas, quando mostrou num célebre texto do Capital, o fundamento social oculto do edifício social e político” (LOJKINE, 1997, p. 342). Ele deixa claro que a sua obra procurou evitar qualquer interpretação dogmática do método proposto: “convém repetir, não se trata de uma receita teórica e sim simplesmente de



um princípio epistemológico que fundamenta a análise concreta, mas que não a substitui” (LOJKINE, 1997, p. 342).

Lojkine (1997,) ao interpretar o urbano, não dissocia os três pilares da teoria social de Marx que são o método, teoria do valor trabalho e a perspectiva da revolução. Ao realizar isso, o referido autor consegue superar as análises estruturalistas presentes na sua época que esvazia o conceito de luta de classes para entender o urbano.

É nesse sentido que Lojkine (1997) convence na sua utilização do método e o satisfaz segundo as considerações realizadas na primeira sessão, pois ele compreende o conceito de Estado e o satura de múltiplas determinações, além de dar historicidade a ele. O mesmo ele realiza com o conceito de política urbana e luta de classes.

## CAPÍTULO 1

### **FUNDAMENTOS MARXISTAS PARA EXPLICITAR A CONTRADIÇÃO DE CLASSES NO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS MEDIAÇÕES VÁLIDAS DO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO**

Neste capítulo, houve o esforço de explicar a gênese e atualidade da potência teórica marxista para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista sobre o urbano/urbanização como contributo crítico válido para interpretação da questão urbana e da política urbana hoje. Essa mediação teórica é vulgarmente conhecida como questão urbana.

Ou seja, visou-se responder a seguinte pergunta: o que distingue o marxismo no trato da problemática urbana? Como resposta considera-se que é uma teoria, que por possuir um método histórico-estrutural de análise sobre o processo de urbanização capitalista, foi capaz de desenvolver um conjunto de mediações indispensáveis para desvendar a essência das relações sociais responsáveis pela produção/reprodução do capital no espaço urbano.

Para tanto, foi necessário o ordenamento teórico baseado em uma revisão de literatura entre diferentes intérpretes dentro desse pensamento marxista. As mediações teóricas desse legado foram baseadas nos autores citados mais a frente, respeitando a data de publicação das obras<sup>2</sup>, ou seja, do clássico ao contemporâneo. Vale lembrar que não houve aqui a pretensão em evidenciar debates, nem as diferentes tendências, sejam internas ou externas, para entender as mediações teóricas dessa vertente.

Para tanto, o debate começou por (1) Marx e Engels (representantes do pensamento clássico marxista) passando pelos fundadores de (2) 1ª geração do pensamento neomarxismo europeu para a nova sociologia urbana com destaque para França (Lefebvre) e (3) terminando com os leitores de 2ª geração (M. Castells e Lojkine). Por fim, consideraram-se o debate dessa vertente marxista interpretados por autores brasileiros como Rauta Ramos e Souza. Cumpre destacar que houve o apoio da contribuição de outros autores, tendo em vista a relevância das categorias originadas no debate crítico trazidas pelos autores principais anteriormente citados.

---

<sup>2</sup> A situação da classe operária na Inglaterra (1845), O Manifesto Comunista (1848), O Capital (1967 sendo que o Livro III que trata da renda da terra não foi publicado por Marx em vida, mas sim por Engels em 1894. A Questão da Habitação (1988). No recorte da 1ª geração foi apresentado e discutido as contribuições de Lefebvre contidas em: “O direito à cidade”(2001 [1986]), “A cidade do Capital” (2001 [?])”A revolução urbana” (1991). No recorte da 2ª geração considerou-se as contribuições de M. Castells “A questão Urbana” (1983) e LOJKINE, Jean “O Estado capitalista e a questão urbana(1997)”. Por fim, no recorte dos intérpretes brasileiros foram abordadas as obras “Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002”, ICASURIAGA “Intervenções urbanas e efeitos sociais: alguns questionamentos à política de regularização fundiária e habitacional (2008)” E Souza “Uma Crítica Francesa ao Espaço Urbano” (2005).

## **1.1 O Estado e a produção do espaço urbano como produto e produtivo ao capital: um esforço de sucessivas aproximações**

As mediações essenciais no exercício incessante de interpretar a questão urbana numa perspectiva crítica a fim de capturar a essência dos fenômenos surgem no século XIX por Marx e Engels e se desenvolvem com mais refinamento no século XX, sendo reproblematicadas e reatualizadas no século XXI.

As mediações elaboradas por esses autores rompem com as visões anteriores que ficavam apenas no aparente, além de serem as únicas capazes de revelar os limites e possibilidades da política urbana, visto que considera o caráter histórico e as determinações do sistema capitalista.

Esse foi o contributo capaz de gerar, em meados do século passado, uma reviravolta da orientação teórica (ou uma ultrapassagem teórica) sobre a interpretação da cidade e o processo de urbanização. Esse processo de ultrapassagem teórica se deu na Europa, sobretudo na França, e tomou a forma de um questionamento sobre o saber hegemônico explicativo da época que era ahistórico e/ou acrítico em relação à manifestação no território da relação capital/trabalho, e que por assim ser, não ultrapassava a superficialidade do fenômeno urbano, limitando-se a análises rasas presas ao aparente.

Esse processo de renovação da produção teórica sobre o urbano ficou conhecida como a “nova sociologia urbana”, por contrapor-se à produção teórica da escola de Chicago. Esses novos estudos trouxeram à tona um problema que a Escola de Chicago não tratou: como se manifestam os problemas de segregação socioespacial impulsionados pela lógica interna do capital?

Souza (2005), sobre essa “polêmica teórica”, aponta em sua obra “Uma crítica francesa do espaço urbano” um recorte do itinerário acadêmico de alguns dos seus principais intérpretes com o intuito de discutir seus pontos de convergência e divergência em relação aos fundamentos marxistas:

Esses autores lançaram as primeiras luzes (ainda na passagem da primeira para a segunda metade do século passado) sobre a lógica do capital na sua ambição de abstrair novos sentidos espaciais da moderna urbanidade. Tais abordagens são imprescindíveis para uma perspectiva de análise crítica, competente e não fetichizada, do espaço urbano (SOUZA, 2005, p. 50).

Também no esforço de seguir um itinerário das contribuições pertinentes e elucidativas sobre a questão urbana o presente trabalho, como já apontado anteriormente, seguiu um método cronológico de exposição que será desenvolvido nas próximas sessões:

### 1.1.1 O legado de Marx e Engels para o debate da questão urbana: um contributo transformador e incessante

Para Marx e Engels a cidade não é concebida como um objeto particular de análise, mas como uma dimensão presente, real e objetiva no processo de gênese, consolidação e desenvolvimento da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, a crítica do capitalismo é o caminho que guia a necessidade histórica de sua superação. E essa crítica é baseada nos pilares sobre os quais se ergue: a perspectiva da revolução, o método dialético e a teoria do valor trabalho.

Além desse pilar de sustentação imprescindível, Marx toca no ponto crucial da desigualdade social no urbano que é a origem da propriedade privada. Tais elaborações foram organizadas com base nos seus rascunhos “*Grundrisse* (2011)” onde ele associa a transição da propriedade coletiva para a propriedade privada, formas que antecederam a produção capitalista (MARX, 2011, p. 388-423) como produto histórico, ao surgimento da possibilidade de apropriação privada do excedente (com o desenvolvimento das forças produtivas materiais) através da exploração do trabalho alheio:

[...] Nas diversas formas em que o trabalho se relaciona com suas condições de produção como sua propriedade, a reprodução do trabalhador não é posta de modo algum por mero trabalho, mas o pressuposto de seu trabalho. Na propriedade fundiária isso é evidente; no sistema corporativo também tem de ficar claro que o tipo particular de propriedade constituída pelo trabalho não se baseia sobre o mero trabalho ou troca de trabalho, mas sobre uma conexão objetiva do trabalhador com uma comunidade e com condições dadas que ele encontra, e das quais parte como sua base. Elas são igualmente produto de um trabalho, do trabalho da história universal; do trabalho da comunidade – de seu desenvolvimento histórico, que não parte do trabalho dos indivíduos singulares nem da troca de seus trabalhos. [...] Uma situação em que simplesmente seja trocado trabalho por trabalho – seja na forma viva imediata, seja na forma de produto – supõe a dissociação do trabalhador de seu vínculo originário com suas condições objetivas, motivo pelo qual, por um lado, o trabalho aparece como mero trabalho, e, por outro, seu produto, como trabalho objetivado, ganha diante dele uma existência completamente autônoma como valor. A troca de trabalho por trabalho aparentemente, a condição da propriedade do trabalhador funda na ausência de propriedade do trabalhador como base do trabalho (MARX, 2011, p. 424-425).

Associado a essa concepção da propriedade privada como a raiz da desigualdade no urbano, os autores proporcionam à luz do método o desvendamento da subordinação do campo à cidade. Essa subordinação, segundo Marx e Engels (2007), possui uma importância histórica imperiosa para o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o urbano submeteu e submete o campo com o objetivo de garantir a necessidade da burguesia no processo de concentração da propriedade e dos meios de produção, aspectos fundantes do novo modo de produção que estava alvorecendo.

Nas palavras de Marx e Engels (2007): “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos [...]” e, na sequência: “A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. (MARX; ENGELS, 2007: 44). É seguramente este cenário que Marx tinha em mente ao afirmar que “a miséria é para os proprietários de imóveis uma fonte mais abundante do que as minas de Potosí jamais o foram para a Espanha”. (MARX, 2008, p. 1025).

Marx (2006) evidencia, ainda, que a principal forma de operar essa divisão era separando os camponeses do acesso à terra aliado a tarefa de disciplinar os produtores às novas relações de trabalho:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam. (MARX, 2006, p. 848)

Marx (2006) cita exemplos dessa “legislação sanguinária contra os expropriados” que objetivava discipliná-los e rebaixar seus salários num tempo em que os “direitos” da classe trabalhadora não existiam, pois se tratava da própria necessidade de implantação do capital. Esse processo chamado de “acumulação primitiva”<sup>3</sup>. Apesar de ser fundamental no início de

---

todo o processo de assalariamento, é um processo constante que é inerente ao modo de produção capitalista e que continua em pleno desenvolvimento nesse tempo histórico.

Engels (1998) também adensa o debate ao afirmar que a dinâmica capitalista conduz à formação dos centros urbanos. Esses centros, segundo o autor, criam e mantêm as mais diversas expressões da questão social oriundas do conflito capital x trabalho. Para tanto, o autor argumenta que “a questão habitacional só pode ser resolvida a partir da superação da oposição entre cidade e campo, que é levada ao extremo na sociedade capitalista” (ENGELS, 1988, p.29).

Engels (1988) já partia de abstrações para criticar o debate habitacional que acontecia no seu tempo, no qual argumentava que a solução da questão habitacional está intimamente relacionada à superação do conflito capital x trabalho “Querer resolver a questão da habitação e, ao mesmo tempo, manter as grandes cidades modernas é um contrassenso. As grandes cidades modernas só serão eliminadas, porém, com a abolição do modo de produção capitalista”. (ENGELS, 1988, p. 29).

Nesse processo de dinamismo da produção capitalista no urbano, Engels (2008) discute o processo de transformação do espaço impulsionado pela nova indústria, a qual centraliza os capitais e a produção, ou seja, a indústria concentrou na mão de poucos a riqueza social.

Como consequência desse processo de transformação na organização e divisão do trabalho, destaca-se a criação de grandes concentrações urbanas. “O grande estabelecimento industrial demanda muitos operários, que trabalham em conjunto numa mesma edificação; eles devem morar próximos e juntos – e, por isso, onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila” (ENGELS, 2008, p. 64). Nesse compasso crescente, com o surgimento de grandes cidades, “a centralização da propriedade atingiu o mais alto grau. (...) Nelas só existe uma classe rica e uma classe pobre, desaparecendo dia a dia a pequena burguesia” (ENGELS, 2008, p. 65).

Observando a realidade das cidades inglesas, Engels (2008, p. 70) afirma que nesses grandes centros podem ser encontrados “bairros de má fama”, onde estão concentrados os trabalhadores. Segundo ele, é designada para essa classe “uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinho” (ENGELS, 2008, p. 70).

Engels analisa de forma bastante crítica à situação da classe trabalhadora no seu tempo denunciando a precariedade dos bairros desorganizados e carentes de intervenções estatais.

Esses lugares têm “as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular” (ENGELS, 2008, p. 70). Nesses bairros, ainda, “as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos” (ENGELS, 2008, p. 70).

Suas casas estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis (ENGELS, 2008, p. 115).

Nesse sentido, com base em Engels (2008), em síntese, pode-se afirmar que:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana (ENGELS, 2008, p. 115).

O pensamento originado em Marx e Engels, mesmo em seu tempo e inconclusivos, propuseram quanto ao urbano a base crítica sob a qual autores do século XX, considerados os fundadores da 1ª geração do neomarxismo francês, continuassem a elaborar as mediações necessárias para a ultrapassagem fenomênica da questão urbana que insistia em permanecer. Para tanto, será discutido as contribuições de Henri Lefebvre.

1.1.2 O caminho percorrido por Henri Lefebvre integrante da 1ª geração do pensamento neomarxista francês: algumas notas sobre a continuidade do esforço permanente de sucessivas aproximações

Lefebvre (2001, p. 46), no clássico livro *O direito à cidade*, afirma que a cidade é construída por relações sociais, ao passo que produz novas relações; é “uma mediação entre as mediações”. Nesse sentido, as relações sociais se criam e se desenvolvem historicamente definindo a configuração do espaço e sendo por ele determinado reciprocamente.

Para ele, a cidade é ainda um cenário decorado pelo conflito de classes e pela desigualdade social. É um espaço de socialização da reprodução social, resultado do intenso

processo de urbanização desigual, injusto e insustentável. Nela, ainda segundo Lefebvre (2001), há o contraste do belo e do feio, onde a beleza geralmente se concentra no centro da cidade que condensa bens e serviços, e o feio sem infraestrutura reservado à periferia. Na sua obra “O Direito à Cidade” Lefebvre (2001) define, ainda, as cidades como “centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras” (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

A cidade, como tal, faz parte dessas condições históricas, implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). [...] Na cidade, o mundo da mercadoria, abstrato em si mesmo (porque constituído de relações desprendidas do uso), encontra a natureza, simula-a, pode passar por natural, faz passar sua encarnação material por natural. As exigências do capital e as necessidades da burguesia são tomadas, ao mesmo tempo, por naturais e sociais [...]. Moldadas pela história no quadro urbano, as necessidades aí se impõem. (LEFEBVRE, 1999, p. 140-141).

Lefebvre (2001) argumenta que para garantir os direitos da minoria insurgente, a solução dada foi à expulsão “[...] do centro da urbano e da própria cidade, o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’”. A cidade moderna, segundo ele, já não possui mais a característica de ser o espaço de integração e convivência social dos diferentes, mas sim espaço de exploração. Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 63).

A cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto quer dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção) (LEFEBVRE, 2001, p. 63).

Lefebvre (2001) aponta que para expor a base da “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Segundo o autor, “quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 4).

Como resultado da consolidação da indústria no urbano, há uma tendência necessária e constante para a reprodução do sistema capitalista que é o fenômeno da expulsão da classe trabalhadora para lugares afastados dos centros urbanos e ao mesmo tempo a garantia da sua disposição, posto que os trabalhadores são os autores das riquezas produzidas, ou seja, “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (LEFEBVRE, 2001, p. 15).

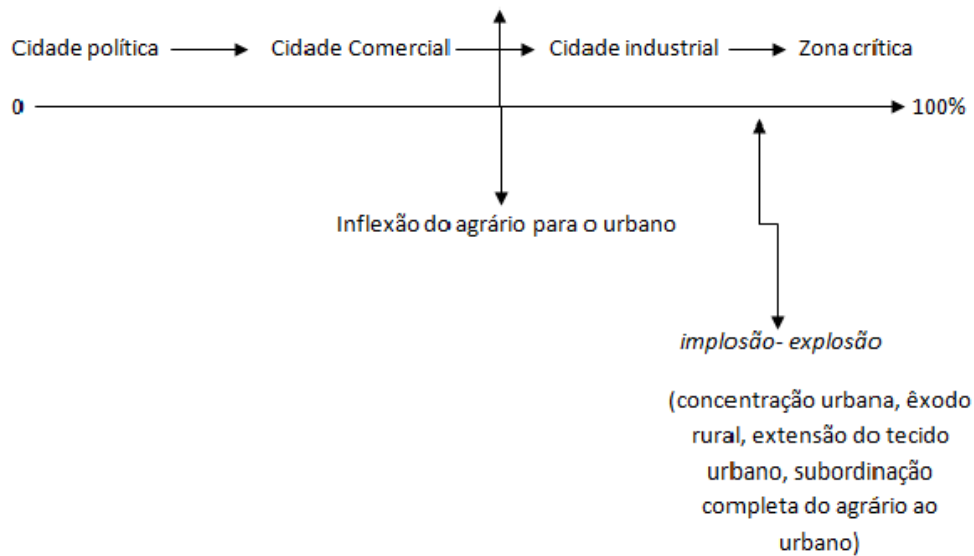
Numa palavra:



A cidade contém a população exigida pelo aparelho produtivo e “o exército de reserva” que a burguesia reclama para pesar sobre os salários tanto como para dispor de uma “rotatividade” de mão-de-obra. Mercado das mercadorias e do dinheiro (dos capitais), a cidade torna-se também o mercado de trabalho (mão-de-obra). Desde que o regime capitalista se apossou da agricultura, a demanda de trabalho ali diminuiu, à medida que o capital se acumula. [...] A superpopulação latente, no campo como na cidade, é um dos fenômenos característicos do capitalismo. No campo, essa população excedente é liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola; na cidade, é deixada flutuante, segundo as necessidades da indústria, detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. (LEFEBVRE, 1999, p. 144; notas suprimidas).

É baseando-se nessa realidade que Lefebvre lança em (1999) o livro “A Revolução Urbana”, que é tratada pelo autor como o “período no qual a problemática urbana passara ao primeiro plano”. (LEFEBVRE, 1999, p. 19). As contribuições de Lefebvre (1999) mediante a publicação dessa obra, que interpreta o urbano pela perspectiva crítica, é baseada nos autores clássicos anteriormente trabalhados Marx e Engels por intermédio de todas as suas obras as quais proporcionaram um salto considerável do ponto de vista da elaboração das mediações necessárias para interpretar as mudanças ocorridas com o processo de industrialização e consolidação da burguesia no espaço urbano, ou seja, o surgimento e agravamento da inerente problemática urbana:

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a “implosão-explosão” da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território nos grandes países industriais. Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas (LEFEBVRE, 2001, p. 10).



**Figura 01:** Problemática Urbana. **Fonte:** Livro “A Revolução Urbana” de Henri Lefebvre (1999, p. 25).

Os argumentos de Lefebvre elaborados nessa obra o levam a considerar que a “realidade urbana depende do valor de uso” (LEFEBVRE, 2001, p. 6). Ainda segundo o autor, “o valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ou subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso” (LEFEBVRE, 2001, p. 6).

Desse modo, o autor argumenta que o valor de troca sob o valor de uso provoca e mantém as diferenciações sociais no interior da cidade. “O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos” (LEFEBVRE, 2001, p. 6). O autor discute ainda que o núcleo urbano “sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca [...] tornando-se centros do consumo (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Este processo de transformação analisado por Lefebvre (2001, p. 106) derrota a ideia de cidade colocada por outros autores da época que interpretavam a cidade como sendo um espaço de integração social. No entanto, para Lefebvre (2001), houve uma mudança estrutural na cidade e é impossível de ser ignorada, sendo “[...] impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade”. Dessa forma, o autor indica que o direito à cidade não seria possível de se concretizar na estrutura social capitalista contemporânea, apenas em outro modelo de sociedade.

Esse argumento é reforçado a medida que Lefebvre (2001, p. 117) considera que “[...] o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. A vida urbana, como a vida que se dá no espaço do encontro, do convívio, da coexistência, no qual o valor de uso e não o valor de troca prevaleça.

O urbano define-se, portanto, não como realidade acabada, situada em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade, iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o tornam impossível (LEFEBVRE, 1999, p. 27).

Dessa maneira, segundo Lefebvre (2001), estando sob a égide do capital, a cidade adquire a função tal qual a de um produto industrial e obedece as mesmas leis econômicas que regem a produção de mercadorias, em que “o espaço urbano passa a se constituir função das demandas do capital explicitando no território urbano, as contradições de classe do ponto de vista da reprodução coletiva da força de trabalho” (idem, p.23).

O que traz argumentos para apoiar uma tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ou subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

Ao refletir sobre esse processo operado pelo sistema capitalista de submeter à cidade as leis do mercado, Lefebvre (2001) em seu livro “O direito à Cidade” chega a um tal nível de abstração que revela a existência de três períodos ou momentos que garantiram a subsunção da cidade ao total controle do sistema capitalista.

*Primeiro período*- A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder *negativo* da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial. *Segundo período* (em parte justaposto ao primeiro) – A urbanização se amplia. A sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica. Descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de decompor se lhe faltarem à cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planificada da produção e do consumo. *Terceiro período* – Reencontra-se ou reinverte-se (não sem sofrer com a sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros são por ela substituídas pelo

*centro de decisão.* É assim que nasce ou renasce a reflexão urbanística. (LEFEBVRE, 2001, p. 170).

A história das cidades só pode ser compreendida, a contento, se obedecer ao fluxo dos acontecimentos implementados pelo sistema capitalista. Não é um conjunto de linear de modificações, mas processos interligados que obedecem ao curso do capital e de acordo com os seus interesses imprimem nas cidades suas estratégias para agariar cada vez mais lucros.

### 1.1.3 A herança da crítica marxista ao urbano em M. Castells e Jean Lojkin: representantes da 2ª geração do neomarxismo francês

Lojkin (1979) resgata a categoria “cooperação” de Marx para elaborar um debate sobre as condições gerais de produção e sobre aglomeração urbana, considerada pela perspectiva crítica a base de sustentação do sistema vigente como discutido a seguir.

Se a cidade capitalista não pode ser definida sem referência aos meios de consumo coletivos e aos meios de circulação material, estes últimos não podem, por sua vez, especificá-la enquanto não determinarmos o vínculo que une os diferentes modos de socialização do consumo e da circulação do espaço. Ora, esta mediação pode ser realizada através do conceito marxista de cooperação, com a condição de não reduzi-lo somente à associação dos trabalhadores em uma unidade de produção, mas sim de fazê-lo um instrumento essencial do desenvolvimento da produção social. Este é, acreditamos, o sentido do texto célebre no qual Marx analisa as relações entre o valor de uso do espaço social e o conceito de cooperação: “ A cooperação, declara Marx, permite aumentar o espaço sobre o qual o trabalho se realiza [...] Além disso, tudo se desenvolvendo na escala da produção, ela permite reduzir o espaço onde o processo de trabalho lhe é executado. Este duplo efeito – alavanca poderosa na economia de custos improdutivos – é devido à aglomeração dos trabalhadores, a aproximação das diversas operações, porém conexas, e à concentração dos “meios de produção” (LOJIKNE, 1979, p. 34).

Para tanto, fica evidente que o processo de urbanização das cidades é fundamental para assegurar os lucros da acumulação capitalista consolidada mediante o processo de industrialização.

Castells (1983) contribui para o debate quando aponta dois fatos fundamentais para o processo de industrialização. O primeiro seria a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração de uma parte significativa dessa população para os grandes centros urbanos que criou um grande exército industrial de reserva, essencial para a industrialização. Já o segundo fato seria a “passagem de uma economia de subsistência para uma economia manufatureira, e, posteriormente, para uma economia de fábrica” (CASTELLS, 1983, p. 56).

Nesse sentido, Lojkine (1979) contribui para o debate afirmando que as formas de urbanização são formas da divisão social (e territorial) do trabalho. Segundo ele, elas são “o cerne da contradição atual entre as novas exigências do progresso técnico – essencialmente em matéria de formação ampliada das forças produtivas humanas – e as leis de acumulação do capital” (LOJKINE, 1979, p. 16).

Com relação à aglomeração da população urbana, Lojkine (1997) afirma que esse processo “[...] não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista [...]” (LOJKINE, 1997, p.159). O autor ainda enfatiza a utilidade da cidade para a socialização das condições de produção: “[...] não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização [...] é componente essencial.” (LOJKINE, 1997: 159).

Lojkine discute ainda que seriam duas as especificidade da cidade capitalista, a saber, a crescente concentração dos meios de consumo coletivos e uma específica aglomeração do conjunto dos meios de reprodução, tanto do capital como da força de trabalho, que será determinante no processo de desenvolvimento da economia (LOJKINE, 1997).

Desse modo, na sociedade capitalista pautada na compra e venda de mercadorias, o espaço urbano obedece à lógica mercadológica. Pode se perceber isso na própria necessidade de pagar por moradia, assim como também na discussão sobre o que é o espaço e sua apropriação.

Dessa feita, Lojkine (1979) indica aquilo que vai caracterizar duplamente a cidade capitalista: a) a concentração crescente dos “meios de consumo coletivos” que vão, pouco a pouco, criar um modo de vida, necessidades sociais novas – o que, segundo o autor, se pôde chamar de “civilização urbana”; b) o modo de aglomeração específico do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que vai se tornar uma condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico (LOJKINE, 1979, p. 18).

Lojkine (1997) coloca o Estado no âmbito de uma concepção materialista e histórica, ou seja, numa perspectiva de correlação de forças. Por outras palavras, “o Estado não é externo à estrutura social, não é uma organização autônoma e da mesma forma, a política a ele atribuída não é constituída de decisões de atores autônomos” (LOJKINE, 1997, p.84).

O Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe: o da classe ou fração hegemônica, o que significará, no seu funcionamento do sistema estatal, a predominância de certos aparelhos ou ramos sobre outros; e o ramo ou

aparelho que domina é, em regra geral, o que constitui a sede do poder de classe ou fração hegemônica (LOJKINE, 1997, p. 140).

É interessante observar que a partir da história que precede e em que se insere um objeto de estudo<sup>4</sup>, coloca-se a possibilidade real de compreensão se sua particularidade em determinados momentos históricos. Para tanto, torna-se fundamental o exercício de sucessivas aproximações ao objeto na procura incessante pela essência dos fatos que se apresentam na totalidade da vida social.

É nesse sentido que tanto Lojkine (1997) como M. Castells (1983), representantes da perspectiva crítica marxista, influenciaram e influenciam pensadores brasileiros na questão urbana e esses, por sua vez, conseguem pensar o momento histórico atual vivenciado no Brasil conhecido como “neodesenvolvimentismo”<sup>5</sup> dando continuidade a tarefa colocada a qualquer pesquisador comprometido com a perspectiva crítica: pensar o seu tempo e alcançar as suas determinações.

#### 1.1.4 Divulgadores da perspectiva crítica marxista no Brasil: o aporte necessário para pensar a nossa questão urbana

No Brasil, constata-se que a questão urbana foi, desde sempre, submetida aos interesses das classes dominantes. Esse processo resultou numa enorme concentração de renda e agravamento das desigualdades sociais em todas as suas dimensões.

Dessa forma, no urbano, a dinâmica do desenvolvimento das forças produtivas estabelece modos particulares e específicos de apropriação e uso do solo, bem como de expropriação da força de trabalho, formas de organização e gestão e dos recursos naturais, material prima do sistema capitalista em vigor.

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o lócus da produção (onde se produz a mais valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc.). (...) Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o lócus da habitação e tudo o que o habitar

<sup>4</sup> O objeto de estudo dessa dissertação é uma relação interdependente com base em quatro unidades de análise, quais sejam: Neomarxismo Urbano, Política Urbana e “Neodesenvolvimentismo”.

<sup>5</sup> Essa relação será abordada no capítulo III dessa dissertação e terá como análise empírica a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (CARLOS, 2009, p. 46).

Burnett (2012) e Silva (1989) adensam o debate a medida que argumentam que a questão urbana como particularidade da “questão social” é a expressão da desigual da distribuição das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital, além de ser uma forma de resistência e de luta de classes sociais que compõem a estrutura social no contexto das cidades. No entanto, essa interpretação crítica só pode ser elaborada mediante o conhecimento sobre o processo de reestruturação produtiva a nível mundial que colocam as cidades dentro da lógica territorial do atual estágio do desenvolvimento capitalista (ICASURIAGA, 1997, p. 24).

Nesse contexto, considera-se que a partir da década de 1970 fica notória a incapacidade do fordismo e keynesianismo de conterem as contradições inerentes ao capitalismo, o que originará uma profunda crise. Essa crise irá repercutir em deficiências fiscais do Estado e é nesse contexto que “a cidade da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento começou a ser vista como a cidade do capital” (MONTE-MÒR, 2006), processo esse que se agudizaria nas décadas seguintes, propiciando-se uma progressiva mercantilização das cidades no marco da espoliação urbana.

A análise da realidade urbana no contexto sócio-político da segunda metade do século XXI reflete uma conjuntura de significativa perda e regressão de direitos e de conquistas históricas alcançadas mediante a atuação dos movimentos sociais urbanos. Esse cenário “se alimenta nos irracionalismos econômicos, nas fragmentações culturais, nas opressões políticas de uma crise sistêmica embutida na contradição entre trabalho empobrecido e capital concentrado” (PETRAS, 2012, p.18).

As cidades em condição desordenada e com as expressões da questão social agudizadas são marcadas historicamente e progressivamente pela pobreza do século XXI, a qual representa na atualidade “a mais acabada materialização territorial e espacial das contradições do sistema produtor de mercadorias (BURNETT, 2012, p. 101). É nesse sentido que se situa a pobreza urbana que encontra respaldo para sua explicitação em Santos (1996, P.11) ao afirmar que:

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que esses últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, de expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país.

Nesse sentido, a pobreza urbana se trata de um fenômeno global, uma vez que está submetida à lógica da acumulação capitalista que abarca todos os espaços da vida social mundialmente, considerando que se trata não apenas de um sistema econômico mas de uma relação social que encontra na desigualdade e na contradição capital x trabalho a sua supremacia. E é no compasso do seu desenvolvimento que cada vez mais são maiores e exponenciais os ganhos desse sistema irracional, opressor e que nega a própria existência humana.

Diante disso, o produto resultante é uma cidade que surge como um espaço fragmentado e articulado como centro de atração de interesses múltiplos. A busca incessante por melhorias no espaço citadino, por partes dos detentores de poder aquisitivo e a favor do capital, provoca a segregação socioespacial que implica na repulsão e expulsão das camadas sociais economicamente desfavorecidas para as áreas periféricas, que geralmente são impossibilitadas de ter acesso efetivo às políticas públicas e sociais do espaço citadino, agravando assim seu contexto de vulnerabilidade social. Sobre isso discute Ramos (2002):

A segregação sócio-espacial, e seus efeitos na vida das populações atingidas, somente podem ser explicadas a partir do estudo das relações de produção e das estruturas das classes sociais, ou seja: esse fenômeno também chamado de exclusão social, resulta das relações sociais capitalistas, ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca de riqueza social (RAMOS, 2002, p. 138).

É nesse debate que as organizações de classe do capital com o interesse de representar os interesses da burguesia se inserem. Essas organizações visam representar suas frações de classe e contribuir para a perpetuação da sua dominação política e econômica. Para tanto, criam uma relação orgânica com o Estado que pode variar de acordo com a correlação de forças internas no bloco no poder a ser tensionada pelos movimentos dos trabalhadores e as lutas de classes em geral.

Assim sendo, cabe aos representantes das elites à administração da produção e reprodução do capital, assim como também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias à expansão de sua classe” (BIANCHI, 2001, p. 28)

O Estado como parceiro privilegiado da alta burguesia na distribuição de recursos no espaço urbano remete a ideia discutida por Marx e Engels (1988, p. 12.) que o Estado é o “comitê administrativo da burguesia” e fica claro que essa simbiose entre Estado e capital ocorre em todas as esferas da vida social, inclusive na cidade.



Desse modo, é oportuno considerar que embora não exista na teoria marxiana ou em suas obras o objetivo específico de caracterizar o Estado, “[...] a análise marxista do capitalismo seria ininteligível, se Marx não tivesse elaborado, também e necessariamente, uma compreensão dialética do Estado.” (IANNI, 1992, p. 32). Além disso, identifica-se que Marx abarca as dimensões políticas e econômicas do Estado ao compreender o Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo. [...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante (IANNI, 1992, p. 32).

Assim, ao tentar elaborar interpretações sobre o Estado, é imprescindível combater qualquer análise que o remeta à perspectiva da neutralidade, pois este está inserido numa sociedade de classes antagônicas entre si e como tal revela os interesses de quem mais exerce influência na correlação de forças existente nele.

Ianni (1989) também adensa ao debate do Estado como um espaço de correlação de forças ao revelar que ele “assume a configuração que a consciência histórica do grupo ou classe pode elaborar, por isso é que às vezes parece um gigante animado, ao passo que outras vezes neutro” (IANNI, 1989, p. 57).

Em verdade, o Estado resulta das relações de classes sociais. Ao constituir-se, adquire certos contornos e individualidade, para que possa existir. Já que se trata de mediação nas relações entre classes hierarquizadas, ele ganha vinculações mais ou menos estreitas com a classe dominante. Constitui-se nessas relações como órgão da classe dirigente. Mas não perde nunca o seu caráter de produto das relações de classes sociais antagônicas. Por isso é que não pode ser reduzido à condição de instrumento puro e simples da classe dominante. Como esta classe não existe senão em suas relações com as outras, ao produzir-se a mercantilização da força de trabalho e nos meios de produção e consumo, o Estado se empobreceria se fosse definido apenas como instrumento unívoco num sistema de dominação. Para que ele se preserve como órgão da classe dirigente, é preciso que se mantenha mediação das classes sociais (IANNI, 1989, p. 116-117)

Os estudiosos marxistas defendem que os princípios das ações do Estado na sociedade capitalista são definidos principalmente em função dos interesses da burguesia. O Estado estaria sempre subordinado ao capital e seria diretamente um órgão de classe, expressão legal – jurídica e policial – dos interesses de uma classe social particular, a classe dos proprietários privados dos meios de produção ou classe dominante. Ele "não é uma imposição divina aos homens nem é o resultado de um pacto ou contrato social, mas é a maneira pela qual a classe dominante de uma época e de uma sociedade determinadas garante seus interesses e sua dominação sobre o todo social" (CHAUÍ, 2001, p. 411). Corroborando para tal afirmação,

destacam-se as contribuições de Marx (2007, p.124) em sua obra “A Ideologia Alemã” onde afirma:

O Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses [...]. O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época.

É importante destacar que, com base nas elaborações de Antonio Gramsci (2000), o Estado passa a ser compreendido em sua dimensão ampliada sendo considerado como espaço de condensação da luta de classes, reflexo da correlação de forças presentes na sociedade civil, onde se confrontam os interesses de classes na disputa pela hegemonia.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou do Estado”, planos que correspondem respectivamente a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no estado e no governo “jurídico”. Essas 21 funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2000, p. 20).

Gramsci (2000) contribuiu em demasia para a ampliação do conceito de Estado, na medida em que considerou a relação complexa entre Estado e sociedade já vivenciado na sua época. Coutinho (1981, p. 89-90), fazendo referência a esse debate, assim afirma:

Com isso Gramsci (...) pôde assim ver que, com a intensificação do processo de socialização da participação política, que toma corpo nos países “ocidentais”, sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal), surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto aos aparelhos repressivos do Estado.

Reiterando as análises de Coutinho (1981, p. 55-57) tem-se:

Na verdade Gramsci, durante o tempo que esteve na prisão buscou articular os fatos políticos do fascismo italiano para encontrar uma explicação do fracasso do movimento operário italiano que, com toda a sua experiência de democracia direta, não conseguiu repetir a experiência dos bolcheviques na Rússia. Na busca dessa explicação, Gramsci consegue o desenvolvimento original de alguns conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin.

Ao pensar sobre o Estado como condutor das políticas públicas, considera-se essencial que este promova a política urbana, viabilizando o direito à cidade para a população, “na

qualidade de agente principal do financiamento, distribuição social e espacial, na produção e gestão dos equipamentos e serviços coletivos” (ICASURIAGA, 2008, p.187).

Para tanto, é imprescindível a mobilização de setores das classes subalternas para pelitear à ação do Estado no sentido de atender seus interesses, já que a interferência a atuação do Estado na questão urbana tende a beneficiar o capital e seus representantes de classe. Nesse sentido, Icasuriaga (2008, p.187) afirma que:

as intervenções do Estado no urbano são realizadas através de diferentes instrumentos de planificação, de normatização jurídicos, financeiros e de operações reais no espaço da cidade. Todos eles precisam ser analisados principalmente levando-se em consideração os efeitos que acarretam na vida de seus habitantes e ainda diferenciando os impactos que essas intervenções tem sobre as diferentes classes e grupos sociais.

O urbano, nesse sentido, é um espaço produtor de segregação e degradação do homem e da natureza. O surgimento da questão urbana, como expressão da questão social, é proporcional ao desenvolvimento das cidades capitalistas e ao agravamento de suas contradições as quais só podem ser modificadas a contento, pela luta dos movimentos sociais urbanos (MSU's) em busca da emancipação humana.

## 1.2 A renda da terra em Marx

Marx (1988,) <sup>6</sup>, em seus estudos e em seu tempo, embora não tenha tratado exatamente do urbano e das políticas urbanas, notou que “a propriedade do solo é a fonte original de toda a riqueza e tornou-se o grande problema de cuja solução depende o futuro da classe operária”. No Livro 3 “O Capital”, Marx (2008) se preocupa em dedicar-se à compreensão da renda da terra <sup>7</sup>, destacando dois aspectos: i) fertilidade e ii) localização.

A partir disso, afirma-se que no caso do espaço urbano a localização é o elemento fundamental para compreender como a terra se ajusta ao processo de produção e reprodução das classes sociais. Harvey (2013) discute na sua obra que Marx procurou realizar uma análise científica da renda fundiária e da forma econômica específica do feudalismo tendo por base o modo de produção capitalista.

<sup>6</sup> Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>>. Acesso em 07/07/2016.

<sup>7</sup> A renda da terra é uma das formas que assume o mais-valor (como o lucro e o juro). Depende, portanto, da expropriação de trabalho não pago dos trabalhadores exercida pelo capital (MARX, 2008). A elevação da renda da terra exige i) maior exploração da classe trabalhadora e/ou ii) redistribuição entre as formas do mais-valor em prejuízo ao lucro e/ou juro.

A renda da terra é, portanto, uma categoria da economia política para trazer explicações em relação ao porque a terra agrícola possui um preço. Todos os sistemas teóricos da Economia Política sustentam-se na definição de que todo o valor é produto do trabalho humano. Mas é possível indagar-se: se a terra é um produto da natureza, por que tem um preço? Em Marx (2008) essa resposta é possível, pois graças aos seus estudos foi possível revelar que as relações capitalistas de produção alcançaram tal nível de desenvolvimento que houve até mesmo a apropriação da produção agrícola.

Quando a renda em trabalho se converte na renda em produtos nada se altera, sob o aspecto econômico, na essência da renda fundiária. Nas formas que estamos agora observando, essa essência consiste em ser a renda fundiária a única forma dominante e normal da mais-valia ou do trabalho excedente, ou dito de outro modo, o único trabalho excedente ou o único produto excedente que o produtor imediato, na *posse* das condições de trabalho necessárias à própria reprodução, deve fornecer ao *proprietário* da terra. (MARX, 2008, p.1050)

É por isso que nas cidades não se escolhe um local de moradia em função da fertilidade do solo, mas sim em função de propiciar as condições de reprodução das classes sociais em permanente disputa. No capitalismo, o solo urbano é a base na qual são instalados os meios de produção e reprodução social, tornando a cidade uma força social produtiva.

Nesse sentido, Harvey (2013) define que renda da terra é “aquele conceito teórico mediante o qual a economia (de qualquer tipo) tradicionalmente enfrenta o problema de organização espacial” (HARVEY, 2013, p. 435), considerando-se que a terra não serve apenas como um meio de produção, mas também como uma “fundação, como um lugar e um espaço que proporciona uma base de operações – o espaço é requerido como um elemento de toda produção e atividade humana” (HARVEY, 2013, p. 436).

O autor discute que as melhores incorporações na terra são resultado do trabalho humano. Casas, lojas, fábricas, estradas e assim por diante podem ser, segundo ele, reproduzidas como mercadorias. “Um componente da renda pode então ser tratado como um caso especial de juros sobre o capital fixo ou sobre o fundo de consumo. A parte da renda que gera o problema é o simples pagamento da terra bruta, independente das melhorias nela incorporadas” (HARVEY, 2013, p. 428).

Seguindo as contribuições de Harvey (2013), tem-se a terra o trabalhador como os “mananciais de toda riqueza”. A terra em seu estado virgem “é o objeto universal do trabalho humano”, a “condição original” de toda produção e repositório de uma variedade infinita dos potenciais valores de uso “espontaneamente proporcionados pela natureza”. Entretanto, “essa concepção universal só é útil na medida em que indica as condições que o capital deve

enfrentar ou modificar. O valor de uso da terra e de seus pertences tem de ser considerado em relação ao modo de produção capitalista” (HARVEY, 2013, p. 431), a julgar pela terra sermonopolizável e alienável, podendo ser arrendada ou vendida como uma mercadoria.

Harvey (2013) argumenta também que alguns valores de uso são incorporados na terra criados mediante a produção de mercadorias (fábricas, aterros, casas, lojas e etc):

Os valores de uso que a terra contém podem ser extraídos (como acontece com os minerais), mobilizados na produção como “forças da natureza” (a energia eólica e hidráulica, por exemplo) ou utilizados como a base para a reprodução contínua (como na agricultura e na silvicultura). Nos dois primeiros casos podemos designar os valores de uso como *condições ou elementos* da produção. A agricultura é de alguma forma especial. A terra aqui não apenas supre um estoque de nutrientes a serem convertidos pelo cultivo de plantas e pela pecuária em alimentos e diversas matérias-primas, mas também funciona como um *instrumento ou meio de produção*. O processo da produção está parcialmente incorporado *dentro* do próprio solo. (HARVEY, 2013, p.336)

No interior dessa lógica, o lucro tanto para o proprietário de terra quanto para o promotor imobiliário provém da renda da terra. É nesse sentido que a localização da área dentro do espaço da cidade é extremamente importante e funcional ao capital. A diferenciação de renda da terra vai variar de acordo com a localização e dessa forma na infraestrutura, uma vez que os efeitos de valorização das áreas são consequência do processo de instalação dos equipamentos urbanos que está atrelado a uma estratégia de aumento de ganhos para a renda de monopólio. O Estado é imprescindível nesse processo, sabendo-se que é o principal responsável na estruturação do espaço urbano na medida em que promove infraestrutura e leva serviços públicos, tornando algumas áreas mais valorizadas que outras.

Nesse debate, Lefebvre (2001) assinala a importância da teoria da renda fundiária para a compreensão do espaço urbano capitalista contemporâneo ao afirmar que:

A questão da renda fundiária parecia fora de moda; porém, ela conserva sua importância. Ela se amplia mesmo, pois os terrenos disponíveis para a construção da cidade industrial, seus preços, a especulação que se apossa deles, são do domínio dessa teoria, aparentemente marginal em relação à do lucro e do salário (LEFEBVRE, 2001, p. 162).

Sobre a questão da propriedade fundiária na obra de Marx, Lefebvre (2001, p.160) discute que:

A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral. Ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, dinheiro

e capital, ela persiste. E mesmo ela se consolida, desde o tempo de Marx, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e, conseqüentemente, reconstituindo, sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda da terra). A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade.

Desse modo, os conceitos de renda da terra aqui apresentados tem suas raízes, em especialno Livro 3, Tomo III, de “O Capital”, de Marx. Torna-se necessário nesse exercício resgatar a contribuição da teoria do valor-trabalho para embasar o debate sobre a renda da terra e é nesse contexto que situa-se as contribuições de Rubin (1987, p.115-116) quando afirma que:

Se a troca de bens naturais (terra, por exemplo) é um fenômeno normal na economia mercantil, relacionado ao processo de produção, devemos incluí-la dentro do escopo da Economia Política. Mas deve ser analisada separadamente dos fenômenos relacionados ao valor dos produtos do trabalho [...] o preço da terra e, em geral, o preço dos bens que não podem ser multiplicados, não constitui uma exceção à teoria do valor-trabalho, mas encontra-se nas margens dessa teoria, em seus limites – limites que a própria teoria traça enquanto uma teoria sociológica que analisa as leis determinantes das modificações do valor e o papel do valor no processo de produção da sociedade mercantil.

O que a renda fundiária pressupõe é que pessoas têm “[...] o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privadas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades” (MARX, 2008, p. 824-825). Nos *Grundrisse*, percebe-se que a propriedade fundiária na sociedade burguesa só pode ser compreendida tendo como pressuposto o capital, “[...] porque não pode existir sem ele e aparece historicamente de fato como uma forma engendrada pelo capital, posta como forma adequada a ele, da configuração histórica precedente da propriedade fundiária” (MARX, 2011, p. 194).

Tanto por sua natureza quanto historicamente, o capital é o *criador* da moderna propriedade fundiária, da renda da terra; por isso, sua ação aparece igualmente como dissolução da forma antiga de propriedade fundiária. A nova forma emerge da ação do capital sobre a antiga. O capital é isso - sob um aspecto - como criador da agricultura moderna (MARX, 2011, p. 215).

No surgimento do capitalismo, a propriedade fundiária era um entrave à produção industrial. Para tanto, precisou-se transformar o camponês em trabalhador assalariado, para extrair a mais-valia. Nesse sentido, a renda fundiária está intimamente relacionada com os diferentes estágios do desenvolvimento histórico. No entanto, todas as suas formas possuem uma determinação comum.

Qualquer que seja a forma específica da renda fundiária, todos os seus tipos têm de comum: o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre (MARX, 2008, p. 845).

No sistema capitalista, portanto, a renda da terra é a parte da mais-valia, extraída na produção, que é apropriada pelo proprietário fundiário na base de contrato estabelecido entre este e o capitalista produtor ou comerciante. A definição de seu valor possui vínculos diretos com a expectativa de trabalho excedente que pode ser extraído nesse processo da produção capitalista.

Toda renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente. Na forma menos desenvolvida, é diretamente produto excedente, a renda natural. Mas, no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobre o lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente) (Idem p. 846).

A dialética da habitação é o movimento entre os trabalhadores que lutam pela sua sobrevivência no espaço urbano e a propriedade privada da terra urbana. É a contradição entre as condições de reprodução da força de trabalho e a valorização econômica da propriedade privada. Esse processo depende diretamente do nível de desenvolvimento das relações de produção que está intimamente relacionada às condições da acumulação mundial e da inserção do país nessa acumulação.

O direito à cidade encontra seu limite na exclusão habitacional historicamente condicionada pela superexploração da força de trabalho e pela renda da terra. Uma reforma social que garanta o direito à cidade de forma ampla só será possível em outros marcos sociais. Nesse sentido, cada vez mais se estreita o laço que vincula todas as reformas à revolução, o direito à moradia a uma revolução urbana.

Diante da revisão de literatura aqui apresentada e discutida, evidencia-se que as contribuições dos fundamentos da crítica marxista são imprescindíveis na tarefa de desconstruir os conceitos relacionados ao urbano colocados pelo pensamento hegemônico e que são facilmente incorporadas por um pesquisador pouco atento.

Além disso, para se pensar o urbano, os fundamentos da crítica marxista oferecem as categorias vitais e situadas no seu processo histórico a fim de que o pesquisador, no seu tempo e no seu contexto histórico, político e econômico, consiga elaborar as mediações necessárias com o objetivo de romper com a aparência dos fenômenos e capturar a sua

essência para a esperada superação mediante a luta dos MSU's. Um esforço dessa natureza será exposto e debatido a seguir.



## CAPÍTULO 2

### O DIREITO À CIDADE: OS DETERMINANTES ESTRUTURAIS DA POLÍTICA URBANA E SUAS PARTICULARIDADES

*É na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana. E isto, escapando aos mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam esse trajeto*  
(Henri Lefebvre)

Nesse capítulo, buscou-se alcançar as determinações históricas-estruturais para a interpretação crítica da política urbana brasileira no momento político, econômico e social atual (“neodesenvolvimentismo”). Para tanto, foi resgatado um debate profícuo entre autores brasileiros cujas análises são imprescindíveis na busca pelas especificidades da política urbana no contexto mais geral e que oferecem uma base de sustentação suficiente e atual sobre o objeto de estudo proposto.

#### **2.1 Aspectos críticos sobre a trajetória da Política Urbana no Brasil: uma reflexão sobre seu construto histórico e concepção atual**

Situada num conjunto de múltiplas determinações decorrentes do processo produtivo e da acumulação capitalista no urbano, como discutido no capítulo anterior, as políticas urbanas, conforme discute Lojkine, (1997, p. 193), são de caráter contraditório. Para o autor: “[...] à necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem, de subordinar o crescimento econômico unicamente à valorização do capital.” (LOJKINE, 1997, p.193).

Ramos (2002) discute ainda que a cidade revela em seu território as contradições sociais próprias das relações entre capital e trabalho e que nela se manifestam as lutas sociais e as relações políticas entre as forças sociais que controlam os governos centrais e locais.

Diversa de uma organização social homogeneizada ou meramente hierarquizada, a cidade revela em seu território as contradições sociais próprias das relações entre capital e trabalho, manifestadas em lutas sociais e nas relações políticas entre as forças sociais que controlam o governo central e local, e de modo particular nas condições de vida das classes sociais. Embora as fragmentações espaciais, fissuras e rupturas sociais e culturais resultem do conflito antagônico entre capital e trabalho,

inerente ao processo de divisão sociotécnica do trabalho, também expressam a ação do Estado, como parceiro privilegiado da alta burguesia, na distribuição de recursos. Com efeito, uma parte diminuta desses recursos urbanos, a depender das lutas sociais, é destinada a políticas urbanas orientadas para melhoria de vida da classe trabalhadora. (RAMOS, 2002, p. 102).

As conseqüências reais da concentração capitalista, dos meios de produção do capital e da reprodução das condições de vida do trabalhador “especialmente com a constituição de equipamentos coletivos e infra-estruturas urbanas, dinamizaram tanto a capacidade produtiva quanto a rotatividade efetiva do capital” (RAMOS, 2002, p. 102). Por conseqüência, a questão urbana enfrentava e ainda enfrenta “um paradoxo no Brasil: os problemas urbanos cresciam e crescem junto com a população e, paralelamente, o seu espaço institucional e visibilidade para o Estado diminuía” (MARICATO, 2013, p. 115).

Rolnik (1997), adensando esse debate, afirma que há uma estrutura poderosa que institucionaliza a legalidade urbana. Segundo a autora, é esse conjunto de leis, decretos e normas urbanísticas e de construção que regulam a produção do espaço e da cidade. Ainda segundo ela, o Estado, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, “acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, confira regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (RONILK, 1997, p. 13).

a legislação urbana age como um marco delimitador de fronteiras de poder. A Lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e a micropolítica familiar nos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final (RONILK, 1997, p. 13).

Porém, o ponto importante para a autora não é a relação da apropriação da terra pela classe abastarda ou pelos despossuídos, mas a ciência que há um padrão dual de ordens em permanente tensão.

Nesse sentido, as raízes da desigualdade social no urbano estão na própria história da apropriação legal do território urbano, que possui seu marco legal a partir da Lei de Terras de 1850, a qual aboliu o regime de sesmarias e permitiu a dominação da terra a partir de sua efetiva ocupação. Em razão disso, a única forma legal de acesso à terra passa a ser sua compra devidamente registrada, tendo como resultado a transformação do acesso justo da terra. Segundo Ronilk (1997, p.150), “as regras do jogo de acesso a terra mudaram, assim como também a legalidade urbana”.

Desse modo, houve a base para as marcas da desigualdade histórica no acesso a terra promovendo as concentrações de terra, renda e riqueza. Esse processo foi intensificado a partir de meados da década de 1960, com o projeto de desenvolvimento do governo militar, no “incentivo à monocultura e à grande produção agrícola capitalista e na expulsão sistemática dos/as trabalhadores/as do campo, com vistas a liberar força de trabalho e garantir a cesta de alimentos para a população urbana” (CFESS, 2016, p. 15). Em vista disso, percebe-se que são muitos os mecanismos pelos quais a cidade reproduz a desigualdade social, “explicitando a ausência do direito a cidade, na apropriação desigual dos espaços na lógica entre legislação urbana, serviços públicos e obras de infra estrutura” (MARICATO, 2013, p. 89).

## **2.2 Urbanização desigual brasileira: implicações históricas para o debate**

Maricato (2001), ao tratar do processo de expansão urbana no Brasil, apresenta características singulares de imensas desigualdades entre as classes sociais e afirma que são resultantes da presença de interesses particulares que beneficia setores governamentais e o mercado provocando e agudizando, dessa forma, a segregação sócio-espacial.

A segregação sócio-espacial trata-se, por sua vez, de um conjunto de desigualdades urbanas geradas no processo de produção do espaço capitalista que pode ser observado principalmente nas periferias, morros ou em cortiços e/ou ocupações nos centros das cidades. Assim, resta à população pobre trabalhadora ou marginalizada do processo de trabalho “viver em locais afastados, sem infraestrutura adequada e sem o direito de apropriar-se de fato da cidade, pois é no espaço intra-urbano onde são materializadas as contradições e desigualdades” (SUGAI, 2002, p. 53).

A autora ainda evidencia que a organização do espaço urbano tal como está posto em nosso país colabora para que as cidades, como um produto histórico e social, sejam o lugar onde “a cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria” (MARICATO, 2001, p. 39).

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, todos os 138 milhões<sup>8</sup> de habitantes moram em cidades (MARICATO, 2001, p. 16).

<sup>8</sup> Segundo a PNDU da população total brasileira, 80% estão no espaço urbano.

Davis (2006) discute, então, em sua obra “Planeta Favela”, o processo de favelização a nível mundial, desde os países mais pobres aos mais ricos. O autor associa esse processo à urbanização irregular que ocorre de forma horizontalizada: “O crescimento horizontal há muito deixou de ser um fenômeno distintamente norte-americano, se é que já foi. A horizontalização das cidades costuma ser tão espantosa quanto seu crescimento populacional” (DAVIS, 2006, p. 46).

Assim, nas cidades de crescimento desordenado do Terceiro Mundo, “periferia” é um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos e florestas ou desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano. [...] o desenvolvimento da orla das áreas urbanas do Terceiro Mundo assume duas formas principais: assentamento de invasores. [...]. Ambos geram paisagens “faveladas” com grande percentual de habitações abaixo do padrão e construídas pelo próprio morador, com pouco fornecimento de infra-estrutura. (DAVIS, 2006, p. 47).

Paviani (2010) também tece considerações importantes sobre a urbanização brasileira a qual, segundo ele, provocou várias conseqüências como uma grande evolução urbana, concentração da população em grandes cidades, e uma “elevada desigualdade socioespacial, sobretudo, após a II Grande Guerra Mundial” (PAVIANI, 2010, p. 227). Contribuindo para tal afirmação a tabela a seguir ilustra a evolução da população e o índice de urbanização no Brasil entre os anos de 1940 e 2010.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural	Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.880.182	28.356.133	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297	67,59
1991	146.825.475	110.990.990	35.834.485	75,59
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36

Fonte: Elaborado por Stamm (2013) a partir do IBGE (2003 e 2010).

**Tabela 1** - Evolução da população e do índice de urbanização no Brasil.

Fonte: (PAVIANI, 2010, p. 76)

Dessa forma, a classe trabalhadora, destituída dos meios de produção, são determinadas pelo sistema capitalista a viverem em locais afastados sem infraestrutura

adequada e sem o direito de apropriar-se de fato da cidade, “pois é no espaço intra-urbano onde são materializadas as contradições e desigualdades” (SUGAI, 2002, p. 42).

Portanto, as marcas indeléveis da desigualdade socioespacial encontram suas raízes centradas na urbanização desigual e dependente do Brasil que tornou esse processo o mais feroz possível no sentido de produzir pobreza e miséria urbana.

Refletir, hoje, sobre a cidade no Brasil significa pensá-la enquanto materialização do processo de “urbanização dependente”, em que as contradições emergem de modo mais gritante, e a acumulação da riqueza que caminha *paripassu* com a miséria, leva a um tipo de reivindicação diferenciada, se comparada àquelas emergentes nos países ditos desenvolvidos [...] Aqui ainda se trava uma árdua luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos já amplamente conquistados naqueles países. (CARLOS, 2007, p. 32-33).

A urbanização desigual e dependente brasileira somada à propriedade da terra fundamentou o funcionamento atual do capitalismo e das formas de reprodução do capital em escala sempre crescente nas cidades.

Em virtude do processo de industrialização brasileiro e sua solidificação principalmente a partir da segunda metade do século XX, houve consideráveis mudanças nas cidades brasileiras culminando em um acentuado e vertiginoso processo de urbanização capitalista. No entanto, o processo de produção do espaço urbano realizou-se de forma absurdamente desordenada provocando a reprodução massiva das desigualdades sociais e evidenciando as disparidades espaciais, quer seja no acesso a moradia quer seja no próprio acesso aos serviços urbanos.

Nesse sentido, argumenta-se que o processo de urbanização capitalista no Brasil está longe de atender, igualmente, às demandas crescentes oriundas do desenvolvimento econômico e social e intensificou a acumulação capitalista que provocou a dita “escassez ou insuficiência” na oferta de moradias, infra-estrutura e serviços urbanos.

Santos (1978) argumenta que é inconcebível atribuir ao espaço dos países em desenvolvimento as mesmas categorias conceituais aplicadas ao espaço dos países desenvolvidos. “Não se trata de negar o caráter global do estudo do espaço”, afirma Santos (1978, p. 103), ou seja, não se pode desconsiderar que a modernidade produziu características que podem ser encontradas em todos os países (aglomerações, segregação, movimento).

Trata-se, outrossim, de evidenciar que a intensidade (quantidade e qualidade) dessas características varia em cada país. Isto é, a diferenciação que fundamenta o espaço social detém intensidades (quantidades e qualidades) específicas e distintas em cada formação sócio-

espacial. E essas intensidades determinam a produção e reprodução das disparidades sociais e econômicas no espaço urbano.

O que realmente deve ser considerado nessa discussão segundo Santos (1978, p.110) é que os países em desenvolvimento se definem pela “presença simultânea e pela interdependência de um conjunto de características cujo princípio fundamental repousa finalmente sobre o fato de que os espaços subdesenvolvidos são, antes de tudo, espaços derivados”.

Essas singularidades específicas de cada região evidenciam que o espaço está sempre historicamente determinado condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Soma-se a isso o fato da realidade ser processual e está em constante transformação.

Nesse sentido, segundo Lukács (1967), a dialética entre singularparticular-universal é uma propriedade objetiva dos fenômenos. Portanto, baseado em Lukács (1967), têm-se que a lógica e a epistemologia que objetivam apreender a realidade em suas conexões essenciais e básicas deve ser conduzida pela perspectiva de revelar a interpenetração dialética entre singularidade, particularidade e universalidade “tudo o que nos oferece o mundo externo como certeza sensível é imediatamente e sempre algo singular, ou uma conexão única de singularidades; é sempre isto singular, um aqui e agora singular”. (LUKÁCS, 1967, p. 165).

Quanto à universalidade, o autor nos revela que o caminho do pensamento e do conhecimento é “uma ininterrupta oscilação para cima e para baixo da singularidade à universalidade e desta àquela.” (LUKÁCS, 1967, p. 207). Uma vez que: “[...] o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, 1974, p. 25).

### 2.2.2 Pobreza urbana: consequência dessa urbanização desigual

As cidades em condição desordenada e com as expressões da questão social agudizadas são marcadas historicamente e progressivamente pela pobreza do século XXI, a qual representa na atualidade “a mais acabada materialização territorial e espacial das contradições do sistema produtor de mercadorias (BURNETT, 2012, p. 101). É assim que situa-se a pobreza urbana que encontra respaldo para sua explicitação em Santos (1978, p.11) ao afirmar que:

O problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que

esses últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um rito igual, de expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país.

Nesse sentido, a pobreza urbana trata-se de um fenômeno global, uma vez que está submetida à lógica da acumulação capitalista que abarca todos os espaços da vida social em todas as suas dimensões globalmente, haja vista tratar-se não apenas de um sistema econômico, mas de uma relação social que encontra na desigualdade e na contradição capital x trabalho a sua supremacia. E é no compasso do seu desenvolvimento que cada vez mais são maiores e exponenciais os ganhos desse sistema irracional e opressor, e que nega a própria existência humana.

O urbano, então, constitui tanto o espaço de reprodução da força de trabalho, quanto um grande negócio para o capital (MARICATO, 2013). Elas escancaram as marcas mais latentes da pobreza e da miséria e da injustiça que provocam o afastamento dos despossuídos mais vulneráveis exilados em espaços segregados e carentes da ação do Estado mediante políticas públicas, expressões multifacetadas do que se denomina “questão urbana”.

Em relação ao Brasil nos anos 1980 e 1990, há um estímulo para o crescimento do direito à cidade mediante o setor habitacional. Porém, esse processo não considerou questões centrais como a de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos garantidores desse real direito. O que houve, na verdade, foi uma inédita concentração da pobreza nas áreas urbanas e no fenômeno da violência urbana. Esses aspectos, somados com a questão sócio ambiental mediante a poluição, desmoronamentos, epidemias, desmatamentos, entre outros, caracterizam a chamada tragédia urbana. (MARICATO, 2013).

Maricato (2011) levanta, também, aspectos que incentivaram e perpetuaram essa situação caótica que se vive nas cidades, relacionando-as com aspectos vividos pelo contexto sócio-cultural e político do Brasil, tais como herança escravocrata, patriarcalismo, personalismo, clientelismo, entre outros. Nas palavras dela:

A herança escravocrata e o desprestígio do trabalho, o patriarcalismo e a privatização da esfera pública, o personalismo e a rejeição às relações impessoais e profissionais, o clientelismo e a universalização da política do favor contrariamente ao reconhecimento dos direitos, a tradição autoritária negando a cidadania, estão presentes em cada m<sup>2</sup> da cidade periférica (MARICATO, 2011, p. 131).

### 2.2.3 As expressões do neoliberalismo e suas implicações para o espaço urbano

Lojkin (1981) afirma que os grupos capitalistas pretendem explorar o mercado de serviços urbanos. Segundo ele, os usuários desses serviços procuram qualidade e igualdade de acesso às redes coletivas urbanas. Em síntese, pode-se dizer com referência no referido autor, que as camadas sociais médias buscam antes um serviço privado privilegiado enquanto que as classes populares, particularmente em países com altas desigualdades como o Brasil, contentam-se com um serviço público que seja quase gratuito.

Esse movimento protagonizado pelo sistema capitalista nas cidades visa obedecer a lógica neoliberal de sustentação e acumulação de seus lucros mediante a “limpeza” e “embelezamento” das cidades concebidas como mercadorias valorizadas pelo seu valor de troca e não de uso.

A aparência das cidades é, portanto, reconfigurada para convertê-las em áreas atrativas para novas relações socioeconômicas e culturais. O modelo de planejamento estratégico prevalece baseado em conceitos e técnicas do planejamento empresarial. Esse processo, segundo CFESS (2016, p. 13):

Desarticulam relações construídas historicamente, como aquelas ligadas diretamente à questão da moradia. São relações de vizinhança, atividades econômicas, manifestações culturais, práticas associativas que são desagregadas dando lugar ao progresso e a modernidade, em que tudo que é antigo, velho ou tradicional passa a ser decadente, precisando ser extirpado, afastado, eliminado para dar lugar ao novo, limpo, belo e moderno.

Em seu tempo, Lefebvre (2001) já argumentava sobre esse novo papel da cidade no sistema capitalista quando afirma que “o núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos” (LEFEBVRE, 1969, p. 20). Para esse autor a cidade sobrevive graças a esse duplo papel: “lugar de consumo e consumo de lugar”. (LEFEBVRE, 1969, p. 20).

Concomitantemente a essa conjuntura inserida gradativamente nas cidades a nível global e local, há a criação exacerbada de novos centros urbanos supervalorizados em detrimento da extirpação de moradias precárias. Esse cenário permite que a política urbana, “paradoxialmente, promova as condições necessárias à produção da cidade espoliativa, excludente e segregativa” (CRUZ, 2012, p. 572).

É dessa forma que esse processo de *marketing* urbano provoca o que Harvey (2011) discute em sua obra com relação ao deslocamento e desposseção. Ambos os termos estão



relacionados à reforma urbana e à retirada da população de baixa renda de áreas valorizadas e/ou em valorização pelo capital imobiliário. Despossessão também está relacionada ao processo de “perda de direitos” da população que habita as periferias pobres das cidades. O que significa dizer que estas populações estão sendo “despossuídas dos espaços que ocupavam havia muito tempo” (HARVEY, 2011, p. 147).

Estes processos de despossessões e deslocamentos forçados são fundamentados numa elaboração ideológica baseada num chamado “patriotismo da cidade” que segundo Vainer (2000) trata-se de um valor construído e reforçado que permite ao poder político e ao conjunto dos cidadãos assumirem com orgulho seu passado, seu presente e seu futuro. Isso resulta na redução da população urbana a um “projeto de cidade” a se garantido seja força física, seja discursivamente ressaltando a importância do empreendimento para o processo de desenvolvimento econômico mediante o surgimento de postos de trabalho.

Atentando para as contribuições de Cardoso (2012, p. 48), assim, é essencial ter o reconhecimento do que ocorre sobre as bases e processos tempo-espaciais, que lançam as bases do exercício da modernização conservadora do desenvolvimento e do capitalismo no Brasil.

A denominada condição de “frente de expansão” ou, ainda a chamada “frente pioneira” revelam mais do que um processo de expansão demográfica no território, nas regiões Norte e Centro-Oeste mas, fundamentalmente, um conjunto de processos e relações de temporalidades históricas distintas das demais regiões do país, não apenas do ponto de vista econômico, mas também dos modos de vida. A este respeito, Martins (2009) produziu uma rica análise que evidencia o quanto em uma mesma sociedade capitalista podem ser desiguais e simultâneas as temporalidades sócio espaciais do desenvolvimento capitalista e de sua experiência de sociedade urbana, convivendo formas tipicamente capitalistas com as formas tradicionais de expropriação e espoliação da acumulação primitiva, não como dualidade ou superposição do arcaico sobre o moderno, mas como experiência concreta de modernização conservadora e de desenvolvimento desigual, dependente e periférico do capitalismo no Brasil (CARDOSO, 2012, p. 48).

Nessa acepção, o período neoliberal desenvolve mais ainda os problemas urbanos oriundos da desigualdade social e do desenvolvimento excludente propiciado pelo sistema capitalista aprofundando “a favelização, informalidade, degradação ambiental, violência urbana e espaços urbanos segregados” (VAINER, 2013, p. 37).

Nesse cenário, as políticas de caráter higienista são inteiramente funcionais ao sistema capitalista na medida em que promove a desigualdade social necessária para a acumulação do capital no espaço urbano.

Cumpra-se destacar, então, que as políticas de caráter higienistas tem raízes históricas no Brasil. Desse modo, Martins (1998, p. 133) recupera o momento histórico brasileiro que

deu início a esse processo de “higienização” das cidades, especificamente em 1808 na cidade do Rio de Janeiro, em razão da chegada da família real. Nesse ínterim, a cidade do Rio de Janeiro passou por grandes transformações urbanísticas com objetivo de deixar a cidade “mais digna da morada de um rei”.

urgia “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas e inseri-lo, compulsória e firmemente, no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte. As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias como Paris, Londres, Viena, e São Petersburgo, a Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais (MARINS, 1988, p. 133).

Essas políticas higienistas violam direitos essenciais como discute Ruiz (2014), ao passo em que legitima tratamentos cruéis e desumanos contra milhares de pessoas. “à defesa das políticas higienistas para as grandes cidades, que escondam o empobrecimento gerado pela desigualdade social e de renda, à violência contra os diferentes, é um simples passo”. (RUIZ, 2014, p. 205).

Na atualidade, o que está cada vez mais em desenvolvimento é a construção de condomínios “fechados e vigiados” que intensifica o processo de “enclausramento” de uma pequena parte da sociedade que rejeita a vida pública alimentando o processo de segregação urbana.

Tal segregação socioespacial também se reproduz, crescentemente, nas cidades nas quais a classe trabalhadora se vê pressionada a construir suas moradias em encostas suscetíveis a qualquer tipo de perigo e de agressão ao meio ambiente, pois muitas destas moradias são construídas em áreas de preservação ambiental.

Outrossim, é a busca por conjuntos habitacionais edificadas em áreas periféricas, onde há ausência e descaso do Estado mediante políticas públicas de equipamentos urbanos e sociais em razão do preço da terra mais barata. No entanto, para alguns autores como Ribeiro (1995) essa condição precária nas cidades pode favorecer a conscientização de classe da população carente nas cidades.

A realidade, porém, é que, contrariando o desejo de todos, as massas marginalizadas crescem aceleradamente, tanto pela diferença entre seu elevado ritmo de incremento e o baixo nível de oferta de novos empregos, como também, desde há algum tempo, pelo deslocamento de setores pobres mais integrados, para a condição de marginalizados. Isto vem ocorrendo devido à sua incapacidade de acompanhar os novos padrões de consumo conspícuo dos setores melhor incorporados ao sistema. O “problema” se agrava mais ainda porque estas massas, além de crescer numericamente, se concentram espacialmente. Formando conglomerados humanos de milhões de pessoas, sobretudo nos terrenos baldios dos grandes centros urbanos.

Assim concentradas, elas de alguma forma se vão homogeneizando e, provavelmente, conscientizando-se a respeito de sua condição de párias. Desse modo, começam a alcançar a condição necessária para constituir-se um dia em um grupo social diferenciado, ou seja, consciente de si mesmo, com formas previsíveis de conduta e com capacidade de ação conjugada. Vale dizer, os temores tão temidos começam a ter razão de ser (RIBEIRO, 1995, p. 89-90).

“Esse processo da produção dos “enclaves fortificados” baseia-se no medo e insegurança por parte das classes privilegiadas, que amplia a fragmentação urbana e gera o aprofundamento de um modelo de separação em que os espaços de anonimato e temor se tornam mais frequentes que aqueles dedicados às trocas e às diferenças” (DAMMERT, 2013, p. 111). Para essa autora, a cidade como espaço de interação e celebração das diferenças está sendo suprimida por ameaças que desconstruem essa ideia. Segundo Briceño-Leon (2007, p. 570):

O medo de ser vítima da violência produz diversos tipos de resposta na sociedade, por uma parte há um incremento da defesa privada e por outro uma exigência de maior ofensiva pública frente ao delito. O incremento da busca de defesa procura diminuir a exposição ao risco dos indivíduos, quer dizer, de criar condições para não ser vítima, e isso se alcança inibindo as saídas ou restringindo os movimentos em certas áreas da cidade ou a certas horas, incrementando a segurança nas próprias casas, construindo espaços públicos privatizados, ampliando a proteção privada. A demanda de maior ofensiva contra os atores violentos (“guerra ao crime” como foi chamada em muitos lugares) pede maior presença policial nas ruas e espaços públicos, maior repressão por parte da polícia dos delinquentes, inclusive lhe dá apoio às ações extrajudiciais (prisões sem ordem judicial, torturas ou grupos de extermínio) e um incremento em severidade às penas [...].

Esses processos integram a própria lógica do sistema capitalista que baseia a vida na cidade em relações mercantis, no qual a qualidade de vida está condicionada por um intenso individualismo e culpabilização do sujeito por sua condição de pobreza e marginalização, determinando “as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância” (HARVEY, 2012, p. 81).

A multiplicação das massas marginalizadas e sua concentração nas cidades – grandes e pequenas – é tida pelas classes dominantes como uma desgraça e comumente explicada como consequência do êxodo rural e da irresponsabilidade de gente miserável que se permite reproduzir-se desgraçadamente. A seus olhos, a existência dessa subumanidade constitui, mais que um problema, uma vergonha que atenta contra seus foros de civilização ao exibir sua feiúra, suas enfermidades e sua miséria nas grandes metrópoles. (RIBEIRO, 1983, p. 85)

Nessa lógica, cumpre destacar, conforme a contribuição de Kowarick (1993, p. 62), que a experiência de construção de moradias desde a instituição do trabalho livre no Brasil até os

dias de hoje é a autoconstrução como componente e expressão material da expropriação dos meios de vida, como a da terra, da exploração da força de trabalho e da espoliação urbana.

O chamado problema habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa à que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho. Desde os anos 1930, a habitação constitui-se numa força ideológica para a formação do/a trabalhador/a fundamental na reprodução da força de trabalho, em um momento de profundas mudanças no Estado e na sociedade (BONDUKI, 2000, p. 73).

Nessa conjuntura política e social de “promessas neoliberais que, ao anunciarem um horizonte de desenvolvimento econômico com justiça social, mantém e aprofundam a dinâmica da financeirização e mundialização do capital” (MARANHÃO, 2010, p. 101), além de agudizarem as desigualdades sociais advindas do conflito capital x trabalho.

### **2.3 Marcos históricos da Política Urbana no Brasil**

A questão urbana começou a ocupar a cena política brasileira mediante o surgimento das lutas sociais articuladas no intento de derrubar o regime militar ao longo dos anos, de 1970 a início de 1980. Essas lutas travadas no urbano contribuíram para a “articulação das entidades, em nível nacional, que estavam organizadas em bairros periféricos, em torno de segmentos profissionais, de gênero e etnia, e desembocaram na elaboração de uma proposta para a Assembléia Nacional Constituinte de 1986” (TONELLA, 2013, p. 134) e levaram a construção da proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana. Por todo o País, segundo Tonella (2013, p. 30, *grifos nossos*), surgiram uma teia de movimentos populares “*que se estruturaram* a partir de suas questões específicas, mas contribuindo, *também*, para o fortalecimento do todo: mutuários do BNH, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes etc”.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, mediante a constituinte, “abriu-se um processo de reforma institucional, especialmente no plano local” (RIBEIRO; SANTOS Jr., 1994, p. 5). Para esses autores, após a promulgação da Carta houve reformas no arcabouço jurídico dos municípios que buscaram um novo modelo de política e gestão da cidade:

“democrática em relação às condições e atores de processo decisório governamental, universalista no que diz respeito aos direitos sociais na cidade e redistributiva dos ônus e custos da urbanização” (RIBEIRO; SANTOS Jr., 1994, p. 5, *apud*, TONELLA, 2013, p. 31). Desse modo, estava lançada a base para os parâmetros da construção dos marcos legais subsequentes.

A nova orientação, segundo Tonella (2013, p. 31), “influenciou as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios, obrigatórias para os com mais de 20 mil habitantes”. Ainda segundo a autora, a nova orientação constitucional “aponta para o abandono da ideia de planejamento urbano e substitui-a pela concepção de gestão, mostrando quais os elementos que as prefeituras dispõem para gerir recursos, no sentido de uma maior equidade” (TONELLA, 2013, p. 31).

Cumprir destacar que a Constituição de 1988 municiou as gestões municipais para a solução de problemas estruturais, quais sejam: o artigo 23 dispõe que “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promoverem programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais” (BRASIL, 1988, p. 156). No capítulo da Política Urbana, o artigo 182, parágrafo 1º, estabelece: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 1988, p. 167).

A maior conquista social resultante das mobilizações que marcaram os anos 80, no que se refere à política urbana, foi à inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988. Alguns instrumentos ou mesmo conceitos previstos na Emenda Constitucional de iniciativa popular da Reforma Urbana (subscritos por mais de 130 mil eleitores) lograram fazer parte do texto da carta nacional (MARICATO, 2001, p. 100-101).

Evidencia-se, pois, que esse instrumental construído nessa conjuntura política brasileira oferece aos governantes mecanismos jurídicos para amenizar o problema da propriedade privada ao incentivar a oferta de moradia para a população de baixa renda na cidade, diminuindo as gritantes desigualdades no acesso ao solo urbano. A Constituição, na visão de Tonella (2013, p. 31), propiciou amplos poderes ao poder municipal a fim de “coibir as especulações imobiliárias e punir os especuladores. Os governantes (membros do executivo e legislativo) podem lançar mão de mecanismos, como taxações progressivas do IPTU, parcelamento ou edificação compulsória e até a desapropriação”.

Tais argumentos podem ser evidenciados no artigo 182 da Constituição, em seu parágrafo 4º, que é facultado ao Poder Público Municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessivamente de:

I – Parcelamento ou edificação compulsórios;

II – Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazos de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real de indenização e os juros legais.

Nesse seguimento, os artigos citados foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de julho de 2001), os quais formataram, em termos legais, a política urbana participativa e com controle social. Essa afirmação está no capítulo da Gestão Democrática no artigo 20, inciso II, o qual afirma que a política urbana deve ser exercida como “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 1988, p.250). O capítulo IV, art. 43, prevê que para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

A proposição colocada pela lei é a garantia a todos do “direito de acesso à cidade” e a sua implementação depende dos municípios, por meio da incorporação dos instrumentos nos Planos Diretores, elaborados pelas prefeituras e aprovados pelos legislativos. No entanto, segundo Tonella, (2013, p. 31) “A realidade tem demonstrado extrema resistência na aceitação dos instrumentos, notadamente o IPTU progressivo no tempo. Mesmo com a previsão nos Planos Diretores, os executivos resistem em aplicar a lei”.

Em relação ao Estatuto da Cidade (2001), Maricato (2011) alerta que não se pode subestimar a capacidade do capital associado ao Estado em apoderar-se das demandas da

classe trabalhadora e desestruturá-las apenas em discursos ideológicos de dominação de classe dissipando assim todo a sua potencialidade de ação política.

Corroborando para tal afirmação, Harvey (2006, p. 86) assevera que a relação entre os interesses do capital e do Estado torna-se nebulosa, o que segundo o autor “é vantajoso, pois é muito mais fácil para o Estado manter a aparência de árbitro neutro entre todos os interesses” (HARVEY 2006, p. 86).

Seguindo a ordem cronológica dos fatos, tem-se a criação do Ministério das Cidades em 2003<sup>9</sup>, que trouxe um tratamento integrado de todas as políticas urbanas, na medida em que se superou o recorte setorial da habitação, do saneamento, dos transportes e mobilidade urbana para integrá-los, levando em consideração o uso e a ocupação do solo.

Tal iniciativa apresenta-se como um ponto de partida bastante significativo para os movimentos sociais urbanos intensificarem sua pressão no processo de correlação de forças no Estado capitalista brasileiro, a fim de garantirem a sua emancipação política que, como já discutido, representa o máximo da cidadania formal na sociedade de classes.

É nesse ínterim que é gestada a PNDU (2004), conforme define o texto base do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR) para a II Conferência das Cidades (2005).

Nesse caminho da política urbana no Brasil, vale destacar a aprovação pelo Senado, em 2005, do Projeto de Lei 2710/92 e que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Popular. O projeto transformou-se na Lei Federal 11.124/05, que instituiu o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/ FNHIS) e seu Conselho Gestor, criando as condições legais e institucionais para a consolidação do setor habitacional como política de Estado.

Como conseqüências dessas mudanças em relação à política urbana brasileira, a Secretaria Nacional de Habitação estruturou o Plano Nacional da Habitação (PlanHab) que propõe “um conjunto de ações e medidas de natureza institucional, econômica e jurídica, que têm por objetivo dar corpo e consistência ao Sistema Nacional de Habitação” (TONELLA, 2013, p. 34). No ano de 2007, ocorreu a adesão de Estados e Municípios ao SNHIS colocado como uma organização institucional do setor, tendo como compromisso a elaboração de seus

---

<sup>9</sup> Conforme aponta Tonella (2013, p. 31), “a estrutura do Ministério das Cidades foi apontada como uma novidade, não só no território brasileiro, mas em toda a América Latina”. Ainda segundo a autora, “sua importância aumenta quando se constata que, no passado recente, as marcas da política urbana foram ausência de planejamento e desarticulação” (TONELLA, 2013, p. 31). “Por exemplo, no caso da política de habitação, com o fim do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, o que se seguiu foi uma constante reformulação no setor, com descontrole nos gastos públicos. Segundo Bonduki (2000), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a nada menos que sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes” (TONELLA, 2013, p. 31).

Planos de Habitação de Interesse Social, além da constituição do Fundo de Habitação de Interesse Social e de seu Conselho Gestor.

O PlanHab possui como meta de planejamento o ano de 2023 que está relacionado com suas revisões correspondentes aos anos de elaboração dos Planos Plurianuais (PPA's): 2011, 2015 e 2019. A elaboração do Plano Nacional de Habitação envolve três etapas, a saber:

A contextualização, a elaboração de cenários e metas e a definição do plano de ação, estratégias e implementação. São pressupostos do Plano a garantia à moradia digna como direito universal e fator de inclusão social e a gestão democrática e participativa da política habitacional (Ministério das Cidades, 2004). Os planos devem ser direcionados prioritariamente para atender a população de faixa de renda entre zero e três salários mínimos. Os princípios que embasam a construção dos Planos Municipais de Habitação de Interesse Social são: 1) A garantia à moradia digna como direito universal e fator de inclusão social; 2) a garantia da função social da cidade e da propriedade; 3) a gestão democrática e participativa da política habitacional; 4) o reconhecimento da existência de demandas específicas e diferenciadas (idosos, portadores de deficiência, crianças e gênero); 5) o respeito às identidades culturais e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários já existentes (TONELLA, 2013, p. 35).

No entanto, a implementação dessas etapas tem como principal agente operador dos recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) a Caixa Econômica Federal que, conforme aponta Bonduki (2008, p. 54), “possui enorme capilaridade; está presente em todos os municípios do País e dispõe de regras e programas em curso que desenham a política habitacional sob sua responsabilidade”.

As regras e programas seguem, portanto, a lógica do sistema bancário que exige a capacidade de pagamento (e conseqüente comprovação de renda) para aprovar financiamentos. Tal fato evidencia a subordinação da política urbana (Política Habitacional) aos interesses do capital financeiro, que busca maximizar seus lucros mediante o empréstimo para a aquisição da casa própria para a classe trabalhadora. Convém ainda registrar que trata-se de uma parte da classe trabalhadora, visto que a grande massa de trabalhadores estão em situação de emprego informal ou compondo o Exército Industrial de Reserva (EIR).

Para o caso do saneamento básico, foi construído o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007). As previsões e metas apontam para:

- a) definição de objetivos e metas nacionais e regionalizadas e o engajamento de todos os entes federados pela universalização do saneamento básico nas áreas urbana e rural; b) superação das desigualdades e inclusão social por meio da



universalização do saneamento básico – em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais – que deve garantir, independentemente de classe social e capacidade de pagamento – qualidade, integralidade, continuidade, inclusão social e, ainda, contribuir para a superação das diferentes formas de desigualdades sociais e regionais, em especial as desigualdades de gênero e étnico-raciais; c) cumprimento de metas no sentido de reduzir à metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário (BRASIL, 2008, p.139).

Em 2007, ocorreu a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que prometeu dinamizar a economia com uma série de investimentos em infraestrutura, tais como: energia, rodovias, saneamento e habitação. Já o ano de 2009 foi inaugurado com o impacto da dita “crise financeira global” e sob a expectativa dos seus reflexos no Brasil. O então presidente Lula assim afirmou que essa tal onda gigantesca de desestabilização das economias centrais atingiria o Brasil como “uma marolinha”. Tonella (2013, p. 36) aponta que algumas medidas foram tomadas com o objetivo de manter a “economia aquecida”, tal como investimentos para Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que é o objeto da sua análise, porém, como se trata de um problema estrutural, a “questão da moradia brasileira” permanece contraditória e agravada pelos interesses do capital no urbano.

Medidas para manter a economia aquecida foram tomadas; uma destas, que diz respeito ao tema deste artigo, foi o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, consolidado pela Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. A previsão foi de recursos provenientes do Fundo de Arrendamento Social e do Fundo de Desenvolvimento Social, correspondendo respectivamente a 14 bilhões de reais e 500 milhões de reais, ambos geridos pela Caixa Econômica Federal. A iniciativa governamental estaria canalizando recursos para dinamizar a economia a partir do setor da construção civil, capaz de grande absorção de mão de obra e de estimulação de setores econômicos correlatos. A centralidade passa a ser das empresas que apresentam projetos diretamente à CEF, para avaliação e aprovação. O controle do Programa passa a ser feito pelo mercado, não atendendo as necessidades da população interessada. O foco principal das empresas é o lucro, e não o atendimento da população, tendo por critério os mais necessitados como estava previsto no PLNHIS. A situação agrava-se diante da ausência de estoques de terras a baixo custo nos municípios, principalmente os de grandes centros e áreas metropolitanas. A expectativa é que a população que habita a “cidade clandestina” para, usarmos os termos de Rolnik (1990), continuará a ser preterida em relação à lógica de mercado. (TONELLA, 2013, p. 36).

Nesse contexto, Maricato (2011) defende que ainda existe a necessidade considerável de alcançar instrumentos legais e suas implementações, pois muito embora sejam insuficientes, são também condições imprescindíveis no processo de respaldar as reivindicações populares relacionadas à ampliação do direito à cidade.

“A função social da propriedade e o direito à moradia estão previstos na Constituição Federal, mas entre a retórica e a prática vai um abismo. É comum que a aplicação da lei ocorra de forma inversa ao motivo que a inspirou – isto é, na prática, afirma-se a concentração da propriedade e a exclusão ou despejo dos pobres” (MARICATO, 2011, p. 189). Diante do exposto, pode-se assegurar que as políticas urbanas tanto municipais, estaduais ou federais, caso não incorporem discussões e medidas referentes à propriedade da terra, serão sempre impossibilitadas de gerar resultados potenciais na superação da segregação socioespacial, concentração da terra, especulação fundiária e imobiliária e os vazios urbanos que nutrem o déficit habitacional, hipervalorizando as terras em áreas bem localizadas que nutrem cada vez mais o capital.

Portanto, a implementação de programas que não enfrentam tais aspectos determinados por um sistema econômico que rege a sociedade em todas as suas dimensões continua a reproduzir as vantagens urbanas para a acumulação capitalista, ou seja, a desigualdade social, pobreza, segregação, etc. Dessa feita, concorda-se com Avritzer (2004) quando esse afirma que "a democratização não é um período de transição, é o processo permanente e nunca inteiramente acabado de concretização da soberania popular" (AVRITZER, 2004, p. 2).

#### **2.4 Movimentos Sociais Urbanos (MSU): uma reflexão sobre sua potencialidade emancipatória**

No que se refere ao direito à cidade Harvey (2013, p. 28) afirma que este não pode ser concebido “como um simples direito de visita a um retorno das cidades tradicionais. Ao contrário, ele pode apenas ser formulado como renovado e transformado direito à vida urbana”. Ou seja, a liberdade da cidade, segundo o autor, é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: “é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 2013).

Segundo Guimarães (2015), o urbano consiste em um dos espaços que tem se revelado de importância fundamental para a luta de classes nas últimas décadas sendo considerado um espaço de grande segregação socioespacial. Ainda segundo a autora, os movimentos sociais, ao expandirem-se, empurram os segmentos das classes subalternas para as áreas periféricas, destituídas de serviços, de infraestrutura urbana e de equipamentos coletivos.

Sobre isso, Harvey (2013) também se pronuncia ao afirmar que vivemos na grande maioria em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito que foram agravadas com o neoliberalismo que, segundo ele, dinamizou as desigualdades sociais. Ainda segundo o autor, os desenvolvimentos urbanos desiguais “traçaram o cenário para o conflito social” (HARVEY, 2013, p. 29). Harvey (2013) relaciona a luta urbana com o engajamento dos sujeitos (cidadinos) compreendidos como seres sociais protagonistas de sua própria história e capazes de provocar as condições necessárias para uma cidade mais justa e equitativa.

A implicação é que nós, individual ou coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes ou não. Esse é um ponto profundo, o pivô sobre o qual grande parte do meu argumento envolve. (HARVEY, 2013, p. 31).

Nesse sentido, a dinâmica de produção e de reprodução do espaço urbano pode ser considerada em sua íntima relação com os processos de acumulação capitalista e de exploração da força de trabalho, bem como com a resistência elaborada pelas lutas populares urbanas engendradas nesse contexto.

A perspectiva emancipatória trabalhada pelos MSU's segundo Guimarães (2015, p. 722) “significa, por um lado, o processo de empreender a crítica teórica e prática à dominação capitalista e, por outro, construir as possibilidades de alteração dessa realidade”.

Nessa conjuntura, as palavras de Vainer (2010) trazem uma reflexão bastante crítica e atual quando afirma que o urbano está na iminência de uma erupção vulcânica por concentrar a agudização das contradições capital x trabalho. E quando essas contradições tornarem-se insustentáveis, a “pradaria irá incendiar-se” (VAINER, 2013, p. 36).

Pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizam, pelas diversidades de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade, em alguns caos, acabem transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis (VAINER, 2013, p. 35).

Vainer (2010, p. 36) defende que as iniciativas de análise que procuram examinar os processos de manifestações em curso na conjuntura atual devem orientar o seu olhar não para a “fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria” (VAINER, 2013, p.

36). O autor, ao tratar em sua obra sobre as manifestações urbanas do aumento da tarifa do transporte público urbano, indica que “a pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se” (VAINER, 2013, p. 36), ou seja, a pradaria é a própria cidade.

Nessa lógica, consideram-se as contribuições de Lojkine (1997) sobre o entendimento do Estado que o concebe como um espaço de luta de classes a ser tensionada pelos movimentos sociais urbanos mediante “brechas” construídas e/ou contidas no aparelho de Estado. As relações políticas são entendidas como o “lugar onde se efetua a transição de um modo de produção para o outro, em que a luta de classes é levada ‘até o fim’” (LOJKINE, 1997, p. 313). Tem-se então um dos pilares da teoria social de Marx que é a perspectiva da revolução como possibilidade histórica e, por conseguinte, o alcance da emancipação humana.

Para Lojkine (1979, p. 39-41), “o urbano é um dos locais mais decisivos da luta de classes, na medida em que “resume” a contradição principal entre a existência de desenvolvimento do trabalho vivo – e principalmente seu desenvolvimento intelectual”. Somando-se a isso, segundo o autor, a “lógica da acumulação do trabalho materializado que tende a restringir ao máximo este desenvolvimento em função de suas necessidades imediatas” (LOJKINE, 1979, p.41).

Já dizia Mao Tse-Tung “uma fagulha pode incendiar uma pradaria”.

São esses movimentos e dinâmicas que vêm agora à tona. Trazem para a nossas cidades e para a esfera pública o frescor do que ainda não foi contaminado pela ideologia do empreendedorismo e do individualismo competitivo que pretendem a totalidade da vida social. Desafiados pela cidade de exceção, pela cidade-empresa e pela democracia direta do capital, eles agora desafiam. Querem outra cidade, outro espaço público. A convulsão social em que o país e suas cidades foram lançados abrem extraordinárias possibilidades de interpelação. A história nos revisita, nos pisca o olho e nos lembra de outra cidade é possível (VAINER, 2013, p. 37).

#### **2.4.1 Movimentos sociais urbanos no Brasil: algumas notas**

A emergência e atuação dos movimentos populares na década de 1980 no Brasil nasce no cenário pela luta do regime militar. Tal acontecimento foi enaltecido pela academia e gerou inúmeras análises. No entanto, a ampliação da participação democrática e dos canais institucionais de diálogo e negociação com os órgãos públicos levaram a uma institucionalização, burocratização e cooptação dos movimentos sociais urbanos provocando na década seguinte um significativo refluxo dos movimentos de massa e populares em nome da utilização de canais institucionalizados.

Segundo Tonela (2013, p.157), “o projeto ‘democrático popular’, construído ao longo de mais de vinte anos, teve, no Partido dos Trabalhadores (PT), seu expoente no que diz respeito à articulação entre os movimentos sociais, as demandas da população e a política partidária”.

Nessa perspectiva, em um país capitalista subordinado à hegemonia do capital marcado tão substancialmente, historicamente e determinadamente pela desigualdade social como é o Brasil, torna-se fundamental a organização das classes subalternas para a desmistificação da ideologia dominante que culmine de fato na passagem de “classe em si para si” compreendida de acordo com as contribuições marxianas como um processo “[...] Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe” (MARX, 1982, p. 159).

Isto posto, galgar-se-á a criação e manutenção de uma nova hegemonia possibilitadora de direitos sociais e sua constante expansão, tendo como protagonismo os movimentos sociais urbanos no exercício de operar pressão sobre o Estado e o capital no embate de correlação de forças, com vistas à criação de um novo patamar na luta pela emancipação humana e quaisquer formas de exploração.

Considerando o contexto atual das manifestações urbanas no Brasil, destacam-se as reações frente aos superinvestimentos em locais específicos e “bem localizados” nos denominados “centros urbanos” reservados para a criação de Mega eventos como a Copa do Mundo em 2014 e os jogos Olímpicos em 2016, ambos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro.

Esse quadro determina a expulsão, remoção e deslocamentos forçados dos habitantes desses locais para áreas periféricas acometidas sazonalmente por fortes chuvas que provocam nesses lugares verdadeiras catástrofes, tais como, enchentes, deslizamento e desmoronamentos de terra, doenças infecciosas e até mesmo mortes de membros da comunidade e, conseqüentemente, a destruição parcial ou total de suas moradias. “São inúmeros os problemas ocasionados pela presença cada vez maior de trabalhadores/as com suas moradias localizadas em áreas segregadas, com deficiência dos serviços de água, esgoto” (BONDUKI, 2000, p. 20).

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como reconhecer a conexão estreita entre protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos jogos Olímpicos de 2016. De um lado a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir

que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido a Copa das Confederações. “Porrada neles”. A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais. (VAINER, 2013, p. 37).

As transformações que esses mega eventos firmam nas cidades está longe ser reduzido a apenas o recrudescimento da milícia outorgada pelo Estado que gera mais violência e criminalidade. A questão de fundo é a “concepção de cidade que eles expressam e atualizam de forma intensa” (VAINER, 2013, p. 37) corroborando para a utilização das cidades cada vez mais como valor de troca e cada vez menos como valor de uso por parte da população habitante. Corroborando para tal afirmação, Vainer (2013, p. 37) em sua obra evidencia que “As cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando à capitais cada vez mais móveis (footloose) recursos públicos (subsídios, terras e isenções)”.

Para tanto, os MSU’s lutam cotidianamente, seja nos espaços públicos ou mesmo na rua, como forma de superar esse sistema de desigualdade e atingir o direito pleno à cidade que só será possível numa sociedade emancipada e livre de qualquer exploração do homem pelo homem. A atuação dos MSU’s torna real e concreta a teoria da revolução de Marx.

Defende-se aqui a busca incessante por uma nova sociedade baseada no socialismo, na socialização e na produção da riqueza gerada pela humanidade, bem como a supressão da mercantilização da vida e conseqüentemente das cidades. Para tanto, é imprescindível o papel dos MSU’s, que trata da resistência contra a subordinação das cidades à lógica capitalista, buscando a emancipação humana.

Torna-se então oportuno assinalar que a emancipação humana trata-se do alcance de uma nova sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres. Supõe ainda a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem a superação do capital e da exploração entre as classes, é inviável a constituição de uma autêntica comunidade humana.

A emancipação humana para Marx representa a luta do proletariado materializada por uma revolução social. Isso significa buscar a possibilidade e a necessidade de uma revolução social, tendo em vista a substituição da sociabilidade capitalista pela sociabilidade comunista e os MSU’s possuem essa potência emancipatória no urbano desde o seu surgimento e principalmente nos dias de hoje, onde há o recrudescimento das desigualdades advindas do sistema capitalista.

A distribuição da riqueza socialmente produzida via política urbana é representada no meio urbano mediante: moradia adequada, disponibilidade dos serviços de saneamento e

infraestrutura, qualidade do transporte coletivo e na mobilidade, nos serviços e equipamentos urbanos. Além do incentivo à diversidade na dinâmica societária, independentemente da etnia, idade, orientação sexual, religião, dentre outros elementos.

Todos esses valores de uso só serão possíveis de serem (re) conquistados pela classe trabalhadora por meio da luta de classes, e atingem o seu mais alto grau de maturidade quando organizados na forma de MSU. Ou seja, as políticas urbanas podem servir para arrancar mais do trabalho ou podem servir de anteparo ou resistência a esse processo de extensão da expropriação da mais-valia no momento da circulação do capital. Pela hegemonia do capital, a tendência é a cidade se transformar em meio para atender o critério de rentabilidade do capital que subsume à cidade a sua lógica ou, pelo contrário, pode ser o momento em que por articulação de forças das classes trabalhadoras, a luta de classes reage contra a essa tendência de subsunção do trabalho ao capital.

Dessa feita, constata-se que o planejamento urbano desenvolvido pelo Estado brasileiro foi, desde sempre, conduzido pelos interesses da classe dominante. Esse processo resultou em uma gestão urbana que favoreceu de forma significativa os processos de especulação imobiliária e de concentração de renda. Desse modo, houve a promoção e agravamento do processo de segregação socioespacial da classe subalterna. O planejamento urbano, portanto, foi submetido aos interesses preponderantes da classe dominante, tendo como mecanismo de ação o Estado.

Diante da discussão desenvolvida, fica evidente que a não realização do direito à cidade é fruto das conseqüências das contradições sociais agudizadas inscritas no espaço urbano, provocadas pela sociabilidade do capital cujos desdobramentos determinam uma segregação espacial funcional ao sistema que “alimenta a desinformação e desorganização política dos subalternizados, disseminam a violência e provocam a omissão da política social, substituída por uma política ostensiva e onipresente e um aparato penal” (WACQUANT, 2001, p. 145).

Argumenta-se, pois, que a luta pela cidade é a luta pela cidadania, pelos direitos de todos ao trabalho, à educação, ao lazer, à saúde, à habitação, à criação, à participação política. Assim, a produção do espaço é social, o que exige uma relação orgânica entre produção e reprodução de relações sociais transformadas baseadas na emancipação humana. “Devem-se romper as regras do jogo político definido pelo neoliberalismo, para lutar pelo direito inalienável a uma cidade diferente, que seja formada de acordo com as necessidades coletivas” (HARVEY, 2013, p. 57). Ainda nas palavras do autor,

O direito à cidade significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades (...) O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente, quando eu olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais que pelas pessoas . Assim nessa luta pelo direito à cidade haverá também luta contra o capital (HARVEY, 2009, p. 46).

Destarte, a reflexão crítica relacionada à cidade-mercadoria deve ter como base a “estratégia de renovação urbana (que) se torna “necessariamente” revolucionária, não pela força das coisas, mas contra as coisas estabelecidas” (LEFEBVRE, 1991, p. 112). Isto é, deve recuperar o debate fecundo sobre o direito à cidade como “direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 1991, p. 117).

Diante desse resgate histórico, fica evidente a base de sustentação sobre a qual o objeto de estudo se alicerçou: a prorrização dos interesses da fração da burguesia interna, possibilitando a composição e recomposição da hegemonia dominante brasileira. Tal fundamento tem suas nuances também a partir do ponto de partida empírico dessa dissertação representado pela PNDU. É que será discutido e demonstrado a seguir.



### CAPÍTULO 3

#### **POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PNDU): ENTRE AS CONTRADIÇÕES E OS LIMITES DO PERÍODO “NEODESENVOLVIMENTISTA”**

Aqui será desenvolvida uma discussão sobre o sentido da estratégia denominada “neodesenvolvimentista” iniciada, no Brasil, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, e seguida por Dilma Rousseff, organizada num período de grave crise do capitalismo global também conhecida como crise estrutural do capitalismo. Nesse sentido, procurou-se realizar uma análise documental do PNDU com o objetivo de analisá-lo do ponto de vista crítico-reflexivo, desnudando possíveis fetichismos que insistem em permanecer numa análise sem a devida acuidade sociológica e desvinculada do método histórico-estrutural.

##### **3.1 O novo “desenvolvimentismo” no Brasil: fundamentos e concepções**

“O novo desenvolvimentismo tem uma curta e recente história na América Latina. Surge no início do século XXI - mais precisamente no Brasil com os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira e alguns documentos do empresariado nacional - como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo. Nasce, portanto, como uma possibilidade das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos traçarem uma terceira via de desenvolvimento, criticando tanto o neoliberalismo do Consenso de Washington quanto o socialismo do século XXI.

O neologismo “neodesenvolvimentismo” a ser investigado nesta dissertação possui raízes históricas e estruturais assentadas no contexto de mudanças do sistema capitalista no momento em que vivenciou suas inerentes crises ocorridas nos fins dos anos 1970. Essas mudanças pressionaram o referido sistema a se desvencilhar da intervenção estatal que garantia certo compromisso com as classes subalternas para o processo de neoliberalismo onde é apregoado o lei do Estado mínimo, a fim de que o mercado pudesse ter caminho livre para assegurar a existência do sistema capitalista e concomitantemente sua perpetuação e maximização dos lucros.

Nessa conjuntura, o sistema capitalista, logo após a Segunda Guerra Mundial, vivenciou, conforme Hobsbawm (1995, p. 253), os anos dourados/gloriosos, ou seja, “uma fase excepcional da história”, na qual “realizara a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro” (HOBSBAWN, 1995, p. 281).

Harvey (2012, p. 20) aponta que esse contexto foi ocasionado pelo regime de acumulação keynesiano-fordista. Essa organização política e econômica tinha um Estado que “deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado”.

Nesse período, entre os anos 1945 a 1973, conforme aponta Harvey (2012, p. 125), houve um “surto de expansões intercapitalistas”, que

alcançou taxas fortes, mais relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa preservada e a ameaça de guerras capitalistas, tornada remota (HARVEY, 2012, p. 125).

Porém, conforme aponta Hobsbawm (1995, p. 281), a “Era de Ouro perdeu seu brilho” mais precisamente desde o final dos anos de 1960 onde o capitalismo “regulado” entrou em crise. É nessa conjuntura que Mandel (1982) aponta que no segundo pós-guerra, o qual o autor chama de “capitalismo tardio”, apesar da expansão econômica vivenciada não foi possível resolver as contradições internas desse sistema.

A oscilação periódica dos investimentos, determinada pela oscilação periódica da taxa média de lucros, continuou sendo a regra [...] Quanto menor a taxa média de crescimento da produção mundial capitalista, tanto menores as fases de *boom* e tanto maiores as fases de recessão e estagnação relativa (MANDEL, 1982, p. 332).

Ou seja, trata-se de “uma crise estrutural [que] afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797). Dessa forma, com o objetivo de garantir o processo de acumulação capitalista intacto e a permanência da maximização dos lucros desse sistema econômico, há a necessidade da substituição do modelo keynesiano de regulação econômica e social pelo monetarismo adotado pela ideologia neoliberal. É nesse contexto que Löwy (1999, p. 170) aponta que

[...] uma das características centrais do neoliberalismo é fazer do mercado uma religião. A sacralização do mercado transformou-se numa vitória ideológica do neoliberalismo, talvez a maior delas. A lógica mercantil está sendo aceita como uma lei da natureza, como um dado inquestionável [...]. (LÖWY, 1999, p. 170)

No Brasil, o neoliberalismo passa a ter um maior fôlego em 1990, iniciando-se com o governo de Fernando Collor de Mello e intensificando-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (SOARES, 2000; COSTA, 2006). No projeto neoliberal do capitalismo, as políticas sociais são drasticamente submetidas à lógica mercadológica, resumindo-se a ações paliativas, focalizadas, assistencialistas, protagonizadas agora pela família, sociedade e ao mercado, desresponsabilizando cada vez mais o Estado que passa a proteger mais ainda a economia das crises cíclicas do capital e a implementação de medidas sociais ínfimas que visam a garantir a ordem estabelecida.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise [...] prevalecendo o [...] referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para antes da federação ou para instituições privadas [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 156).

Entretanto, na história política brasileira há o início de um capítulo novo dado mediante a vitória da candidatura para presidente da República de Luis Inácio Lula da Silva, em 2002. A direção do país pelo PT, considerado de esquerda, trouxe esperanças e questionamentos quanto à direção política e econômica que o Brasil iria seguir a partir de seu mandato, que se iniciaria em 2003.

É sobre esse período que comporta os mandatos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003/2007-2007/2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), também do PT, que, nesta dissertação, será analisado a PNDU com o objetivo de desnudar as reais determinações inseridas nessa notável materialidade da política urbana no Brasil na atualidade, a fim de evidenciar que o período “neodesenvolvimentista” trata-se de um aprofundamento do modelo neoliberal e não de uma combinação harmoniosa entre desenvolvimento econômico e social como pregam seus defensores.

Essa análise se dará à luz do método histórico-dialético, pois é o único capaz de desfeticizar as armadilhas desse período em vigor no país e que aponta para um crescimento veemente nos próximos anos por tratar-se de uma lógica interna do próprio sistema capitalista hegemônico no país.

O desenvolvimentismo como pensamento estruturado na América Latina, “surge por meio da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), anteriormente ligada à

Organização das Nações Unidas (ONU)” (DIAS, 2015, p. 25). Ainda segundo a autora a Cepal tinha como objetivo “publicizar a teoria do desenvolvimento originária da Europa e dos Estados Unidos no segundo pós-guerra” (DIAS, 2015, p. 25) que tinha como cerne:

O entendimento de que o subdesenvolvimento econômico constituía uma fase antecedente do desenvolvimento pleno; e se as nações buscassem as condições necessárias poderiam alcançá-lo. Para tanto, fazia-se necessária a modernização econômica, social, institucional e ideológica, que apresentaria, durante certo período, uma dualidade estrutural de oposição entre o setor moderno e o tradicional (DIAS, 2015, p. 25).

Torna-se oportuno, ainda, apontar a definição dada sobre o “desenvolvimentismo” por Furtado (1961, p.123) quando o autor parte da premissa que:

O ‘desenvolvimentismo’ é uma forma de conservadorismo, pois parte da premissa de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo podem ser transplantadas para a América Latina. Se não se considera o estruturalismo, a classificação que me parece corresponder ao meu pensamento é a de “nacionalismo reformista”, embora meu reformismo esteja ligado à ideia de sociedade aberta e que meu ponto de vista seja de que a sociedade brasileira jamais foi aberta em seu setor rural. Esse ponto de vista o expus em minha ‘Pré-revolução brasileira’ (1961, p. 123).

Por esse ângulo, a partir das contribuições de Gonçalves (2012, p. 651), considera-se que o desenvolvimentismo no Brasil priorizou o “nacionalismo, [o] intervencionismo e [a] defesa da indústria”, comportando-se, dessa forma, como dependente do capital estrangeiro. Esse período irrompe no Brasil mediante a candidatura de Getúlio Vargas, no âmbito estadual, em 1928, no Rio Grande do Sul; e, em âmbito nacional, em 1930.

Coutinho (2008) argumenta que essa conjuntura nacional-desenvolvimentista atrelou-se com a herança política brasileira no que diz respeito à independência do Brasil colônia de Portugal, haja vista a independência do Brasil não poder ser caracterizada como uma revolução, pois houve a permanência da ordem estatal e socioeconômica além de não ter sido protagonizada por movimentos republicanos e populares, ou seja, “a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares” (COUTINHO, 2008, p.111).

Fernandes (1968 [2008], p. 36-37) também analisa o país do ponto de vista da dependência visceral relacionada às nações e capitais imperialistas comportando-se como uma plataforma de produção de excedente econômico por eles apropriados.

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, 1968 [2008], p. 36-37)

Ainda segundo o autor, “nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento auto-sustentado efetivo” (FERNANDES, [1973] 1981, p. 20). A dominação externa, em todas as suas formas, segundo sua concepção “produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas” (FERNANDES, [1973] 1981, p. 20). Internamente, os países periféricos possuem algumas características bastante acentuadas que corroboram com a caracterização teórica que Fernandes ([1973] 1981, p. 20) faz do capitalismo dependente:

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como ‘colonialismo interno’). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (...).

O subdesenvolvimento na visão de Fernandes (1981, p. 54) é compreendido não como uma fatalidade histórica, mas como produto da luta de classes fruto da concorrência intercapitalista e do conflito entre dominantes e dominados.

(...) o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro (FERNANDES, 1968, p. 57). A dependência, por sua vez, não é mera ‘condição’ ou ‘acidente’. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do pólo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro pólo (FERNANDES, [1973] 1981, p. 54).

No esforço de situar esse debate com acontecimentos históricos expressivos destacam-se as contribuições de Paula (2005) quando discute que o ano de 1850 assinalou no

Brasil medidas provocadas pelo mercado capitalista, tais como a Lei de Terras; a Lei Eusébio de Queiroz; e a promulgação do Código Comercial Brasileiro, a fim de perpetuar os interesses políticos e econômicos das oligarquias no processo de modernização- conservadora. Nos termos do referido autor:

Esse senhorio, apegado aos seus crônicos privilégios, principalmente ao latifúndio e à escravidão, buscou a linha de menor resistência - uma modernização sem mudança- que, apropriando de certos aspectos da modernização capitalista em curso, conservou, no essencial, a velha ordem oligárquica, herança do período colonial e suas características centrais- a economia voltada para a exportação de produtos primários; a concentração da renda e da riqueza; a débil capacidade de gerar processo tecnológico e aumentos de produtividade; o mercado interno restrito. (PAULA, 2005, p. 19)

A respeito da conjuntura desse período marcado pela industrialização Castelo (2012, p. 619), adensa o debate discutindo que “[a industrialização] começou sob o impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis”. Ainda segundo o autor há a permanência das estruturas coloniais em todo esse processo denominado de desenvolvimentismo que teve nos anos 1950 e 1960 o seu apogeu marcado pelo capital financeiro.

A formação econômica-social brasileira foi forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos modos de produção, no qual os capitalismo detêm o controle econômico, político e cultural frente aos demais (CASTELO, 2012, p. 620).

Com o suicídio de Vargas, inicia-se a governança do país por Juscelino Kubitschek (JK). O novo então novo presidente da República expõe em 1956 o Plano de Metas do seu governo baseado em investimentos públicos nos setores básicos e a permanência do capital estrangeiro. Nesse sentido, Castelo (2012, p. 620) aponta que JK “operou a fusão de um novo bloco de poder no país, baseado no tripé burguesia internacional, burguesia brasileira e Estado”.

Seguindo o compasso da história política brasileira, de janeiro a dezembro de 1961 o presidente Jânio Quadros assumiu o poder apresentando-se como esperança para a esquerda e a direita, porém, segundo Marini (2012, p. 100), sob “o selo de um governo popular, exigia-se que o governo tivesse uma atuação impopular”. Jânio Quadros resolve voltar-se para a esquerda apoiado por uma mobilização popular, que reuniu meio milhão de pessoas, e respaldado no interesse de realizar reformas de base culminando na tomada de poder do país pelo governo militar em 1964 que durou até 1985. Foi nesse período que para Castelo (2012,

p. 620), “instaurou-se a autocracia burguesa e consolidou-se o capitalismo financeiro no Brasil”.

Os grupos progressistas – dos trabalhistas aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários – que apoiavam em maior ou menor grau o nacional-desenvolvimentismo foram derrotados e massacrados por uma ditadura civil-militar de vinte anos, e o desenvolvimentismo tomou novos rumos sob o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia, hegemônica pelos monopólios internacionais. O milagre veio, o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora (CASTELO, 2012, p. 620-621)

Em resumo, para Florestan (1973), a situação política, econômica e social dos países periféricos, tal como o Brasil, caracteriza-se por uma acentuada polarização social agravada por uma autonomia limitada, além da inserção dependente ao mercado mundial e exportação de excedente. Tal situação deriva-se da expansão internacional do capital para as regiões periféricas, condição imprescindível para a acumulação do capital que provoca a dependência e do subdesenvolvimento como forma de maximizar seus lucros.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda (FERNANDES, [1973] 1981, p. 26).

O neologismo “neodesenvolvimentismo” seguindo as contribuições de Siscú, Paula e Michel (2005, p. 1), apresenta-se como “uma estratégia de transformação produtiva com equidade social que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda”.

Esse dito “novo” momento econômico e social na história brasileira difundiu-se, segundo Dias (2015) por meio do livro *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social?*, publicado em 2005 e prefaciado por José Alencar (vice presidente da República do governo Lula). Ainda segundo a autora, esta publicação contém 17 contribuições que possuem, como base, uma suposta aliança de classes, abordando vários assuntos, indo da política externa à dívida pública.

Esse “novo” modelo de desenvolvimento é impulsionado pelos efeitos da crise econômica mundial de 2008, que afetou a economia de vários países. Nesse sentido, o Estado

brasileiro realiza uma série de ações na área econômica com o objetivo de reduzir as disparidades sociais mantendo a competitividade através de um novo modelo de desenvolvimento na tentativa de conciliar as leis de mercado com justiça social.

Destaca-se, então, segundo as contribuições de Maranhão (2014), que a economia brasileira alcançou nas últimas décadas algumas taxas de crescimento que trouxeram consigo eufóricos discursos políticos e análises acadêmicas de grupos intelectuais otimistas sobre a retomada do crescimento econômico, a diminuição da pobreza, a geração de novos postos de trabalho, o surgimento de uma nova classe média consumidora e outros elementos que indicariam uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Ainda segundo Maranhão (2014, p. 134.):

os chamados “novos desenvolvimentistas” possuem uma questão em comum: sugerem que vivemos uma nova fase no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para esse conjunto de ideólogos, superada a fase neoliberal, agora vivemos uma espécie de *déjà vu* esperançosos e conturbados anos da industrialização brasileira, na qual reatualiza-se o antigo mito desenvolvimentista segundo o qual os ganhos civilizatórios da modernização capitalista nos países centrais podem ser finalmente universalizados para os países periféricos. Dito de outra forma, o novo ideário desenvolvimentista pretende recuperar as promessas civilizatórias não alcançadas pelo processo histórico de modernização capitalista no Brasil e que atualmente, segundo seus defensores, voltam a figurar como horizonte histórico nacional.

Observando as contribuições de Castelo (2012), o novo desenvolvimentismo é decorrente de um discurso social-liberal que defende a redução da pobreza aliada à manutenção dos elementos estruturais da ordem capitalista e da dependência. Segundo este autor, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso impera no Brasil a ideologia social-liberal.

Formou-se um novo bloco ideológico conservador que congrega no seu interior representantes da economia vulgar na sua versão atual do social-liberalismo e o novodesenvolvimentismo, com hegemonia dos primeiros, que trazem consigo a miséria ideológica da economia neoclássica do bemestar (CASTELO, 2012, p. 51-52)

Observando as contribuições de Castelo (2012), o novo desenvolvimentismo é decorrente de um discurso social-liberal que defende a redução da pobreza aliada à manutenção dos elementos estruturais da ordem capitalista e da dependência. Segundo este autor, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso impera no Brasil a ideologia social-liberal.

Na visão do social-liberalismo, o pauperismo não deveria ser atribuído à dinâmica da acumulação capitalista e a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – como fazem as pesquisas baseadas da perspectiva da totalidade –, mas sim às falhas



de mercado e não dotação de certos ativos por parte dos pobres (CASTELO, 2012, p. 64).

Seguindo essa lógica, fica claro que o “neodesenvolvimentismo” surge e sustenta-se no contexto de disseminação de uma ideologia social-liberal. Essa combinação entre crescimento econômico e desenvolvimento social é criticada por diversos autores<sup>10</sup>, principalmente no que tange à focalização das políticas de combate à extrema pobreza, expansão das exportações e ampliação do crédito e do consumo defendidas como as principais medidas associadas ao dito desenvolvimento social com conciliação de classes (MOTA, 2012).

Como indica Furtado (1974, *apud* Maranhão 2014), levando em consideração o ambiente de país periférico, com altos índices de desigualdade social, o mito do desenvolvimento tornou-se, ao longo da história, uma construção ideológica fundamental para que a classe dominante brasileira elaborasse sua ideologia específica e ao mesmo tempo socializasse com as demais classes e frações de classe as promessas de um futuro de crescimento econômico e de melhoria das condições sociais. Através da elaboração e socialização desse conjunto ideológico, foi possível à burguesia brasileira apresentar seu projeto particular de industrialização como um projeto de toda a sociedade brasileira, mobilizando amplos esforços e legitimando as ações e estratégias necessárias à condução do processo de industrialização. Dessa forma, segundo Maranhão (2014, p. 157):

O conjunto heterogêneo de propostas desenvolvimentistas adquiriram força material na condução do processo de industrialização brasileira através de 3 características principais: 1) Em primeiro lugar, possibilitou a burguesia brasileira construir o cimento ideológico necessário para unir as mais diferentes frações da classe dominante nacional numa arena heterogênea de alternativas políticas que permitiu a construção de debates e concertações no interior da classe dominante sobre as alternativas possíveis para os caminhos da modernização brasileira. 2) Por outro lado, a ideologia desenvolvimentista e suas heterogêneas propostas (que aglutinavam nos quadros desenvolvimentistas sujeitos tão diversos como Celso Furtado e Roberto Campos) permitiu à classe dominante brasileira vislumbrar a possibilidade de construir um projeto hegemônico de direção política, que através de um “pacto social” (sob a direção político e ideológica das classes dominantes), conduziria a “modernização conservadora” e o processo de inserção brasileira no capitalismo monopolista avançado. 3) É uma terceira e não menos importante característica, a ideologia desenvolvimentista ao se colocar como único caminho para o processo de modernização nacional tinha como objetivo principal escurecer, enevoar, colocar nas sombras a construção de uma alternativa socialista para o Brasil. O objetivo oculto era banir do cenário nacional os grupos políticos que reivindicavam uma saída socialista para a modernização brasileira.

---

<sup>10</sup> Cumpre destacar que esta visão é defendida por muitos intelectuais e também pelo setor mais importante de base do governo, que Boito Jr (2012) caracteriza como a frente “neodesenvolvimentista”. Dentre esses autores pode-se citar Marcelo Neri, André Singer, Marcio Pochmann e Emir Sader como os principais intelectuais identificados com a representação da visão governista.

O discurso “neodesenvolvimentista” passa, portanto, Segundo Mota (2012, p. 33, *grifos da autora*), a “transitar por uma espécie de *juízo moral*, que ao criticar os maus e desonestos capitalistas – qualificados de especuladores irresponsáveis – defendem o capitalismo *sério, real, produtivo, democrático e redistributivo*”.

É nesse contexto que a tese de Oliva (2010) traz muitas elucidaciones no que se refere à política de desenvolvimento implementada pelo PT. Mercadante revela o projeto que se implementou durante os governos Lula, na medida em que afirma que o padrão de desenvolvimento proposto baseava-se na:

elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da constituição de um amplo mercado de consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social. Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno geraria uma nova dinâmica para o crescimento acelerado, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado (OLIVA, 2010, p. 2).

Para Mercadante (2010, p.158), foi imprescindível realizar um “ajuste tático” no começo do governo Lula no que se refere às medidas de estabilização monetária. Estas medidas, segundo ele, eram bastante parecidas com as do governo FHC. Estes compromissos foram explicitados na “Carta ao Povo Brasileiro”, lançada em julho de 2002 durante a campanha presidencial.

A grave fragilidade macroeconômica do país, agravada pela estratégia do medo impulsionada pela candidatura da continuidade do governo FHC e as incertezas geradas pela eventual vitória de um candidato de perfil popular como Lula impulsionaram um poderoso ataque especulativo financeiro contra o Real, crescente ao longo de toda campanha eleitoral de 2002. A fuga de capitais aumentava diariamente, o câmbio se desvalorizava de forma acelerada, praticamente não tínhamos mais reservas cambiais e a pressão inflacionária ameaçava o que restava da precária estabilidade econômica. Foi nesse ambiente e no calor da campanha que lançamos a “Carta ao Povo Brasileiro”. (LULA, 2002, p. 01)

Na “Carta ao Povo Brasileiro” [...] *abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento*. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o regime de metas inflacionárias, o câmbio flutuante, o superávit primário e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo. Acredito que a opção por uma transição progressiva foi acertada e fundamental para *assegurar a governabilidade democrática*, administrar politicamente a condição de minoria no parlamento, especialmente no Senado Federal, e acumular forças para que pudéssemos avançar em direção ao novo padrão de desenvolvimento (OLIVA, 2010, p. 3-4, *grifos nossos*).

Como se pode perceber, o neoliberalismo marcou presença em todo o desenvolvimento da atuação dos governos do PT e o que houve de fato nesse período foi à priorização de tornar o consumo viável a setores da classe trabalhadora através do aumento de linhas de crédito, valorização do salário mínimo e programas de transferência de renda. No entanto, tais processos foram conduzidos sem o processo efetivo de conquista de direitos aprofundando os antagonismos de classe (ROCHA; PAIVA; CARRARO, 2010), fortalecendo a “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2010, p.189).

Pereira (2012, p. 748) aponta que esse período contribuiu satisfatoriamente a monetarização da política social, “uma vez que esta não mais visa concretizar direitos sociais, mas fortalecer o mérito individual do pobre de conseguir, por meio do mercado, a satisfação de suas necessidades”.

As privilegiadas opções governamentais de repassar dinheiro aos pobres em lugar de garantir-lhes, como dever de cidadania, serviços sociais públicos, empregos e salários de qualidade, não são ingênuas e nem assistenciais. Tais opções apostam no poder mágico, fetichista, do dinheiro, que transforma os pobres em consumidores; e, no Brasil, também os transforma em uma significativa massa de pagadores de impostos, já que o sistema tributário brasileiro é altamente regressivo e grandemente incidente no consumo. Ademais, um efeito secundário da monetarização da política social é a transformação desse tipo de consumidor em portador de cartão de crédito ou comprador de produtos a prazo e, por conta disso, permanentemente endividado. Assim, embora muitas dessas pessoas sintam que melhoraram de vida e demonstrem otimismo em relação ao futuro, esse sentimento se apoia num nível crescente de endividamento, geralmente impagável. Entretanto, esse esquema funciona como uma bomba relógio porque, se por um lado o mercado lança na praça facilidades de compra, produtos antes escassos e fatura com as altas taxas de juros ao consumidor, por outro há o risco de inadimplência generalizada, gerador de futuras consequências que, em relação aos pobres, não terão nada de assistenciais. (PEREIRA, 2012, p. 748).

Seguindo as contribuições de Osorio (2012), percebe-se que a política pautada no novo desenvolvimentismo pode ser considerada a farsa após a tragédia do desenvolvimentismo no capitalismo dependente. Tal assertiva baseia-se na manutenção e aprofundamento da dependência, com a economia voltada ao padrão exportador de reprodução do capital. “O novo desenvolvimentismo fez, portanto”, segundo Castelo (2012, p. 267):

um duplo movimento para reforçar a decadência ideológica do pensamento burguês: ignorou as críticas marxistas de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni e da teoria da dependência (Marini, Bamberger, Gunder Frank, dos Santos) realizadas nos anos 1960-70 ao nacional-desenvolvimentismo, críticas que representam uma fase áurea do pensamento social brasileiro, e esvaziou - teórica e politicamente - as contribuições clássicas do nacional-desenvolvimentismo sobre a teoria do valor-trabalho (produção, tecnologia e excedente), a vulnerabilidade externa, o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução brasileira, destruindo em pouco

mais de cinco anos uma reputação que os clássicos do nacional-desenvolvimentismo construíram ao longo dos últimos cinquenta.

O autor elabora, ainda, uma relação crítica sobre o “neodesenvolvimentismo” e as políticas públicas, quais sejam:

Como principais propostas, o novo desenvolvimentismo defende: 1) complementariedade da atuação de um Estado forte nas falhas de mercado, com o objetivo de fortalecê-lo, leia-se fortalecer o atual padrão de reprodução do capital imposto desde os anos 1980/90 e aprofundá-lo e consolidá-lo no século XXI; 2) na política econômica: responsabilidade fiscal, superávit primário, metas inflacionárias, câmbio flutuante e tributação regressiva, com intervenções pontuais no câmbio e nos juros; 3) incentivos fiscais, tributários e subsídios para conglomerados do capital monopolista aumentarem suas taxas de lucro, sob o manto de uma política industrial e de inovação tecnológica, a chamada política de “campeãs nacionais”; 4) aumento da massa salarial e do crédito para ampliação do consumo do mercado interno e; 5) nas expressões mais agudas da “questão social”, a política social de transferência de renda de larga abrangência e focalizada nas camadas mais miseráveis da nossa sociedade.” E Castelo conclui: “Pode-se perceber, em suma, que grande parte da agenda do novo desenvolvimentismo é, com ligeiras mudanças, uma apropriação consciente das antigas e desgastadas medidas neoliberais, destacando-se as garantias de reativação das taxas de lucro do grande capital e de transferência de quase metade dos recursos do orçamento público para as frações rentistas das classes dominantes.” (...) “Arrisco dizer que o novo desenvolvimentismo não irá se recuperar desse duro golpe. Talvez tenha entrado na sua crise terminal” (Fonte: ENTREVISTA. REVISTA SCIELO. CASTELO, 2014, p. 02).

Por fim, apontam-se as contribuições de Mota (2012) ao discutir sobre o “neodesenvolvimentismo”. A autora afirma que:

é incontestável o crescimento econômico e a redução da pobreza no subcontinente latino-americano, particularmente no Brasil. Todavia, segundo ela, as evidências recentes revelam um ambiente no qual as classes dominantes operam uma “renovação” da sua estratégia de poder (hegemonia) e incorporam, via mecanismos políticos, parte das reivindicações e lutas populares, a dar andamento à formação de uma cultura na qual o crescimento econômico se faz com o combate à pobreza. Ao tempo que criam mecanismos de intervenção sobre as situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais nem instituí-las como política pública, senão como programa de governo, dinamizam o mercado interno, precarizam o trabalho, expandem o crédito ao consumidor e promovem espaços de mercantilização dos serviços sociais na esfera da educação, da saúde e da segurança social, além de produzir *verdadeiras usinas* de trabalho precário de que são exemplares, no caso do Brasil, as obras da Copa do Mundo, do Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, e as hidroelétricas situadas no norte do país.

Mota (2012) afirma que “a tendência atual das políticas públicas é a da privatização e mercantilização dos serviços públicos nos setores saúde, previdência (reformas) e educação, e a expansão da assistência social, particularmente dos programas de renda mínima de sobrevivência” (MOTA, 2012, p. 23).

Nesta perspectiva, os investimentos em programas assistenciais focalizados e condicionados se fazem em oposição aos gastos com políticas sociais universais e estão longe

de indicar um novo modelo de desenvolvimento social para o Brasil e demais países latinoamericanos, mas têm sido úteis na dinamização dos mercados internos, na legitimidade social da classe dominante e na administração dos conflitos sociais.

Dessa maneira, Mota (2012) revela que “inegavelmente, o Estado trabalha em duas posições: *mercantilização* e *assistencialização* da política pública, embora divulgue mundialmente que está a desenvolver um Estado social” (MOTA, 2012, p. 123). Ainda de acordo com Behring (2012, p. 111) na contraface, os fundos públicos confluem para a valorização do capital, na medida em que a dívida pública tem sido uma fonte da sua valorização (BEHRING, 2012, p.111).

Ainda segundo Behring (2011, p. 146), “uma parcela cada vez maior dos impostos arrecadados de forma regressiva é destinada ao pagamento de juros a grandes grupos financeiros e fundos de investimento e de pensão” (BEHRING, 2011, p. 167). Nesse sentido, “as supressões do acesso a bens e serviços sociais públicos se convertem em demandas para negócios privados, cujo acesso é mediado pela compra realizada com parte dos salários dos trabalhadores” (BEHRING, 2011, p. 170).

Mota (2012, p. 238) afirma que “trata-se do processo de contrarreforma do Estado expressão que nomeia a particularidade da “reforma social” brasileira, visto que somente em 1988 são constitucionalmente reconhecidos os direitos sociais, especialmente os da seguridade social, não obstante, na década de 90, iniciarem-se mudanças que desmontam aquelas políticas” (MOTA, 2012, p. 238).

Ainda segundo a Mota (2012, p.178)

a pequena redução da pobreza, ainda que importante, não significa redução da desigualdade nem expressiva melhoria nas condições de vida da população brasileira. Assim, o festejado crescimento econômico e a redução da pobreza escondem a drástica e persistente desigualdade entre ricos e pobres, as imensas distâncias entre o menor e o maior salário vigentes, o reduzido acesso às políticas sociais, a precarização do trabalho e a sangria de recursos para alimentar o pagamento dos juros da dívida pública (MOTA, 2012, 178).

A autora finaliza afirmando que o que está posto no horizonte é uma nova reforma cultural social e moral por parte das classes dominantes, numa invisível aliança entre as necessidades do grande capital e as políticas focalizadas na pobreza, ao tempo que se impõe a super exploração dos trabalhadores médio-assalariados.

### **3.2 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU): armadilhas e manifestações de um desenvolvimento econômico “descombinado” com o desenvolvimento social**

A PNDU foi criada em novembro de 2004 e se constitui como produto do que foi discutido nas “conferências municipais, realizadas em 3.457 dos 5.561 municípios do país, culminando com a Conferência Nacional, em outubro de 2003, e que elegeu o Conselho das Cidades e estabeleceu os princípios e diretrizes da PNDU” (PNDU, 2004, p. 02). A PNDU afirma estar “em consonância com o Conselho das Cidades, formado por 71 titulares que espelham a diversidade de segmentos da sociedade civil” (PNDU, 2004, p. 02). A PNDU afirma ainda que o Conselho das Cidades se propôs a elaborar “propostas de políticas setoriais de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, trânsito, planejamento territorial e a PNDU” (PNDU, 2004, p. 02).

Nesse sentido, a PNDU traz em seu bojo o dito “compromisso” do governo do PT iniciado com o presidente Lula com problemas urbanos históricos e atuais ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, quais sejam: falta de planejamento; reforma fundiária; controle sobre o uso e a ocupação; acesso à moradia digna; à terra urbanizada; à água potável. Esse tal “acordo” iniciado com o governo do PT promete ampliar investimentos nos setores da habitação e saneamento ambiental e adequar programas existentes às características do que a PNDU denomina “déficit habitacional e infra-estrutura urbana”. Ou seja, o governo do PT reconhece que “os imensos desafios urbanos do país precisam ser encarados como política de Estado” (PNDU, 2004, p. 02). Tal declaração pode ser percebida na íntegra:

A criação do Ministério das Cidades representa o reconhecimento do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que os imensos desafios urbanos do país precisam ser encarados como política de Estado. Atualmente cerca de 80% da população do país mora em área urbana e, em escala variável, as cidades brasileiras apresentam problemas comuns que foram agravados, ao longo dos anos, pela falta de planejamento, reforma fundiária, controle sobre o uso e a ocupação do solo. Com o objetivo de assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, iniciamos nossa gestão frente ao Ministério das Cidades ampliando, de imediato, os investimentos nos setores da habitação e saneamento ambiental e adequando programas existentes às características do déficit habitacional e infra-estrutura urbana que é maior junto a população de baixa renda. Nos primeiros vinte meses aplicamos em habitação 30% a mais de recursos que nos anos de 1995 a 2002; e no saneamento os recursos aplicados foram 14 vezes mais do que o período de 1999 a 2002. Ainda é pouco. Precisamos investir muito mais. Também incorporamos às competências do Ministério das Cidades as áreas de transporte e mobilidade urbana, trânsito, questão fundiária e planejamento territorial. Paralelamente a todas essas ações, iniciamos um grande pacto de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), pautado na ação democrática, descentralizada e com participação popular, visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações. Neste sentido, foi

desencadeado o processo de conferências municipais, realizadas em 3.457 dos 5.561 municípios do país, culminando com a Conferência Nacional, em outubro de 2003, e que elegeu o Conselho das Cidades e estabeleceu os princípios e diretrizes da PNDU. Em consonância com o Conselho das Cidades, formado por 71 titulares que espelham a diversidade de segmentos da sociedade civil, foram elaboradas as propostas de políticas setoriais de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, trânsito, planejamento territorial e a PNDU (PNDU, 2004, p. 02).

Na introdução da PNDU há, ainda, um convite feito por Olívio de Oliveira Dutra<sup>11</sup>, nomeado em 2 de janeiro de 2003 como Ministro das Cidades pelo presidente Lula.

Como mais uma etapa da construção da política de desenvolvimento, apresentamos uma série de publicações, denominada Cadernos MCidades, para promover o debate das políticas e propostas formuladas. Em uma primeira etapa estão sendo editados os títulos: PNDU; **Participação e Controle Social**; Programas Urbanos; Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Trânsito; Capacitação e Informação. Com essas publicações, convidamos todos a fazer uma reflexão, dentro do nosso objetivo, **de forma democrática e participativa**, sobre os rumos das políticas públicas por meio de critérios da **justiça social, transformando para melhor a vida dos brasileiros e propiciando as condições para o exercício da cidadania**. Estas propostas deverão alimentar a Conferência Nacional das Cidades, cujo processo terá lugar entre fevereiro e novembro de 2005. Durante este período, municípios, estados e a sociedade civil estão convidados a participar dessa grande construção democrática que é a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU, 2004, p. 03, *grifo nosso*).

Essa análise é imprescindível para compreender, a contento, o discurso hegemônico da classe burguesa sobre a dita “cidadania”. O que é a cidadania nessa sociedade? E esta tal “cidadania” pode estar realmente relacionada “com critérios da justiça social” (PNDU, 2004, p.3) e ser exercida, a contento como defende o PNDU? Até que ponto pode haver cidadania na sociedade de classes? Quais são os limites dessa cidadania?

Isso nos leva a um debate fecundo entre autores clássicos, quais sejam, Marx e T. H Marshall, que fundaram uma base sólida sobre o assunto apesar de suas concepções serem totalmente distintas. Nesse sentido, é importante resgatar quais são as diferenças essenciais e antagônicas entre as concepções de cidadania entre esses autores<sup>12</sup> como será abordado a seguir.

<sup>11</sup> sindicalista e político brasileiro filiado ao PT, com base política no Rio Grande do Sul. Olívio de Oliveira Dutra elegeu-se deputado federal constituinte em 1986. Em 1988 venceu as eleições para a prefeitura de Porto Alegre com 34,34% dos votos, inaugurando na Capital uma sequência de 16 anos administrações petistas. Em 1994, foi candidato ao governo do Estado, recebendo 45% dos votos válidos no segundo turno. Quatro anos mais tarde, no segundo turno das eleições de 1998, foi eleito governador, com cerca de 51% dos votos válidos. E em 2 de janeiro de 2003, logo após o fim de seu mandato como governador gaúcho, Olívio Dutra foi nomeado Ministro das Cidades pelo presidente Lula (AUTOR, ANO).

<sup>12</sup> T.H Marshall (1967) defende que a cidadania pode ser plenamente exercida numa sociedade desigual, ou seja, baseada no sistema capitalista. Marx (1988), por sua vez, afirma e prova à luz do método histórico-estrutural que a cidadania numa sociedade de classes é apenas a cidadania formal e que a plena cidadania se dará apenas com a superação do sistema capitalista que garantirá a emancipação humana.

### 3.2.1 Emancipação Política x Emancipação Humana: algumas notas sobre uma discussão clássica entre Karl Marx e T.H Marshall

Antes de iniciar essa discussão, cumpre destacar que as contribuições de Marx (2010) e T.H Marshall (1967) são indubitavelmente distintas do ponto de vista da capacidade crítica e reflexiva que o método histórico estrutural, criado e trabalhado por Marx, proporciona no exercício de busca para alcançar a essência dos fenômenos e superar a sua forma fenomênica. Essa ponderação torna-se pertinente na medida em que a única forma de superar o fetichismo (categoria chave do marxismo) é na tarefa permanente, infundável e comprometida com a dialética, movimento capaz de elaborar mediações teóricas que partem do concreto ao pensado e do pensado ao concreto.

T.H Marshall, por ser um liberal clássico, considera a cidadania como algo a ser plenamente exercido na sociedade de classes e na desigualdade social justamente por concebê-la do ponto de vista formal onde há somente igualdade de oportunidades e não de condições. Essa afirmação fica evidenciada na sua obra de maior expressão “Cidadania, Classe Sociais e Status de 1967”, ao dizer que “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade da cidadania seja reconhecida” (MARSHALL, 1967, p. 62).

Trata-se, pois, de uma definição abstrata que leva em conta somente o reconhecimento legal de direitos e obrigações: “Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (*Idem*, p. 76). Para o autor, o status de cidadão assegura uma igualdade formal diferentemente à classe social que se constitui como um sistema de desigualdade. Ao tratar do desenvolvimento dos direitos civil no século XVIII, direitos políticos no século XIX e direitos sociais no século XX, Marshall (1967) afirma que eles se desenvolvem no mesmo contexto de ascensão do capitalismo e questiona:

Seu crescimento coincide com o desenvolvimento do capitalismo, que é o sistema não de igualdade, mas de desigualdade. Eis o que necessita de explicação: como é possível que esses dois princípios opostos possam crescer e florescer, lado a lado, no mesmo solo? (...) O impacto da cidadania sobre tal sistema estava condenado a ser profundamente perturbador e mesmo destrutivo (MARSHALL, 1976, p. 76-77).

Desse modo, fica claro que a expressão fenomênica da cidadania aparece atrelada à liberdade que muitas vezes leva-se a supor que lutar por um mundo cidadão equivale buscar uma sociedade verdadeiramente livre. Portanto, por suas origens e sua função na reprodução do ser social, a cidadania representa sim uma forma de liberdade, mas é essencialmente limitada.



Para Marx (2010), a cidadania é parte integrante do que ele considera como emancipação política. E, para ele, a política é essencialmente uma forma de opressão. É possível perceber essa relação num trecho do Manifesto Comunista onde afirma junto com Engels (1998, p. 31): “Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outras”.

A concepção de cidadania elaborada por Marx (2010) baseada na emancipação humana, por sua vez, é algo muito antagônico da cidadania formal colocada por Marshall (1976), na medida em que se constitui numa forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres. Supõe ainda a erradicação do capital e de todas as suas categorias.

Para Marx (2010), sem a superação do capital e da exploração entre as classes é inviável a constituição de uma autêntica comunidade humana emancipada. E esta erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania formal. Pelo contrário, a sua mais completa superação. Como diz Marx (2010, p. 38) “há uma distância infinita entre o cidadão e o homem, assim como entre a vida política e a vida humana”.

Marx (2010) concebe a emancipação política como uma liberdade jurídica, uma emancipação formal. Na sua perspectiva, a emancipação política de fato representa um grande progresso; constitui-se na forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente.

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41).

Nessa perspectiva, o objetivo a ser buscado pelo sujeito social não é a revolução política, mas a revolução social que supera a emancipação política e alcança a emancipação humana e que só pode ser conseguida com a superação do Estado repressor e da exploração entre classes. Sobre isto, afirma Marx (2010, p. 54) nos seguintes termos:

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forces propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política.

A emancipação política se constitui no projeto da burguesia, da sociedade democrática, da sociedade de direitos. Porém, a emancipação humana trata do projeto do proletariado, ou seja, da sociedade comunista, da sociedade verdadeira humana. A emancipação política é parcial e significa a manutenção da sociedade capitalista, ou seja, da lógica do capital e das desigualdades dele oriundas. Portanto, a emancipação política (sociedade democrática), por mais aperfeiçoada que seja, jamais produzirá a liberdade efetiva para o trabalhador.

A emancipação humana para Marx (2010) representa a luta do proletariado materializada por uma revolução social. Isso significa buscar a possibilidade e a necessidade de uma revolução social, tendo em vista a substituição da sociabilidade capitalista pela sociabilidade comunista.

Dessa forma, vemos que em Marx (2010) há uma clara distinção entre emancipação política e humana que reflete as possibilidades de mudança. A emancipação política é expressa pela cidadania e não muda as desigualdades econômicas, sendo, por isso, parcial; já a emancipação humana refere-se à possibilidade de liberdade humana plena com igualdade social e, por isso, exige um ato político (uma revolução).

Portanto, a emancipação política é a única cidadania possível nessa sociedade capitalista, visando não ferir seus interesses. Vale lembrar que essa “cidadania” da sociedade de classes só pode ser aquela relacionada ao “cidadão consumidor”, ou seja, aquele sujeito capaz de pagar pelos serviços do Estado visto que estamos numa sociedade totalmente submetida à lógica mercadológica.

Do ponto de vista da questão urbana, “cidadão” é aquele sujeito capaz de pagar por um local bem localizado na cidade. Dessa forma, ele terá acesso aos serviços oferecidos pelo Estado, tais como: saneamento básico, transporte público de qualidade, policiamento e etc.

Ora, tendo por base essa visão crítica que defende, na sua essência, que ser cidadão é quem pode consumir (ter o capital para comprar), deve-se considerar também a questão da “meritocracia” colocada pelo mesmo pensamento hegemônico e totalmente defendido pelo neoliberalismo cada vez mais intenso, na medida em que defende que todos possuem a sua disposição às mesmas oportunidades de ascender socialmente, ou seja, os que alcançaram êxito e propriedade são os que se esforçaram e os que não conseguiram foi porque não lutaram o suficiente sendo sua “culpa” a situação de pobreza. Todos vivem então submetidos às regras do mesmo jogo onde uns saíram vitoriosos e outros derrotados.

O conceito de Meritocracia utilizado aqui é o elaborado por Vieira (2013, p. 318-319).

A meritocracia infere que os indivíduos são tidos como iguais na perspectiva da capacidade de superação das dificuldades para obtenção de sucesso e ascensão profissional, desconsiderando o indivíduo na sua condição de classe social e do contexto de transformações no mundo do trabalho, pautado no “capitalismo flexível (CRUZ; ARRAIS NETO; CARNEIRO, 2014, p. 80)

Essa farsa só pode ser desmascarada na medida em que há a evolução de classe de si para si, evolução essa que é um processo “[...] Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1982, p. 159).

Tal processo é uma premissa central da dialética materialista onde a realidade não é compreendida de forma pronta e acabada. Sendo assim, a realidade está sempre em movimento, o qual não é aleatório, mas historicamente determinado, isto é, dentro das tendências e possibilidades do modo de produção que constitui a base material da formação econômico-social.

[...] Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe [...]. (MARX, s.d-c, p. 277, sem grifos no original).

Entende-se, então, que a distinção entre “classe em si” e “classe para si” não se trata de ausência ou presença de consciência, mas na qualidade, na abrangência, dessa consciência. Como revela Mészáros (2008, p. 89).

a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados [...].

Por essa lógica, o discurso da meritocracia contribui para a dispersão da classe trabalhadora na tarefa de superar a ordem capitalista vigente. Portanto, segundo Ramos (2015, p. 59), é imprescindível considerar essa realidade e relacioná-la com a “luta por políticas públicas urbanas e contra a mercantilização da cidade, pois tensiona o capital e permite

despertar uma consciência de classe contra-hegemônica, na consolidação de projetos de classe contra a hegemonia burguesa” (RIBEIRO, 2015, p. 59).

### *3.2.1.1 Falta de moradia e de lugar na cidade? ou o interesse do Estado em privilegiar uma classe?*

A análise do PNDU inicia-se na sua própria apresentação onde prevalece a ideia da existência de um possível “déficit habitacional” que segundo o próprio documento é “maior junto a população de baixa renda” (PNUD, 2004, p. 01):

Com o objetivo de assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, iniciamos nossa gestão frente ao Ministério das Cidades ampliando, de imediato, os investimentos nos setores da habitação e saneamento ambiental e adequando programas existentes às características do déficit habitacional e infra-estrutura urbana que é maior junto a população de baixa renda. Nos primeiros vinte meses aplicamos em habitação 30% a mais de recursos que nos anos de 1995 a 2002; e no saneamento os recursos aplicados foram 14 vezes mais do que o período de 1999 a 2002. Ainda é pouco. Precisamos investir muito mais. (PNDU, 2004, p. 01).

Seguindo no esforço de uma análise crítica, indaga-se: Como explicar que no século XXI, na 7ª maior economia do mundo, ainda exista um déficit habitacional? Não há capacidade produtiva no país para solucionar o problema? Não há mais espaço nas cidades?

Fica claro que não há consciência crítica deste fenômeno. Dessa forma, aqui foi proposto estudar este processo contraditório do acesso à habitação, suas determinações históricas e as tendências atuais.

Marx (1988), em seu esboço sobre o método da economia política, já advertia sobre as armadilhas de uma investigação baseada na “pressuposição prévia e efetiva” do real (MARX, 1999, p.39). Nesse sentido, é imprescindível proceder uma análise crítica dos conceitos utilizados no PNDU, pois em sua própria formulação, assim abstrata, já estão contidas possibilidades mistificadoras. Afere-se, então, que a habitação não tem problema algum, ela é um simples objeto do trabalho humano. O que se está em questão é a sua redução à lógica mercadológica como já discutido anteriormente.

Elaborando as mediações do concreto ao abstrato na análise do modo produção capitalista, chega-se à conclusão, que o problema do “déficit habitacional” é um problema da reprodução da força de trabalho. Este é um problema tanto para o trabalhador em luta pela sua

existência na sociedade de classes quanto para o capitalista e o capital quando se considera que a origem de todo o lucro, e em última instância de todo capital e de todo capitalista, é a apropriação de tempo de trabalho, ou seja, a exploração da classe trabalhadora.

Conclui-se, então, que sem classe trabalhadora não existe capital e nem a apropriação privada da riqueza social por uma minoria. Mantê-la somente como trabalhadora, ou seja produtora e não dona das riquezas sociais, é um problema de dominação em sua essência. Assim, as relações capitalistas de produção colocam a questão da habitação em três formas distintas: i) sobrevivência da classe trabalhadora; ii) problema de reprodução da força de trabalho (manutenção da produção de mais-valia); iii) reprodução do ramo específico de acumulação do capital através da construção de moradias; e, iv) de dominação pela classe capitalista.

Ao localizar historicamente a questão da habitação, tal como se conhece, manifesta-se junto com o surgimento da classe trabalhadora. Integra o secular processo de acumulação primitiva do capital que culminaram na separação dos camponeses do acesso à terra e na destituição da classe trabalhadora das riquezas sociais que produzia e para qual é colocado apenas a exploração da sua força de trabalho como forma de existir na sociedade de classes que insurgia. Mas apenas isso não bastava. É necessário disciplinar os produtores às novas relações de trabalho:

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos, por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam (MARX, 2006, p. 848).

Diante dessa discussão, não basta compreender apenas que o “déficit habitacional” é o problema capitalista da habitação, mas também é necessário ter consciência de que é o problema do capitalismo periférico, dependente, ou ainda, subdesenvolvido. Dessa feita, não existe, portanto, um “déficit habitacional” como coloca o pensamento hegemônico, qual seja falta de moradias e/ou espaço na cidade para levantar moradias, mas sim uma condição pré

estabelecida pelo sistema capitalista para a manutenção da subserviência da classe trabalhadora aos mandos do capital no urbano.

### 3.2.1.2 *Há mesmo uma ausência de infraestrutura na cidade?*

Considerando novamente esse trecho do PNDU, salta aos olhos, desde que embebido numa metodologia crítica, o que se coloca como: “déficit de infraestrutura”. Segue trecho:

*Com o objetivo de assegurar o acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade com segurança, iniciamos nossa gestão frente ao Ministério das Cidades ampliando, de imediato, os investimentos nos setores da habitação e saneamento ambiental e adequando programas existentes às características **do déficit habitacional e infra-estrutura urbana que é maior junto a população de baixa renda**. Nos primeiros vinte meses aplicamos em habitação 30% a mais de recursos que nos anos de 1995 a 2002; e no saneamento os recursos aplicados foram 14 vezes mais do que o período de 1999 a 2002. Ainda é pouco. Precisamos investir muito mais (PNDU, 2004, p. 03, grifo nosso).*

Será que realmente é um déficit de infraestrutura urbana? Ou trata-se, na verdade, de condições subalternas de vida colocada à classe trabalhadora para que apenas continue existindo para ser explorada pelo sistema capitalista nas cidades?

Engels (2010) já discutia essa questão na medida em que se debruçou em conhecer a real condição de vida dos trabalhadores industriais, o que o levou à percorrer a Inglaterra, as grandes cidades, os bairros operários e os centros. E nos oferece diversas questões relacionadas ao urbano durante o processo de acumulação originária e da revolução industrial que permanecem nas cidades capitalistas atuais:

*Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear. A razão é que - seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade 44 reservada à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade. (...) em lugar nenhum como em Manchester verifiquei tanta sistematicidade para manter a classe operária afastada das ruas principais, tanto cuidado para esconder delicadamente aquilo que possa ofender os olhos ou os nervos da burguesia. E, no entanto, em Manchester a urbanização, menos ainda que em qualquer outra cidade, não resultou de um planejamento ou de ordenações policiais: operou-se segundo o acaso. (ENGELS, 2010, p. 89)*

A separação dos trabalhadores de todos os meios de produção reduziu a habitação em mercadoria (fonte de lucro) e determinou a condição histórica de muitos trabalhadores dos países “desenvolvidos” que se assemelham às favelas desse contexto histórico atual. E assim como os trabalhadores brasileiros de hoje, o operário é constringido a viver nessas casas já arruinadas “porque não pode pagar o aluguel de outras em melhor estado, porque não existem moradias menos ruins na vizinhança das fábricas ou porque, ainda, elas pertencem ao industrial e este só emprega os que aceitem habitá-las” (ENGELS, 2010, p.101).

Ou seja, o “déficit de infraestrutura” colocado pelo pensamento hegemônico é condição determinada pelo sistema capitalista aos cidadãos despropiados dos meios de produção. Esse sistema reduziu as moradias a lei da mercadoria. Portanto, só usufrui de equipamentos públicos urbanos como saneamento básico, abastecimento de água e esgoto, transporte público, lazer, etc, é quem pode pagar pelo lugar onde eles estão determinados a existir. São lugares supervalorizados pelo capital e, dessa forma, inacessíveis pela classe trabalhadora.

### *3.2.1.3 Prerrogativas de uma política urbana de emancipação ou instrumento político de legitimação dos princípios neoliberais?*

Nesse trecho, fica evidente o compromisso do governo do PT em depender dos investimentos privados para o financiamento da política urbana no país.

É preciso lembrar que é importante para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano a **ampliação dos investimentos públicos por meio das Parcerias Público-Privadas, conforme projeto de lei em debate no Congresso Nacional neste ano de 2004. As Parcerias Público-Privadas constituem uma alternativa importante de financiamento da infra-estrutura em transportes, saneamento e habitação, e o Ministério das Cidades já estuda algumas possibilidades.** Esses recursos, no entanto, deverão complementar o papel insubstituível do poder público em sua responsabilidade de atender à população mais vulnerável, que não tem condições de pagar o preço do mercado pelos serviços. (PNDU, 2004, p. 64, *grifo nosso*).

Ou seja, um real compromisso com os preceitos do neoliberalismo que defende a parceria público-privada. Assim, resgata-se a tarefa primordial do Estado neoliberal que é:

criar e preservar uma estrutura institucional apropriada, [...] garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento

apropriado dos mercados, além disso se não existirem mercados estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2012, p.12).

Quando se levam em consideração casos empíricos sobre a questão urbana, principalmente a da habitação, há a percepção clara que as benesses do Estado correm soltas para as empresas da construção civil, indicando que o Estado é mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital (PERONI, 2003) na medida em que há a redução de gastos em custeio das obras, o que implica na redução de empregos ou congelamento de salários dos trabalhadores, além de provocar mais ainda o corte de investimentos estatais em defesa dos direitos sociais, tais como educação, saúde, habitação popular, etc. No gráfico abaixo (gráfico 01) fica evidente essa afirmação, pois evidencia que com o valor de um salário mínimo, o trabalhador é impedido de adquirir um imóvel.



**Gráfico 1** - Número de meses de trabalho necessário para comprar um metro quadrado. **Fonte:** Moura (2017, p. 78).

Nesse raciocínio, contribui Netto (2006) ao afirmar que “[...] a desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal: a



defesa do ‘Estado Mínimo’ pretende fundamentalmente o ‘Estado Máximo’ para o Capital’ (NETTO, 1996, p.100).

#### 3.2.1.4 “compromisso” com o planejamento estratégico x perspectiva burguesa do Estado

*Nesse trecho, além de ser novamente perceptível a vinculação do Estado com o sistema bancário, ou seja, com a burguesia. Há o dito “compromisso” do governo em “criar um novo modelo de planejamento urbano de ação para as cidades” (PNDU, 2004, p. 58) e de estar “empenhado em garantir os direitos dos mais pobres em contraposição ao antigo governo” (PNDU, 2004, p. 58).*

Esta política, criada em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Cultura, **expressa um novo modelo de planejamento e ação para as cidades**, em contraposição ao modelo de desenvolvimento urbano baseado na expansão permanente das fronteiras, na periferização dos mais pobres e no abandono e subutilização das áreas consolidadas e dotadas de infra-estrutura. (PNDU, 2004, p.58, *grifo nosso*)

Entretanto, é necessário não perder de vista que enquanto não se atingir e destruir os interesses dos privilegiados, nunca haverá a garantia plena dos direitos da classe trabalhadora, mas apenas os mínimos sociais para manter a classe trabalhadora a serviço do patronato. Portanto, o problema aqui não é “falta”, “insuficiência” ou “ineficácia” de um ou de outro planejamento urbano e sim o seu vínculo orgânico com a hegemonia dominante que tende a permanecer mediante a correlação de forças no Estado e que só será superada mediante a luta de classes com a vitória da classe trabalhadora.

Melo (2016), ao elaborar uma análise sobre o PMCMV do ponto de vista do acesso à habitação no Brasil em tempos de capitalismo financeirizado, traz elucidções pertinentes que comprovam que não há não há nenhum dito “investimento” em habitação que não seja para atender aos interesses da burguesia mesmo que concomitantemente atenda também aos interesses da classe trabalhadora, muito embora haja o seu endividamento com os bancos e esses, obviamente, aumentam seus lucros. É o que se percebe pela tabela abaixo:

Ação Orçamentária	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Média	Variação (%)
1056 – Apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários	9,28	64,78	157,25	11,42	7,92	1,70	252,34	42,06	-81,71
105J – Apoio à provisão habitacional de interesse social	21,69	16,75	11,31	0,87	0,23	0,62	51,47	8,58	-97,16
8873 – Apoio ao desenvolvimento institucional dos agentes integrantes do SNHIS	0,00	0,00	0,79	0,91	0,21	0,19	2,10	0,35	-75,54
8875 – Apoio à elaboração de planos habitacionais de interesse social	0,02	0,11	0,24	0,00	0,00	0,00	0,37	0,12	-100,00
<b>Total</b>	<b>30,99</b>	<b>81,63</b>	<b>169,59</b>	<b>13,19</b>	<b>8,37</b>	<b>2,51</b>	<b>306,27</b>		<b>-91,91</b>

Fonte:  
Sistema SGA Brasil, 2016.  
Excluído o refinanciamento da dívida.

**Tabela 2** - Valores do orçamento federal pagos para a função Habitação. Fonte: Melo (2016, p. 96).

Melo (2012) analisa esses dados e chega à conclusão que a variação na função habitação no período analisado (2010 a 2015) “demonstrou uma forte redução nos valores repassados para essas ações. Enquanto que a variação do PMCMV demonstra crescimento constante dos valores pagos ao programa desde que foi criado” (MELO, 2012, p. 103). Nessa linha de pensamento, ainda segundo a autora, “fica evidente a opção do governo, na política habitacional, em priorizar recursos para um programa aos moldes dos empresários em detrimento de ações orçamentárias de caráter mais participativo, como o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)” (MELO, 2012, p. 103).

Outra questão a ser problematizada é a localização das habitações do PMCMV que foi criado em 2009 e sobre o qual a PNDU já dava indícios de sua gênese, sabendo-se que a PNDU é de 2004.

captura da valorização fundiária e **promoção da Habitação de Interesse Social** previstos no Estatuto da Cidade: A) verificação da função social da propriedade e **garantia de terras e imóveis para os empreendimentos de interesse social**; B) **elaboração de Plano de Reabilitação de Áreas Centrais para o financiamento da Habitação de Interesse Social em regiões dotadas de infra-estrutura urbana**; C) ampliação do controle público sobre a ocupação do solo em áreas de proteção ambiental e de risco geotécnico; D) **impedimento para a construção de novas moradias urbanas em áreas afastadas do tecido urbano consolidado**; E) regularização e urbanização de áreas de assentamentos precários ou sua **remoção para áreas contíguas, em situações dignas**; F) elaboração de planos setoriais de Habitação e Saneamento Ambiental. A metodologia proposta se contrapõe à prática tradicional de planos diretores normativos, tecnocráticos e com restrita legitimidade social, e propõe o Plano Diretor como resultado de um pacto construído pela sociedade para assegurar a sua implementação e controle. (PNDU, 2004, p. 57, *grifo nosso*).

No entanto, o que se percebe é que os interesses econômicos se sobrepuseram aos objetivos da PNDU “sobretudo no início do programa (*PMCMV*), pois houve o receio de que

a verba acabasse *fazendo com que* os municípios aprovaram loteamentos em qualquer área da cidade” (ROSA, 2015, p. 86, *grifos nossos*).

Nesse prognóstico, Maricato (2010, p. 111) adensa o debate ao afirmar que

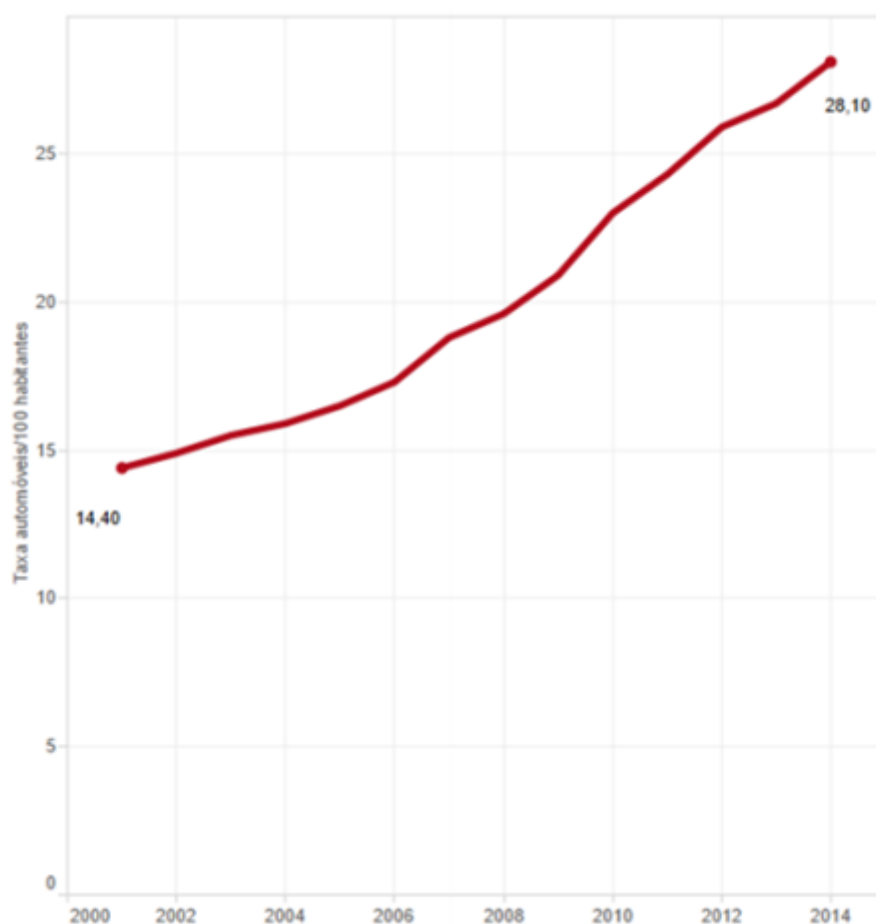
O PMCMV não se refere à matéria urbanística e deixa a desejar em relação aos temas da habitação social (se considerarmos tudo o que avançamos conceitualmente sobre esse tema no Brasil) [...] em matéria urbanística podemos prever, com toda a certeza, alguns impactos negativos que os novos conjuntos irão gerar por suas localizações inadequadas.

Ou seja, o PMCMV, desde sua concepção, dava indícios de um caminho contrário àquele apontado por Rolnik (2009, p.12) para quem:

É possível produzir habitação de interesse social em zonas consolidadas e centrais da cidade. Para isto, é preciso aliar política urbana, habitacional e fundiária com programas voltados à regularização fundiária e à ocupação de áreas centrais e vazios urbanos.

### 3.2.1.5 A “crise” do transporte público

os objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana são a integração entre transporte e controle territorial, redução das economias da circulação e a **oferta de transporte público eficiente e de qualidade**” (p.63). [...] **o acesso democrático à cidade e ao transporte público e a valorização da acessibilidade universal** e dos deslocamentos de pedestres e ciclistas. As ações e programas que a política prevê se superpõem nestes campos de reflexão sobre a produção do espaço urbano como lentes em busca de um foco, que é a **sustentabilidade da mobilidade urbana** (p. 63). [...] A mobilidade urbana sustentável se define por quatro práticas: o planejamento integrado de transporte e uso do solo urbano; a atualização da regulação e gestão do transporte coletivo urbano; **a promoção da circulação não motorizada e o uso racional do automóvel**. (PNDU, 2004, p. 63, *grifo nosso*).

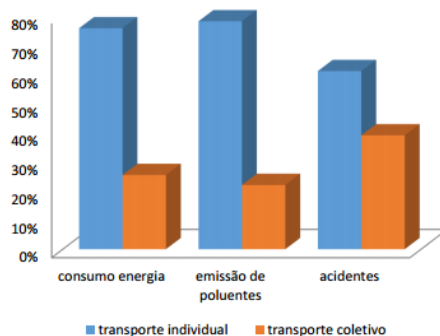


**Gráfico 2** -Taxa de motorização por automóveis no Brasil (nº de automóveis/100hab). **Fonte:** Observatório das Metrôpoles/ DENATRAN, 2014.

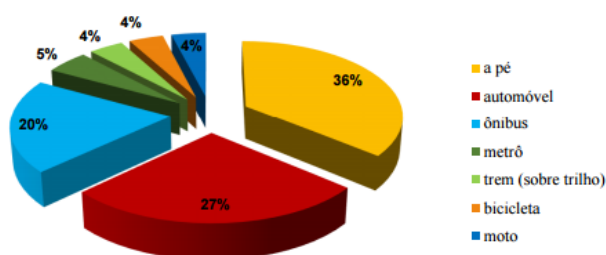
Como se pode constatar no gráfico acima, é notório que não houve (mesmo em 10 anos da PNDU) o incentivo e valorização do transporte público, o que provocou e impulsiona cada vez mais o aumento na frota de automóveis e motocicletas que gera graves problemas a cidade, tais como poluição sonora, aquecimento global, (decorrente da emissão de gases de efeito estufa), acidentes graves (que é um dos maiores motivos de morte da população brasileira), sem falar nos gastos destinados aos acidentes que, segundo o estudo intitulado “Sistema de Informações da Mobilidade Urbana - Relatório 2013”, feito pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), chegam à 17,07 bilhões de reais por ano, sendo que 61% corresponde a acidentes envolvendo o transporte individual e consideravelmente menos relacionado ao transporte coletivo que é 39%.

A ANTP traz mais dados interessantes sobre a calamidade do trânsito brasileiro, tais como, por exemplo, o desperdício de energia, desse modo, segundo a ANTP “são consumidas 369 Grama Equivalente de Petróleo (GEP) por dia na realização da mobilidade urbana, sendo

75,60% no transporte individual e 24,40% no transporte coletivo” (ANTP, 2013, p. 234). Os dados mostram que a poluição produzida pelo transporte individual custa à sociedade o dobro da produzida pelo transporte público. No caso dos Poluentes Locais, essa relação passa de cinco vezes. Na mobilidade urbana, são emitidas 527 mil toneladas/ano de poluentes locais, sendo 59% atribuída ao transporte individual, seguida pelo ônibus com 22% e moto com 19%. A emissão de poluentes de efeito estufa – gás carbônico (CO<sub>2</sub>) - corresponde à média de 802 gramas por habitante por dia, sendo que os municípios maiores emitem cerca de duas vezes mais poluentes por habitantes do que os municípios menores. Tais dados podem ser contemplados com o gráfico abaixo:



**Gráfico 3** - Custos indiretos do transporte. *Fonte:* Moura (2017, p. 28).



**Gráfico 4** - Distribuição da População Brasileira por modo de transporte. *Fonte:* Moura (2017, p. 91).

Modo de Transporte	BRT	VLT	Metrô
Definição	Ônibus de grande capacidade operando em faixas segregadas na superfície	Composições ferroviárias com trilhos de superfície que precisam de energia elétrica	Modelo ferroviário com muitas composições operando em linhas segregadas em túneis e estações subterrâneas
Custo de implantação (em milhões de dólares)	1 a 15	20 a 50	100 a 500
Custo por km, infraestrutura e equipamentos (em milhões de Reais)	20	80	500
Capacidade de transporte (milhares de passageiros por hora, por sentido)	10 a 50	10 a 15	30 a 80
Tempo de construção (média em anos)	2 anos	5 anos	10 anos
Velocidade média (em Km/h)	18 a 40	18 a 40	20 a 60
Com R\$ 5 bilhões, podemos implantar	200 Km	40 a 50 Km	10 Km

**Tabela 3** - Modo de transporte, custo e capacidade. **Fonte:** Moura (2017, p. 94).

Com base na tabela acima e nas contribuições de Vasconcellos (1998, p. 58), “a prioridade ao transporte coletivo no uso do espaço viário tem duplo objetivo: aumentar a eficiência da circulação urbana, a justiça e a equidade na apropriação da cidade pela população”. Os dados confirmam a assertiva desse autor, pois, evidencia que a ocupação média de um automóvel é de 1,5 pessoa enquanto que a capacidade de transporte de um ônibus é de 75 lugares, ou seja, se houvesse mais incentivo fiscal na melhoria desse transporte público se economizaria nas ruas o espaço de 50 carros.

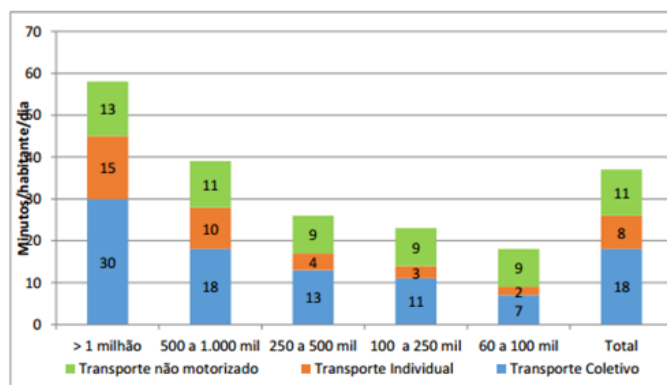
Uma medida mais eficiente seria implementar linhas de interligação mais eficientes e que contemplem lugares mais afastados dos centros urbanos, pois esses são locais que são habitados pela classe trabalhadora, visto que são expropriadas do direito de morar em lugares nobres das cidades por seu preço inacessível. Concomitantemente, as ocupações de emprego da classe trabalhadora, quando conseguem se inserir no mercado de trabalho, são localizadas nos centros urbanos.

Uma solução viável, tendo em vista os limites de uma sociedade de classes, e que não foi proposta pela PNDU é a promoção de novas, e em maior de quantidade, linhas de integração de metrô entre todas as zonas da cidade, principalmente as habitadas pela classe trabalhadora que por uma determinação do sistema capitalista são cada vez mais afastadas dos seus locais de trabalho.

Nessa perspectiva, o metrô, conforme o gráfico acima, é mais eficiente para o transporte da classe trabalhadora, tendo em vista a maior rapidez na mobilidade urbano se considerado com as outras opções de transporte. Além disso, o metrô possui maior capacidade de pessoas o que diminui os impactos de poluição do meio ambiente e, por fim, o ganho de tempo (menos sobretrabalho) por parte da classe trabalhadora.

Assim sendo:

sistemas de transporte de alta capacidade, baixo consumo energético e baixo potencial poluidor, como os trens e metrô, requerem concentração de viagens e, portanto, alta densidade de ocupação ao longo das linhas, o que, do ponto de vista do modelo de cidade, é bastante distinto da necessidade de levar cotidianamente multidões dispersas a seus locais de trabalho e devolvê-las a suas casas no final do dia (ROLNIK, 2008, p. 97)



**Gráfico 5** - Tempo gasto por habitante, por município e por modo de transporte. **Fonte:** Moura (2017, p. 109).

Com base no gráfico acima e de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2012, foi verificado que “apesar de ter melhorado a renda e aumentado a posse de veículos automotores, a população pobre ainda enfrenta os maiores problemas de mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras” (IPEA, 2012, p. 134.).

Ainda segundo o IPEA (2012, p.157) “entre as pessoas com renda per capita de meio a 1 salário mínimo, 17% passam mais de uma hora no deslocamento casa/trabalho, enquanto o percentual registrado para famílias mais ricas (acima de 5 salários mínimos) totaliza 11%”.

A superação da crise no transporte público só será resolvida quando a passar a ser totalmente gerida pelo Estado e este numa perspectiva emancipatória, justa e igualitária.

No entanto, tendo em vista os limites de uma sociedade de classes, o Estado, nesse contexto, deve exigir o aumento da responsabilização dos donos das empresas de ônibus para com a população usuária. Ou seja, exigir que diminuam seus lucros para que os custos que oneram a classe trabalhadora caiam consideravelmente, pois atualmente a maior parte da responsabilidade com relação ao transporte público na cidade são asseguradas às agências privadas, o que justifica a ineficiência, precariedade, desigualdade de acesso (determinadas

pelos locais de moradia), redução da oferta x número da população desse serviço, dentre outros fatores.

Portanto, é inviável, nessa conjuntura, garantir um transporte público integrado, sustentável, com qualidade que promova o acesso gratuito ou pelo menos com preços mais justos, com mais qualidade e equidade, além de garantir plenamente o “acesso democrático à cidade e ao transporte público e a valorização da acessibilidade universal” (PNDU, 2004, p. 63) tal como prometeu a PNDU.

Essa inviabilidade fica muito clara quando se compreende que a política de mobilidade urbana, assim como todas as outras, obedecem aos ditames do capital e a sua lógica mercadológica intensificadas mais ainda nesse contexto econômico, e que têm como único objetivo favorecer a maximização de seus lucros em detrimento dos direitos da classe trabalhadora.

### 3.2.1.6 *O que há por trás de uma gestão governamental “ineficiente”?*

Nesse trecho, fica evidente que o governo petista elabora o diagnóstico da crise fiscal na sua expressão fenomênica, na medida em que a justifica sem realizar nenhuma conexão com a dívida pública e reduzindo-a como resultante da irresponsabilidade dos governos anteriores que, segundo a PNDU (2004, p.9-30), não “geriram” de forma eficiente os recursos do Estado.

**A crise fiscal, resultante tanto da irresponsabilidade fiscal quanto da carência de mecanismos de financiamento, completaria o quadro que nos estaria conduzindo ao círculo vicioso da cidade pobre, que não atrai capitais porque é pobre, e da cidade sem capacidade de atração de capitais, que se empobrece porque não atrai capitais. A privatização da prestação de serviços públicos viria simultaneamente aumentar a eficiência da gestão destes serviços e suprir os investimentos que a crise fiscal tornou irrealizáveis pelo governo (PNDU, 2004, p. 29-30, grifo nosso).**

No entanto, à luz do método histórico estrutural, evidencia-se que a crise fiscal do Estado é justificada pelo seu vínculo orgânico com os interesses da classe dominante e não com gastos na área da educação, saúde, moradia, transporte público (como é colocado) e muito menos com investimentos na área social.



Essa crise é agravada mais ainda na medida em que uma parte muito significativa dos impostos é destinada a pagar as amortizações da dívida pública, o que desmantela o fundo público destinado à seguridade social como discutido por Salvador (2010, p. 426):

A seguridade social e seu orçamento são peças-chaves para a compreensão do ajuste fiscal e da captura do fundo público pelo Capital Portador de Juros (CPJ). Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital.

Dessa forma, indaga-se: como ignorar o caos da dívida pública que onera o país tão fortemente? Como considerar que existe uma “falta de recursos” para a política urbana no Brasil? Como defender que a crise urbana não é superada por uma “*carência de mecanismos de financiamento*”?

Nessa tarefa exigente e infundável de apreender o real e superar a aparência dos fenômenos para a transformação da realidade social, é imprescindível considerar a base material desse processo de consolidação da hegemonia no poder mediante o dito período “neodesenvolvimentista”.

Não é secundário que o processo [de construção da hegemonia das frações que se consolidaram como dominantes no bloco de poder] conte com relevante participação das principais organizações políticas e sindicais da classe trabalhadora construídas no período após a ditadura empresarial-militar. Certamente, a colaboração de classes não é nova na esquerda. Contudo, a saturação das formulações dominantes em todos os domínios da política empreendidos pelo PT em contraste com a agenda (proclamada) universalista da social-democracia é, possivelmente, algo inédito, considerando a trajetória da agremiação que chegou a ser inspiração para parcela relevante da esquerda mundial (LEHER, 2012, p. 17).

Por esse ângulo, é importante considerar, com base nas elaborações de Lojkine (1997), que os proprietários fundiários, representantes da classe burguesa e detentores da propriedade privada, tendem a ser incorporados pelo grande capital monopolista, através de grupos financeiros internacionais que dominam o mercado fundiário e imobiliário.

Ao estágio clássico do capitalismo marcado pela oposição entre o capital industrial e a propriedade fundiária agrícola sucede, pois, o estágio monopolista marcado pela fusão do capital financeiro com a renda fundiária. Fusão que, longe de suprimir a contradição entre o capital e a renda fundiária, pode desenvolvê-la integrando-a à contradição mais geral que opõe as tendências parasitárias, especulativas do capital à sua tendência a aumentar a taxa de mais-valia pelo aumento de seu investimento na produção (LOJKINE, 1997, p. 188)

Diante da discussão elaborada e baseada no movimento do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto proposto pelo materialismo histórico dialético de Marx, afere-se a seguinte guisa de conclusão.

## GUISA DE CONCLUSÃO

No capítulo 1 dessa dissertação, houve o esforço de explicar a gênese e atualidade da potência teórica marxista para explicitar a contradição contida no processo de urbanização capitalista sobre o urbano/urbanização como contributo crítico válido para interpretação da questão urbana e da política urbana hoje. Para tanto, partiu-se de uma revisão de literatura aqui apresentada e discutida. Essa revisão literária trouxe evidências de que os fundamentos da crítica marxista são imprescindíveis na tarefa de desconstruir os conceitos relacionados ao urbano colocados pelo pensamento hegemônico. Além do que constatar que a crítica marxista oferece as categorias vitais e situadas no seu processo histórico que levam o pesquisador a romper com a aparência dos fenômenos e capturar a sua essência. Esse foi o produto desse capítulo.

Como resultado do capítulo 2 foi possível alcançar as determinações históricas-estruturais para a interpretação crítica da política urbana brasileira no momento político, econômico e social atual (“neodesenvolvimentismo”). Essa tarefa só foi possível mediante o resgate dos debates profícuos entre autores brasileiros cujas análises são imprescindíveis na busca pelas especificidades da política urbana no contexto mais geral e que oferecem uma base de sustentação suficiente e atual sobre o objeto de estudo proposto. Desse modo, a base de sustentação sobre a qual o objeto de estudo se alicerçou foi a evidência de que há a priorização dos interesses da fração da burguesia interna, possibilitando a composição e recomposição da hegemonia dominante brasileira.

A contribuição do capítulo 3 dessa dissertação que se baseou em fundamentos essenciais já discutidos nos capítulos anteriores e a partir de todo o processo reflexivo até aqui desenvolvido, é a evidência de que não houve “pactuação democrática” alguma entre o Estado e sociedade para a dita “harmonia” entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social nesse período específico da história brasileira protagonizado pelo governo do PT mediante a PNDU.

Considerando a política urbana representada pela PNDU como ponto de partida e como expressão da singularidade diante a generalidade colocada pelo sistema econômico vigente, fica evidente que esse período significou um aumento expressivo do capital monopolista em detrimento dos objetivos da PNDU. Ou seja, há o livre desenvolvimento econômico, mas sem combinação alguma com o desenvolvimento social. Além disso, há uma captura mais expressiva do fundo público destinado para a área social pelo o capital nacional,

representado pelas imobiliárias e empresas de ônibus e capital estrangeiro mediante o pagamento dos juros da dívida pública.

Trata-se de um percurso que aponta a direção da financeirização da política urbana, na medida em que a lógica universal dos direitos que pautam uma política pública baseada numa perspectiva de direitos da maioria dos habitantes da cidade, passa cada vez mais a ser voltada aos interesses de uma pequena parcela que determina o processo de transformação da política urbana para ser, cada vez mais, mais fragmentada, setorializada, compensatória, etc.

Villaça (1996, p. 2) considera que "o espaço urbano tende então a produzir e a reproduzir a estrutura gerada pelos interesses das burguesias, pois ela, para esse fim, controla o mercado, o Estado e a ideologia". Nesse sentido, fica evidente que a desigualdade de acesso a bens e serviços da cidade consiste num fator que vai além de questões espaciais. A problemática da falta ou precariedade do saneamento básico, transporte público, moradias situadas em área de risco – combinado com o desalinhamento político e ideológico do poder político – determina o controle do espaço urbano pela classe dominante, a qual pode escolher as melhores localizações para se instalarem e construir seus “grandes projetos de desenvolvimento”, atraindo os serviços públicos mais importantes para seu entorno e afastando cada vez mais a classe trabalhadora para áreas ausentes ou carentes da presença do Estado mediante políticas públicas.

Esse grave contexto se maximiza no capitalismo dependente, onde os trabalhadores se deparam com maiores dificuldades para a reprodução da vida devido à superexploração da força de trabalho gerada pelo sistema capitalista vigente. As formas de apropriação do espaço segue semelhante ao processo que ocorre nos países centrais onde milhões de pessoas vivem em condições sub humanas intitulado como “processo de favelização do mundo” por Davis (2006, p.111).

A moradia como valor de uso cede cada vez mais espaço para a sua redução à lógica do capital (cidade mercadoria/valor de troca), tendo em vista a lógica desse sistema invadir todas as dimensões da vida humana, além de impedir ou dificultar a crítica social para a mudança e superação. Compreender o habitar por seu valor de uso - ponto de apoio, de segurança, uma necessidade elementar - pelo seu valor de troca - pagar para morar e viver na cidade. É necessária para a engrenagem do sistema mediante a perpetuação do mercado imobiliário e empresas de transporte e construção civil e a maximização de seus lucros.

Neste sentido, Harvey (2014, p. 245) menciona que da mesma forma que Marx (1988) descreveu as restrições à duração da jornada de trabalho como ponto de partida para o iniciar

uma trajetória revolucionária: “reivindicar o direito de todos a viver em uma casa e um ambiente decentes pode ser visto como primeiro passo de um movimento revolucionário mais abrangente” (HARVEY, 2014, p. 245). Como assinalado por Lefebvre (1991, p. 135), “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2014, p. 245).

A fim de superar esse grave contexto de desigualdade urbano, é necessário acumular forças contra-hegemônicas mediante a atuação dos MSU’s e pressionar o capital para a diminuição de seus ganhos a partir da terra. As frações burguesas representadas pela indústria da construção civil, mercado imobiliário, empresas de transportes urbanos, etc, devem ser consideradas como algumas das responsáveis pela desigualdade socioespacial e situadas no outro lado da luta de classes, visto que a exaltação do crescimento econômico com desenvolvimento social tende a colocá-las como aliadas no processo de ampliação do mercado interno e melhoria de vida dos trabalhadores por propiciarem a inserção no mercado de trabalho.

Buscando contribuir para esse processo de superação do sistema econômico vigente e a condução da política urbana pelos MSUS’s, cabe às áreas de conhecimento que discutem o direito à cidade, principalmente o Serviço Social, pensar e intervir sobre a realidade urbana e sobre políticas sociais urbanas, estabelecendo um vínculo orgânico com as lutas sociais da classe trabalhadora, contribuindo para universalizá-las em interesses ético-políticos. Portanto, a esfera da política é um “dos processos de superação de uma práxis de mera recepção passiva, imediata e subalterna da vida social para uma forma de práxis ativa, propositiva e que se orienta para a universalidade” (DURIGUETTO, 2007, p. 65).

Diante dos argumentos expostos, contata-se que o problema de pesquisa, que era o de desnudar a política urbana com novas abstrações analíticas fundamentadas na crítica marxista, representada pela PNDU e que integrou um processo intenso de movimento do abstrato ao concreto e do concreto ao abstrato, foi alcançado.

A hipótese geral dessa proposta de pesquisa que era o de considerar rigorosamente o método do materialismo histórico-dialético para análise da política urbana, que permitiu abstrair historicamente as categorias-chave do marxismo, as quais possuem capacidade crítica, potência teórica e plena aptidão para operarem satisfatoriamente o desafio de desnudar os limites e possibilidades do “neodesenvolvimentismo” como um fundamento da política urbana no Brasil do século XXI também foi alcançado com êxito.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Aline Cavalcanti. Habitação social e fundo público no contexto de crise do capital. **Dissertação** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. A política de seguridade social no Brasil. *In*: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS-ABEPSS, 2009, p. 323-340.

BEHRING, Elaine Rossetti. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. *In*: BEHRING, Elaine. ALMEIDA, Maria (Orgs). **Trabalho e seguridade social**. São Paulo: Cortez. 2008. p.152-174.

BEHRING, Elaine. Política social no contexto da crise capitalista. *In*: CFESS/ANEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. 2009, p. 301-321.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e Política Social no “Neodesenvolvimentismo” Brasileiro**. Texto Inédito (texto disponibilizado pela autora). 2012, p. 200-259.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. *In*: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS-ABEPSS, 2009, p.667-700.

\_\_\_\_\_. A política de seguridade social no Brasil. *In*: CFESS-ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS-ABEPSS, 2009, p. 323-340.

BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.

BONDUKI, Nabil. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. *In: Arq.urb. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/>>. Acesso em 02/05/2009.

\_\_\_\_\_. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a questão urbana. *In: Habitar*. São Paulo: Revista: Estação Liberdade, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 5 nov. 2004.86p.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano- PNDU. 2004. Disponível em: <[https://www.unc.br/mestrado/mestrado\\_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf](https://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf)>. Acesso em: 24/12/2017.

\_\_\_\_\_. Déficit habitacional no Brasil 2008. Elaboração: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. Disponível em: << [https:// www.fjp.gov.br](https://www.fjp.gov.br)>. Acesso em: 23/01/2018.

BRICEÑO-LEON, Roberto. Violencia urbana en América Latina: um modelo sociológico de explicación. *In: Espacio Abierto*, Maracaibo, Venezuela, v. 16, n. 3, p. 541-574, jul./set. 2007.

BUEY, Francisco Fernandes. **Marx (sem ismos)**. Um novo materialismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

BURNETT, Frederico Lago. Tragédia urbana neoliberal: fim da ilusão civilizatória da cidade capitalista? *In: COUTINHO, Joana Aparecida; Lopes, Josefa Batista (organizadoras). Crise do Capital, lutas sociais e políticas públicas*. São Paulo: Xamã, 2012.



CARDOSO, Cristina da Costa. **O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de henri lefebvre:** contribuições à teoria social crítica. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Daiane/Downloads/1663-5100-3-PB.pdf>. Acesso em: 23/01/2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.* São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

\_\_\_\_\_. **A cidade.** 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_ A. **A cidade.** São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, Manuel. (1972). **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4ª Ed.

CASTELLS, Manuel. “A conclusão está na rua” *In: Lutas urbanas e poder político.*

Coleção: cidade em questão – 5 afrontamentos. Porto, Firmeza, 1975.

\_\_\_\_\_. (1983). *A questão urbana.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983. 4ª Ed.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *In: Serviço Social e Sociedade.* nº 112, Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução:** Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. SD. Disponível em <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>. Acesso em: 11/12/2017.

CHASIN, José. **Superação do Liberalismo.** Maceió: UFAL, 1988.

CHAUÌ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 12 ed. 4ª impressão. São Paulo: Ática, 2001.

CHAZEL, F. Movimentos sociais. *In:* BOUDON, Raymond et al. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 283-323.

CHESNAIS, Françoes. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana FinziFoá. São Paulo: Xamã, 1996.

MARICATO, Erminia, et.al. **Cidades Rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ed- São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF) 2016.

COSTA, Lúcia Cortes. **Os impasses do Estado capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**. *Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gramsci**. Porto Alegre, L & PM, 1981.

\_\_\_\_\_. Notas sobre cidadania e modernidade. *In:* **Revista Praia Vermelha**. V. 1 Rio de Janeiro UFRJ. 1997 p. 145- 166.

\_\_\_\_\_. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e Condições da Moradia em Belém e Manaus**. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2012.

CRUZ, Keyla de Sousa Lima; ARRAIS NETO, Eneas; CARNERO, Isabel M. S. P. Meritocracia Escolar e Educação Profissional: Um estudo sobre o PRONATEC. *In:* **Revista**

**Labor.** N.º 11 Vol. 01 2014. Disponível em:

<[http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/5\\_MERITOCRACIA\\_ESCOLAR\\_E\\_EDUCACAO\\_PROFISSIONAL.pdf](http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/5_MERITOCRACIA_ESCOLAR_E_EDUCACAO_PROFISSIONAL.pdf) ->. Acesso em 20/02/2015.

DAMMERT, Lúcia. Santiago de Chile: **segregación y cotidianidad del temor**. *In:* NOYOLA, Juan; MATTOS, Carlos A. de; ORELLANA, Arturo.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Viviane Moraes. “Neodesenvolvimentismo” e política sociassistencial em tempo de crise sistêmica do capital. **Dissertação**. PPGPS/UnB. 2015.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução D. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010

\_\_\_\_\_. **A Questão da Habitação**. São Paulo. Acadêmica, 1988.

Entrevista. Revista sielo. Disponível em:

: <https://books.google.com.br/books?id=qgybCgAAQBAJ&pg=PA583&lpg=PA583&dq=.+Nasce,+portanto,+como+uma+tentativa+das+classes+dominantes+e+seus+ide%C3%B3logos+>

Acesso em:

FERNANDES, Florestã. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca)**. Vol I. 5ed. São Paulo: Editora Globo, 2008

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4 ed. rev. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FLEURY, S. **Do welfare ao warfare state**. Le Monde Diplomatique Brasil, Fevereiro 2012.

FOWERAKER, Joe. **Theorizing social movements**. London: Pluto Press, 1995.

FURTADO, Celso (1961). **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GONÇALVES, Reinado. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº 112, Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 v. 2.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro Guimarães. **Movimentos sociais e organização popular em Natal: enquanto morar for privilégio**. Natal, RN, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14431338-Movimentos-sociais-e-organizacao-popular-em-natal-rn-enquanto-morar-for-privilegio.html>>. Acesso em: 27/10/2017.

\_\_\_\_\_. *Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo*. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista**. Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 180- 196, jan./jun. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/SAMIA/Downloads/Dialnet A Questao Urbana Na Dinamica De Reproducao Capitalista-4835018%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/SAMIA/Downloads/Dialnet A Questao Urbana Na Dinamica De Reproducao Capitalista-4835018%20(2).pdf)> Acesso em: 07/07/2016.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. *In: Cidades Rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

\_\_\_\_\_. **Direito à Cidade**. Tradução de Fernando Alves Gomes. Palestra proferida na aula inaugural do Seminário “Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo”, out. 2011. Disponível em: <<[http://WWW.deriva.com.br/?p. 46](http://WWW.deriva.com.br/?p.46) Acesso em: 23/01/2018.

\_\_\_\_\_. *Direito à Cidade* (palestra proferida no seminário “Lutas pela reforma urbana: o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo” organizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, em 2009). Ano. 2009. Disponível em: <<http://www.deriva.com.br/?p=46>>. Acesso em: 23/01/2018.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Harvey, David. (2012). *Rebel cities*. Londres: Verso.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 700.

HOBBSAWM, Erik. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *In: Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, p. 30-41, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez Editora; Lima, Peru: CELATS, 1982.

IANNI, Octávio. A crise de Paradigmas na sociologia. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 13. Ano 5, jun. de 1990.

\_\_\_\_\_. **Estado e Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992

ICASURIAGA, G. Lema. Intervenções urbanas e efeitos sociais: alguns questionamentos à política de regularização fundiária e habitacional. *In*: GOMES, M.F., FERNANDES, L. e MAIA, R. **Interlocações urbanas: cenários, enredos e atores**. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008, p. 185-196

ICASURIAGA, G. L. Perspectivas teóricas sobre a cidade capitalista. 1997. (**Dissertação**). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <[http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=29&Itemid=36](http://locuss.org/joomllocuss/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=29&Itemid=36)>. Acesso em: 23/01/2018.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A. 2ª edição, 2001.

\_\_\_\_\_. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1969.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins- Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1991.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro. Ed. 1999.

\_\_\_\_\_. **O direito à Cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. *In:* MOTA, Ana Elizabete. (org)., **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** 193 crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012, p. 7-19.

LESSA, Sérgio. Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador (a) interessado (a). *In:* **Revista Praia Vermelha**, n. 02. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ. 1999.

LINHARES, Lucas; MAGALHÃES, Felipe N. C.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e desconcentração econômica: a extensão das condições gerais da produção ao entorno metropolitano de Belo Horizonte. *In:* COSTA, et al. **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte : dinâmica e especificidades no eixo sul.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. *In:* FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.

\_\_\_\_\_. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LÖWY, Michael. Estado, democracia e alternative socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. *In:* SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LUKÁCS, Georg (1967). **Estética I**: La peculiaridad de lo estético. Barcelona, México, DF: Grijalbo. Lobão. 2007

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências humanas, 1972.

\_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Apresentação de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARANHÃO, Cèzar Henrique. Desenvolvimento Social como liberdade de mercado: AmartyaSen e a renovação das promessas liberais. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.).

**Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão das ideologias da contrarreforma e o serviço social. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideologia neodesenvolvimentista e as Políticas Sociais no Brasil**: apontamentos sobre crise e hegemonia na periferia do capitalismo – página 15. 2014, Disponível: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/revista-2s-2014.pdf>>. Acesso em: 23/01/2018.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. É a questão urbana, estúpido!. *In*: **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.



MARICATO, Erminia; ARANTES, Otília. e VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, Vozes, 2000

MARINI, Ruy. Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In Sevcenko, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, vol.3, 1998.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rua Méxixo 31 – Rio de Janeiro. Zahar Editores. Ano. 1967

MARX, Karl; ENGELS, Frederik. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

\_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo: “O rei da Prússia e a reforma social”**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 194

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Introdução de 1857. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. Teses Sobre Feuerbach. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3a edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 1998

\_\_\_\_\_. **Manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os pensadores.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999

\_\_\_\_\_. Teses Sobre Feuerbach. *In:* MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia:** resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Livro 3. O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Livro 3. O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo:** “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 194

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo:** “O rei da Prússia e a reforma social”: de um prussiano. *Práxis*, Itumbiara, n. 5, p. 69-91, out./dez. 1995.

MELO, Mayara Daher de. O Acesso à Habitação no Brasil em Tempos de Capitalismo Financeirizado – uma análise do Programa Minha Casa, Minha Vida. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) . Universidade de Brasília, 2016. 130 p.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In*: COSTA, et al. **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana em Belo Horizonte : dinâmica e especificidades no eixo sul. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006.

MOTA, AMARAL & PERUZO. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. *In*: **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. SP: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. *In*: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método em Marx**. SP: Expressão Popular, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Estado da motorização individual no Brasil - Relatório 2015**. Disponível em:

<[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/automoveis\\_e\\_motociclos2015.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/automoveis_e_motociclos2015.pdf)>.

Acesso em: 23/01/2018.

O'CONNOR, James. **USA**: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

OFFE, Claus. **Trabalho & sociedade** – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVA, Aloízio Mercadante. As Bases do Novo Desenvolvimentismo: Análise do Governo Lula (2003-2010). **Tese de Doutorado**. Campinas, IE-UNICAMP, 2010

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria 195 Marxista da Dependência. *In*: **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147- 175, jan./jun. 2010.

PAULA, J. A. Apresentação. *In*: **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAVIANI, Aldo. **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. Brasília, Editora UnB, 2ª Ed.2010.

PEREIRA, Potyara. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 112, Cortez, 2012.

PEREIRA, T.D. Saneamento e suas múltiplas (inter) faces: digressões sobre o direito ao ambiente no território. *In*: GOMES, M.F.C.M, MAIA, R.S., CARDOSO, I.C.C. e FRANÇA, B.A. (org.). **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades Socioespaciais**. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 20

PERONI. **Redefinições no papel do estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação**. Vera Maria Vidal Peroni UFRGS/Brasil. Disponível em:

<<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/123.pdf>>. Acesso em: 23/11/2017

PETRAS, J. Depressão mundial: guerras regionais e o declínio do império dos Estados Unidos. *In*: COUTINHO, J.A. e LOPES, J.A. (org.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Editor Xamã, 2012.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Isabela Ramos. Os interesses da indústria da construção civil para a política urbana brasileira e a consolidação da hegemonia burguesa entre 2003 e 2013. **Dissertação**. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

RIBEIRO FILHO, Geral Browne. A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG. **Dissertação**. Mestrado em Urbanismo. PROURB. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Rio de Janeiro, 1983. 244p

RIBEIRO, L. C. Q.; Santos Jr., O. A. (orgs.) **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RODRIGUES, Cibele M<sup>a</sup> Lima. Movimentos sociais (no Brasil): conceitos e práticas. *In*: **SINAIS** – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, Junho. 2011. pp.144-166.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. Ed. São Paulo; Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo, Fapesp/Studio Nobel, 1999.

\_\_\_\_\_. **A lógica da Desordem.** Disponível em:  
<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=220>>. Acesso em: 23/01/2018.

ROSA, Marta Ferreira. segregação sócioespacial na política urbana: contradições histórico-estruturais do programa minha casa, minha vida. **Dissertação de mestrado.** Universidade de Brasília – UnB Instituto de Ciências Humanas – IH. Departamento de Serviço Social – SER. Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS Brasília/2015. 142 páginas

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. **Tese de Doutorado.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RUBIN, Isaac. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Editora Polis, 1987.

RUIZ, Jefferson. **Direitos humanos e concepções contemporâneas.** São Paulo: Cortez Editora, 2014, p. 180-277.

SADER, Eder. "*Autonomia popular e vontade política*". In: **Desvios**, nº 2, 1983, p. 97-103

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Mauricléia Soares dos. **Atual Política Nacional de Habitação: Garantia de direito.** Brasília, em dezembro de 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual.** Vozes, Petrópolis, 1980 (2ª edição: 1982).

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Espaço: A Formação social como teoria e como método.** 2006.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** 3.ed. São Paulo, HUCITEC. 1996.

SCHERER-WARREN. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

SGARBIEIRO, Jussara Ayres; BOURGUIGNON, Márcia. **Apontamentos acerca dos métodos de pesquisa nas ciências sociais**. Disponível

em:<file:///C:/Users/SAMIA/Downloads/769-8957-2-PB.pdf.> Acesso em: 01/07/2016.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. Política habitacional brasileira – verso e reverso. *In:* SISCÚ, PAULA & MICHEL. Por que um novo desenvolvimentismo?. **Jornal dos economistas**, nº 186, jan. 2005

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOJA, Edward William. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. OxfordandMalden. Blackwellpublishers, 2001.

SOUZA. Perci Coelho de. Uma crítica ao espaço urbano. *In:* **Ser social**. Brasília n. 17 p. 69-112. Julho/dezembro de 2005.

SPOSATI, Aldaliza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **6º Seminário Anual de Serviço Social** promovido pela Cortez Editora, em São Paulo, em 13 de maio de 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n116/05.pdf>> Acesso em:01/11/2017.

SUGAI, Maria Inês. Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. **Tese de Doutorado**. Serviço Social. FAU-USP, São Paulo, 2002.

TONELA, Celene. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. *In:* **Soc. estado**. vol.28 n.1 Brasília Jan./Apr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100003>>. Acesso em: 23/01/2018.

TONET, Ivo. “Educação e revolução”. *In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, v. 2, n. 2, p. 43-53; ago. 2010.

\_\_\_\_\_. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XVI. Nº 48. São Paulo: Cortez, 1995.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. *In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes : Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. p. 35-40

\_\_\_\_\_. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. *In: MARICATO, Erminia, et. al. In: Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. pp.35-40.

VASCONCELLOS, E. A. **O que é trânsito?** . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VIEIRA, R. V. Capital fictício e urbanização: da (in)coerência imposta pela gestão territorial à organização do espaço. *In. VIEIRA (2013, p. 318-319)*.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez 2013.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001



## ANEXO A – CARTA AO POVO BRASILEIRO

“Carta ao povo brasileiro

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas."

## ANEXO B – CARTA AO POVO BRASILEIRO

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

## ANEXO C – CARTA AO POVO BRASILEIRO

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

## ANEXO D – CARTA AO POVO BRASILEIRO

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.